

Segurança Social



O relatório dedicado à «sustentabilidade financeira da Segurança Social» confirma as expectativas mais negativas.

■ Edgar Correia Pág. 18

A Europa no rumo da diplomacia secreta

Há um céu carregado sobre a soberania e independência de Portugal.

■ João Amaral Pág. 19

Desemprego faz perder milhões

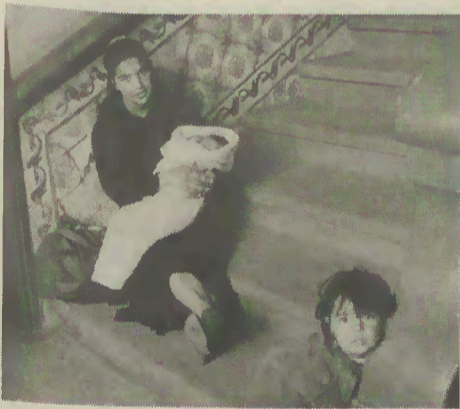
Desemprego faz perder milhões de contos à Segurança Social.

■ Eugénio Rosa Pág. 20

Interrupção Voluntária da Gravidez

– Um debate sério e urgente.

■ Odete Santos Pág. 21



Violência contra as mulheres

É necessário quebrar tabus!

■ Adelaide Pereira Alves Pág. 22

UNIÃO EUROPEIA PE cede a pressões

Comissão recua sobre a questão das «Vacac Loucas».

Pág. 14

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 13 de Fevereiro de 1996 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1211 • Director: Carlos Brito

Projecto do PCP clarifica conceitos sobre a duração do tempo de trabalho

Pág. 5

Pausas contam!

Como é salientado na nota preambular do diploma, não se trata de «criar conceitos novos», mas, tão só, de fixar em lei «conceitos com o conteúdo de progresso jurídico e social que têm hoje».

Couço

O Sermão dos Peixes



Os mil e um caminhos do «Avante!» clandestino

■ Henrique Custódio

Centrais



na rua

Numerosas iniciativas assinalam o 66.º aniversário do nosso jornal. Destaque para a inauguração da exposição, na Praça da Figueira, em Lisboa, em que participa Carlos Carvalhas.

Pág. 32



EDITORIAL

Aniversário



Continuam as lutas pelas 40 horas semanais

RESUMO

5
Quarta-feira

O PCP apresenta na AR uma proposta de projecto de lei para a clarificação da lei das 40 horas ■ É inaugurada a Linha Verde SOS Aborto, promovida pela UMAR ■ Jorge Sampaio cumpre o terceiro dia do seu périplo pelas empresas portuguesas ■ Rui Morais é reeleito presidente da Associação Académica de Lisboa ■ Ramos-Horta defende que Portugal deve vetar a proposta de apoio humanitário da UE a Timor-Leste, se os fundos forem canalizados através da Indonésia ■ No Equador, ao mesmo tempo que decorre uma greve geral contra o Governo, o parlamento destitui o presidente por «incapacidade mental» ■ O Governo búlgaro e a oposição acordam na realização de eleições antecipadas em Abril ■ Prosseguem as manifestações na Albânia contra o governo ■ Discursando sobre o Estado da União, Bill Clinton aposta no alargamento da Nato aos países do Leste europeu ■ Nos EUA, O. J. Simpson é considerado «responsável» pela morte da ex-mulher e de um amigo desta.

6
Quinta-feira

Trabalhadores têxteis manifestam-se em Alhos Vedros pelas 40 horas semanais ■ António Vitorino anuncia o resultado da reavaliação dos custos globais da Expo'98 e os nomes da nova administração ■ Jaime Gama inicia uma visita oficial à Índia ■ De visita a Paris, os líderes da oposição sérvia dizem estar dispostos a apelar ao fim das manifestações na Jugoslávia.

7
Sexta-feira

Torres Campos é empossado como comissário da Expo'98 ■ No Equador, três pessoas proclamam-se presidentes do país: Abdala Bucaram, que não reconheceu a decisão do parlamento; Rosalia Arteaga, que de acordo com a Constituição lhe deveria suceder, e Fabian Alarcon, presidente do Congresso ■ O primeiro-ministro israelita ordena a libertação de todas as mulheres palestinianas presas em Israel ■ Helmut Kohl nega a existência de um plano para excluir a Itália do primeiro grupo da moeda única ■ Nelson Mandela volta a afirmar o empenho do seu Governo na luta contra o crime na África do Sul.

8
Sábado

Uma fábrica de produtos químicos de Torres Novas é des-

truída por um incêndio ■ Os ministros das Finanças do G-7 encontram-se em Berlim ■ Durante as manifestações populares contra o presidente Bucaram, verificam-se confrontos com a polícia ■ A Coreia do Norte pede mais uma vez ajuda alimentar ■ A ONU solicita que cessem as hostilidades no leste do Zaire.

9
Domingo

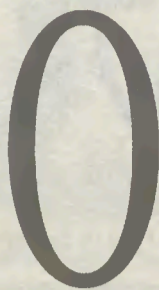
Multiplicam-se os desfiles de Carnaval em todo o país ■ O Congresso do Equador designa Rosalia Arteaga como presidente interina e ratifica a destituição do ex-presidente Abdala Bucaram por «incapacidade mental» ■ Arafat e Netanyahu anunciam a criação de oito comissões que terão como fim trabalhar para o avanço do processo de paz entre a Palestina e Israel ■ Uma sondagem revela que o presidente Alberto Fujimori perdeu popularidade no Peru ■ Os rebeldes zaienses reivindicam avanços significativos em direcção à capital do Alto Zaire.

10
Segunda-feira

Camionistas portugueses agredidos, quando escapavam ao bloqueio dos camionistas espanhóis, em greve desde quinta-feira ■ Um jovem de 24 anos aparece morto a tiro, em Vila Franca, após detenção na esquadra da PSP ■ Empresa australiana recebe licença para explorar petróleo no mar de Timor ■ Vitória do partido da extrema-direita, de Le Pen, na cidade francesa de Vitrolles ■ Três mortos e 150 feridos nas manifestações antigovernamentais na Albânia ■ Magistrado do Supremo Tribunal é morto a tiro em Madrid ■ Novamente adiado o processo de hemodiálise do Hospital de Évora ■ Mais um dia de greve no Casino do Estoril.

11
Terça-feira

Tensão, entre camionistas, nas fronteiras de Caia e Vilar Formoso ■ Parlamento sérvio decide reconhecer vitórias das listas da oposição nas eleições municipais ■ Libertadas 31 mulheres palestinianas, presas em Israel ■ O dirigente negro norte-americano Jesse Jackson é preso em Chicago por protestar contra a política laboral ■ Corsos assinalam Carnaval em vários pontos do país ■ Governo do Peru e o comando do Tupac Amaru, que detém 72 reféns na Embaixada do Japão, iniciam conversações.



«Avante!» completa mais um ano no próximo dia 15 de Fevereiro.

Entretanto, hoje mesmo, a coincidir com a chegada às bancas da presente edição, que assinala o 66º aniversário do nosso jornal, estão previstas várias iniciativas de promoção e venda do «Avante!» pelas organizações do PCP. Outras se seguirão nos próximos dias.

A diversidade das iniciativas em curso e a importância de algumas delas, como a da exposição da Praça da Figueira, em Lisboa, inaugurada por Carlos Carvalhas, constituem um significativo reconhecimento do papel do nosso jornal na luta dos comunistas e na defesa dos interesses dos trabalhadores e de todo o nosso povo.

O papel histórico do «Avante!» é um adquirido da vida política e social do nosso país, que ninguém ousa pôr em causa.

O Órgão Central do PCP, fundado em 1931, foi o único jornal clandestino capaz de resistir à repressão fascista durante 43 anos, em que se imprimiu e foi distribuído nas condições da mais rigorosa clandestinidade. Durante largos períodos de vigência da ditadura, foi a única voz livre na imprensa que, rompendo a implacável censura, denunciava os crimes contra o nosso povo e o incitava e organizava para a luta. Sabe-se como esta ousadia era castigada pelos esbirros de Salazar e Caetano com a prisão, a tortura e até a morte. Nada disto impediu que gerações de comunistas cumprissem o voto dos fundadores do «Avante!» que queriam que ele fosse um «órgão condutor das forças dispersas, ansiosas de justiça».

Ao comemorarmos o aniversário do nosso jornal prestamos homenagem respeitosa a todas essas gerações de comunistas que asseguraram a sua publicação ininterrupta ao longo destes 66 anos e muito especialmente dos que o fizeram e distribuíram durante as mais de quatro décadas de vida clandestina.

No espírito desta homenagem incluímos nas centrais da presente edição uma reportagem com veteranos distribuidores do «Avante!» no período da ditadura fascista.

O papel ímpar do «Avante!» não foi menos importante no processo revolucionário do 25 de Abril e no processo contra-revolucionário que se lhe seguiu. Nem é menos importante na actualidade.

Nenhum outro jornal de grande expansão dá igual importância à situação e à luta dos trabalhadores e às das outras classes e camadas populares. Nenhum aborda como o «Avante!», deste ponto de vista, as questões da saúde, de ensino, da segurança social, da habitação, dos transportes e todas as outras que mais interessam ao nosso povo.

Nenhum o faz também no domínio da denúncia das políticas antipopulares, seja na chamada concertação social, nas privatizações ou na integração europeia.

No que toca à luta dos trabalhadores, incluímos na presente edição uma breve antologia fotográfica do relevo que elas assumiram no último ano nas páginas do nosso jornal, que bem revela os esforços desenvolvidos pelo colectivo da redacção para, apesar de todas as dificuldades, estar à altura da importância que essas lutas representam na vida do país.

O «Avante!» não se limita, no entanto, a ser um jornal que aborda de um ponto de vista de esquerda a situação nacional e internacional, mas veicula as propostas e os posicionamentos políticos, de classe, ideológicos e internacionais do PCP.

O «Avante!» não se limita a ser solidário com a luta dos trabalhadores e de todas as classes e camadas populares, faz sua essa luta e insere-a no combate mais de fundo ao capitalismo e à sua injustiça intrínseca e na luta pela verdadeira alternativa que é o socialismo.

O «Avante!» não se limita a ser solidário com a luta dos trabalhadores e de todas as classes e camadas populares, faz sua essa luta e insere-a no combate mais de fundo ao capitalismo e à sua injustiça intrínseca e na luta pela verdadeira alternativa que é o socialismo.

Por isso mesmo, o nosso jornal tem procurado desenvolver a polémica com as posições adversas no plano político, ideológico e de classe, não numa atitude defensiva e de mera resposta, mas numa atitude ofensiva de afirmação das claras posições dos comunistas e das suas propostas alternativas.

Esta orientação torna-se mais necessária na presente situação política.

O «Avante!» deu um inegável contributo para demonstrar que o Governo do PS seguia, desde os seus primeiros passos, nas questões essenciais, a mesma política dos anteriores governos do PSD, especialmente, no domínio económico-social. Hoje grande parte do país tomou consciência pela sua prática de que é assim.

O que se verifica actualmente é que os dois partidos - PS e PSD - não só convergem objectivamente na defesa dessa política comum, como o fazem de forma mais assumida e pública, através de acordos bilaterais, como se anuncia para a moeda única, a revisão da Constituição e até em relação ao referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Dir-se-ia que o chamado «governo da nova maioria» está a ser substituído por uma verdadeira governação de bloco central, mesmo sem alteração dos ministros.

Tal como aconteceu com os trabalhadores que se deixaram enganar pelas promessas eleitorais do PS e que já perceberam o logro em caíram face à política laboral do Governo - «burla das 40

horas», «contenção salarial», concertações a favor do patronato - espera-se que os que andaram nos «estados gerais» convencidos que estavam a preparar políticas alternativas, já tenham percebido que a alternativa foi voltar à mesma.

É claro que não se pode subestimar o poder propagandístico desta frente assumida de «bloco central» e a sua enorme influência na comunicação social.

O Comité Central do PCP apontou na sua última reunião algumas frentes prioritárias de actividade: «o movimento de iniciativas e lutas contra a política do Governo»; as próximas eleições autárquicas; a luta contra a moeda única e pelo referendo sobre a adesão do nosso país à União Económica e Monetária; a defesa da Constituição e a luta para impedir a perversão da legislação eleitoral; a mobilização da opinião democrática para intervir a favor de uma evolução progressista da legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Em todas estas questões, o trabalho de informação e esclarecimento é fundamental e neste trabalho avulta o papel do «Avante!», como o único jornal de grande expansão capaz de assumi-lo de forma coerente e combativa.

Mas o próprio «Avante!» precisa de ser mais apoiado, a todos os níveis, para se sair bem destes exigentes desafios. Precisa de continuar a melhorar no conteúdo e no aspecto gráfico. Precisa que se multipliquem as iniciativas de promoção e difusão e outras no domínio concreto da venda organizada e militante.

O que está a acontecer neste 66º aniversário do «Avante!» em termos de iniciativas de apoio por parte de várias organizações do PCP é um motivo de confiança e um grande estímulo.

Viva o «Avante!»!

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Li. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00	50 números: 24 750\$00
25 números: 3 487\$50	
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00	
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	Telef. _____
Morada _____	
Código Postal _____	
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	

ACTUAL

As máscaras da hipocrisia

Coincidindo com os momentos altos do passado carnaval, subiram de tom e multiplicaram-se as campanhas que visam impedir uma alteração progressista e justa da legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Talvez por esta coincidência, os promotores das campanhas apresentam-se, em geral, atrás de máscaras, aldrabando sobre o que está em causa e enganando sobre as suas intenções.

Todas estas campanhas assentam numa mentira: a de que vão ser apreciados pela Assembleia projectos de lei que visam instaurar o «aborto livre».

Ora a verdade é que os projectos, que serão debatidos no próximo dia 20, nem sequer deixam de considerar crime a prática do aborto, o que fazem é despenalizar a mulher que recorra a ele em situação de força maior, em condições bem determinadas e sempre em estabelecimento hospitalar oficialmente reconhecido.

Tal como há treze anos, o objectivo do PCP, nesta questão, é retomar a luta contra o flagelo social do aborto clandestino. Este, apesar da legislação em vigor, continua a ser uma das principais causas da mortalidade materna e é

motivo dos mais graves atentados à saúde e à dignidade da mulher no nosso país.

Foi para vencer a persistente ineficácia da lei vigente que o PCP elaborou e apresentou o seu projecto e fixou depois uma ordem do dia da Assembleia para que o mesmo seja discutido e votado, o que arrastou os projectos dos deputados do PS.

Para os comunistas, a interrupção voluntária da gravidez é sempre o último recurso, só admissível em situações extremas - saúde da mãe, má formação do feto, violação e situações sociais ou psicológicas incompatíveis com uma maternidade feliz. Por isso também, a grande atenção que sempre conferiram ao planeamento familiar e ao apoio social à maternidade, em que foram pioneiros em termos legislativos.

Os opositores a uma mais eficaz despenalização da interrupção voluntária da gravidez fazem tábua rasa de todas estas razões.

O alegado «direito à vida» de que abusivamente se arvoram protectores tem como consequência a conservação do aborto clandestino, dos seus antros e redes de negócio e significa o caminho da morte, da doença e da inutiliza-

ção para a maternidade de tantas e tantas mulheres portuguesas.

Enganam também quando ocultam que a alteração da lei cria uma faculdade, em condições especiais, não obriga ninguém.

O papel que algumas correntes da Igreja Católica estão a assumir nestas campanhas é especialmente preocupante. São essas correntes da Igreja que querem impor as suas concepções ético-religiosas à sociedade e ao Estado português, que constitucionalmente é laico. Algumas dessas correntes até preconizam a realização de missas e procissões com finalidades políticas. Isto são sementes de fundamentalismo religioso.

Apresentam-se, por isso, como especialmente condenáveis as hipócritas posições do PSD, que por mera manobra partidária puxou por estas manifestações dos meios conservadores e reacionários do país, e as hipócritas posições da direcção do PS e do Governo, que pretende aplacá-las cedendo-lhes em toda a linha.

Um perigo...

■ Carlos Brito

A ordem e a liberdade

«Viva a Liberdade» é uma reincidência de Miguel de Sousa Tavares, António Barreto e Pacheco Pereira. O anterior cometimento televisivo de Miguel foi uma coisa que ele próprio definiu como «o programa mais democrático da televisão portuguesa» e que teve o mérito de nos esclarecer sobre o conceito de democracia, por isso «Viva a Liberdade». A liberdade segundo Miguel, bem entendido, ou se quisermos ser mais rigorosos a liberdade segundo os donos do Mundo que são os donos ideológicos de todos os miguéis do planeta, chamem-se eles barretos ou pachecos. Daí o programa de Miguel e os convidados escolhidos, comentadores lhes chamam: comentadores de ideias feitas, de conclusões prêm-à-porter, na ponta da língua a prévia resposta a todas as questões que venham a surgir até ao último programa da série. «Viva a Liberdade» é, então, a insistência bem remunerada num escabroso ménage à trois político-ideológico. É a exibição assumida de um incontestável pluralismo pós-modernista.

As diferenças de opinião (em questões essenciais) entre o anfitrião Miguel, o convidado Pacheco e o convidado Barreto são inexistentes. No entanto, eles fingem que são diferentes, repetem-se com o ar de quem está a dizer o oposto, exibem as suas totais concordâncias em acérrimos debates, quais joões baiões saracoteiam ideias num big show melancólico e deprimente, discutem repetindo-se e repetem-se discutindo, são ecos uns dos outros, são três dupont's, direi mesmo mais: são três dupond's. E atribuindo-se democraticamente uma autoridade absoluta para decidir seja sobre que matéria for, decretam severas condenações ou risonhos louvores, consoante se trata, respectivamente, de opositores ideológicos ou de amigalhões da ordem.

Há dias deu-lhes para decidir sobre se sim ou não Álvaro Cunhal é merecedor da «Ordem da Liberdade». Os dois comentadores decretaram que não, nem pensar nisso, era o que faltava, deixando claro que a hipótese de um comunista - seja ele quem for - receber a referida Ordem é coisa inadmissível para todos os pachecos do Reyno e põe em pé todos os cabelos de todos os barretos lusitanos. É verdade que, quando não havia liberdade e lutar por ela implicava a prisão, a tortura, às vezes a morte, foram os comunistas que ocuparam a primeira linha no combate ao fascismo. (Mas não fizeram mais do que o seu dever, ora essa, e o que passou passou, não falemos mais nisso.) É verdade que quando foi necessário defender a liberdade recém-conquistada e enriquecê-la com um conteúdo social que respondesse aos interesses e anseios da maioria, dos humilhados e ofendidos por cinco décadas de fascismo, foram os comunistas que ocuparam a primeira fila da luta. (Mas que história é essa de dar conteúdo social à liberdade? Não lhe chega - à ralé - poder votar em quem os barretos disserem e inscrever-se no partido indicado pelos pachecos? Reforma Agrária? Não queriam mais nada? Bem fez aqui o colega Barreto quando começou a entregar as terras cultivadas aos agrários, os quais - em nome da liberdade e com dezenas de milhões de contos de indemnizações - as transformaram em moderníssimas coutadas.) Miguel, procurando dar àquilo um ar de debate, sacou da sua sondagem secreta; os comentadores enterraram-se e enterraram-se, cheios de glória e sem vergonha. O programa afundou-se.

Merecem, os três, a sua ordem da liberdade. Barreto merece-a talvez um pouco mais: porque meteu a reforma agrária na ordem e deu toda a liberdade aos latifundiários.

■ José Casanova

EUROPA
Profetas da desgraça

Os timoneiros da «nova ordem» europeia e o seu poderoso exército de tecnocratas e plunitivos mercenários estão atrapalhados e inquietos. Os ventos não lhes correm de feição. A braços com o crescimento da luta social (vejam-se, por exemplo, as extraordinárias manifestações na Bélgica e as grandes lutas dos camponeses e trabalhadores da Grécia); enleados numa densa teia de contradições que a marcha forçada para a moeda única e o reforço da supranacionalidade suscitam; com governos politicamente fragilizados e crescentemente contestados - sentem o terreno fugir-lhe debaixo dos pés. A evolução da situação na própria «locomotiva» alemã tornou-se um factor de nervosismo, com as grandes lutas sindicais, o crescente descrédito de Kohl, a dificuldade em concretizar os critérios para a moeda única e, nos últimos dias, a notícia de que, em Janeiro, o número de desempregados explodiu para 4.660.000, um record absoluto desde o fim da segunda guerra mundial.

Sousa Franco considera, na Assembleia da República, que o «ambiente está perigoso» e, segundo o Público de 5.2.97, diz mesmo que se perspectiva uma «batalha» que pode acabar por ser «intra-europeia». Durão Barroso escreve no Expresso de 8.2.97 que a «Europa está confrontada com problemas verdadeiramente sérios» e adverte de Washington que «se corre o risco do regresso da Europa àquilo que ao longo da história ela teve de pior». Entretanto, numa entrevista a que provavelmente não se deu ainda toda a atenção que merece (Expresso 1.2.97), Ernâni Lopes fora ainda mais longe e de modo mais explícito: «Sem a moeda única a guerra é uma questão de tempo.» Nem mais nem menos.

Naturalmente que uma tal dramatização tem de considerar-se no quadro das contradições, manobras, golpes e contragolpes, regateio de interesses, que percorrem a classe dominante. E, sobretudo, como uma intolerável forma de pressão sobre os trabalhadores e os povos que, perante o espectro de uma guerra, teriam obviamente de escolher a moeda única. Sejam quais forem os sacrifícios. Seja qual for o grau de dependência e submissão impostos aos seus países. E isto, por si só, deve ser firmemente rejeitado e condenado. Mas há algo mais e bem mais perigoso para que importa alertar. O distanciamento, a frieza tecnocrática, a insolente e crua desumanidade com que os serventuários e beneficiários do grande capital recorrem ao terrorismo psicológico e manejam conceitos como o de «guerra». Neste particular, a citada entrevista de Ernâni Lopes é tão exemplar como inquietante: «E.L. - sem a moeda única a guerra é uma questão de tempo. Exp. - A guerra? E.L. - É um problema de análise crua. A guerra é um elemento, no meio de muitos outros, de panóplia normal de instrumentos. Não é uma obrigação, mas faz parte dos instrumentos normais de utilização da política dos Estados.»

A «análise crua» de E.L. não deixa de ter algum fundamento, sobretudo tendo em vista os acelerados processos de militarização e intervencionismo agressivo que aí estão, seja no quadro da União Europeia, seja no processo de reforço e expansão da NATO para leste, a que o acordo «secreto» franco-alemão de cooperação militar assinado a 9 de Dezembro em Estrasburgo vem dar um novo e perigoso impulso. Aliás, como alertámos na Resolução Política do nosso XV Congresso, o mundo encontra-se hoje «mais perigosamente exposto à dinâmica das contradições inter-imperialistas e aos impulsos expansionistas da natureza exploradora, opressora e agressiva do imperialismo». Entretanto nem a brutal regressão civilizacional inerente à «nova ordem» que o grande capital pretende impor nem a guerra são fatalidades. O dilema entre uma e outra, que E.L. seraficamente enuncia, é politicamente falso e moralmente inaceitável. A alternativa - de um Portugal soberano, numa Europa de progresso social, paz e cooperação - existe e está ao alcance do nosso povo, com a luta conjugada com a dos restantes povos da Europa e do mundo.

■ Albano Nunes



Foto: Jorge Caria

Tem música!

Esta, que dois operários da Têxtil Manuel Gonçalves tocam, é de escárnio e mal-dizer, pelo roubo das 40 horas

SEMANA



Taxas portuárias prejudicam Portugal

A prevista supressão, em 30 de Junho de 1999, das vendas *duty free* (livres de impostos) nos grandes meios de transporte da União Europeia está a causar grande apreensão. Estas vendas sem impostos constituem importante fonte de receitas para aeroportos, companhias aéreas e *ferries*, e a sua supressão irá reflectir-se, necessariamente, no aumento do custo dos transportes intercomunitários e na transferência de fluxos turísticos da União para destinos terceiros.

Os interesses portugueses são dos mais afectados por esta medida, a começar pelos três aeroportos do continente onde o tráfego é maioritariamente comu-

nitário, com 82,4% dos seus passageiros internacionais. Com a implementação desta medida comunitária em 1999, estima-se uma quebra de 65% nas vendas *duty free* o que, a preços de hoje, significa uma perda anual de receitas para a ANA na ordem dos 2,5 milhões de contos.

Para recuperar integralmente tais quebras, a empresa portuguesa de Aeroportos e Navegação Aérea terá de aumentar em 20 a 30% as suas taxas aeroportuárias. Outra das consequências desta abolição das vendas *duty free* é um aumento das tarifas aéreas e inevitável desvio dos fluxos turísticos para destinos mais baratos.

Irão em crise no aniversário fundamentalista

O Irão celebrou esta semana o 18º aniversário da revolução fundamentalista liderada pelo *ayatollah* Khomeini - que derrubou o regime autoritário do Xá para o substituir por um regime ainda mais sangüinário e igualmente brutal -, num quadro de crise social em agravamento pro-

gressivo. A população quase duplicou, passando de 34 para 63 milhões entre 1979 e a actualidade, o que significa que 50% dos iranianos não existiam durante a revolução. É precisamente sobre os mais novos que a crise do regime se abate com particular violência, nomeadamente no



que toca ao desemprego e falta de perspectivas de vida. O regime fundamentalista tem de tal modo consciência disso que, recentemente, o *Teheran Times* assinalava que «a nossa juventude, que representa metade da população, precisa de ser informada sobre as realizações da revo-

lução». Nem a feroz repressão do regime consegue abafar os fenómenos de degradação, como o consumo de drogas e a marginalidade, que aumentam vertiginosamente entre os mais jovens, encurralados numa austeridade cega e sem quaisquer saídas ou perspectiva delas.

Equador escolhe um de «três presidentes»

O Congresso do Equador resolveu provisoriamente a «crise dos três presidentes» ao nomear Rosalia Arteaga, a vice-presidente do país, para o lugar de Chefe de Estado. A crise estalou com o a destituição pelo Congresso do presidente Abadala Bucaram, considerado «louco», tendo Fabian Alarcon, presidente do Congresso, sido nomeado presidente interino. O problema agravou-se quando todos reclamaram o cargo de Chefe de Estado do Equador: por um lado, o recém-distituído Abadala Bucaram, que afirmou recusar a destituição, por outro o recém-empossado Fabian Alarcon, que reclamava a legitimidade conferida pelo Congresso, e por último a vice-presidente Rosalia Arteaga, reivindicando a Constituição do País que lhe confere a titularidade da Presidência, em caso de impedimento ou destituição do Presidente. Só que as coisas não parecem ainda resolvidas, porque o Congresso insiste agora em eleger (em vez de nomear, como fizera com Fabian Alarcon) um novo presidente interino num escrutínio interno.

A polémica do aborto avança para o Parlamento

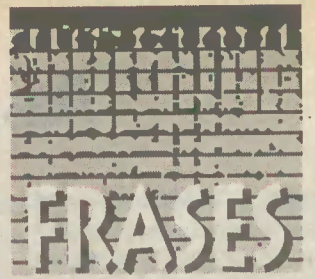
Estão a correr o País dois mil manifestos com um abaixo-assinado em defesa da despenalização do aborto até às 12 semanas prevista nos projectos de lei do PCP e da JS, tendo por objectivo promover uma mobilização popular dentro e fora da Assembleia da República no próximo dia 20 de Fevereiro, data prevista para a discussão destes diplomas. O documento vai estar em circulação até hoje, dia 13, estando prevista uma conferência de Imprensa promovida pela entidade promotora, a APF, a divulgar todos os aspectos desta iniciativa. O documento será entregue na Assembleia da República no próximo dia 20, data da subida ao plenário dos projectos de lei relativos à interrupção voluntária da gravidez. Entretanto, alguns movimentos católicos, empenhados numa campanha contra qualquer alteração à actual lei, estão a procurar organizar para o mesmo dia 20 e para o mesmo local - a Assembleia da República - uma marcha de protesto a partir da Basílica da Estrela em direcção a S. Bento. Na Assembleia da República, já há quem defenda a hipótese de encerramento das galerias ao público durante o referido debate, o que está a lançar, igualmente, viva polémica, pois não há precedentes de tal ter feito no regime democrático.



Extrema-direita avança em França

A lista de extrema-direita da Frente Nacional de Le Pen venceu, com maioria absoluta, a eleição parcial disputada na cidade de Vitrolles, no Sueste de França, conquistando assim o governo da quarta cidade francesa. Anteriormente, os neofascistas de Le Pen já tinham conquistado as cidades de Toulon, Orange e Marignane. Esta segunda volta, que deu

a vitória à Frente Nacional, registou um substancial aumento de afluxo às urnas, que subiu dos 76,26% registados na primeira volta para 81,2%. Vitrolles é uma cidade recente, de traçado moderno e duramente fustigada pelo desemprego. Como é seu hábito, os candidatos da extrema-direita usaram uma campanha de promessas de uma demagogia sem fim, como a baixa dos impostos e a criação de postos de emprego, sem, contudo, explicarem como o farão nem que a sua política de «renascimento» significa cortes brutais nos serviços públicos e sistemas assistenciais. Entretanto, jovens de extrema-direita desencadearam de imediato uma onda de violência na cidade para «festejar» a vitória.



“Não vejo obstáculos teológicos à ordenação de homens casados e à alteração das normas relativas ao celibato e à castidade. Eu já não aproveitarei dessa oportunidade.”

Eurico Dias Nogueira, arcebispo de Braga, em entrevista a «O Independente» (7.2.97)

“O Governo é só diálogo, diálogo e diálogo e não resolve nada.”

id.ibidem

“Astrólogo chinês prevê futuro risonho para Sampaio, Guterres e políticos de baixa estatura.”

in DN 9/2/97

“Ouvi a voz de Jacinta, senti um formigueiro nas pernas e fiquei curada.”

Emília Santos, devota dos pastorinhos de Fátima in Tal & Qual 7/2/97

“Não sou nenhum herói. Heróis são os que não têm medo e eu tenho medo.”

Eduardo Sandez, «dissidente cubano» in DN 9/2/97

“Uma transição sem o Governo seria muito perigosa.”

id.ibidem

“Não haverá nenhum «governo de transição» em Cuba porque «jamais existirá transição do socialismo para o capitalismo.»

Fidel Castro citado pelo DN de 9/2/97

“DN - Portugal considera a possibilidade de renovar o seu grupo de submarinos. A Grã-Bretanha tenciona colocar alguns dos seus no mercado de usados. Já houve contactos com Lisboa?”

PI - Penso que, no que respeita à Grã-Bretanha, esse assunto ainda não é público... É?

DN - Aqui em Portugal é...”

Sir Peter Inge, CEMGA britânico, em entrevista ao DN 10/02/97

“Gosto de Mahler, que é uma música parecida com a minha.”

Amália Rodrigues em entrevista à revista «Pública» (9/2/97)

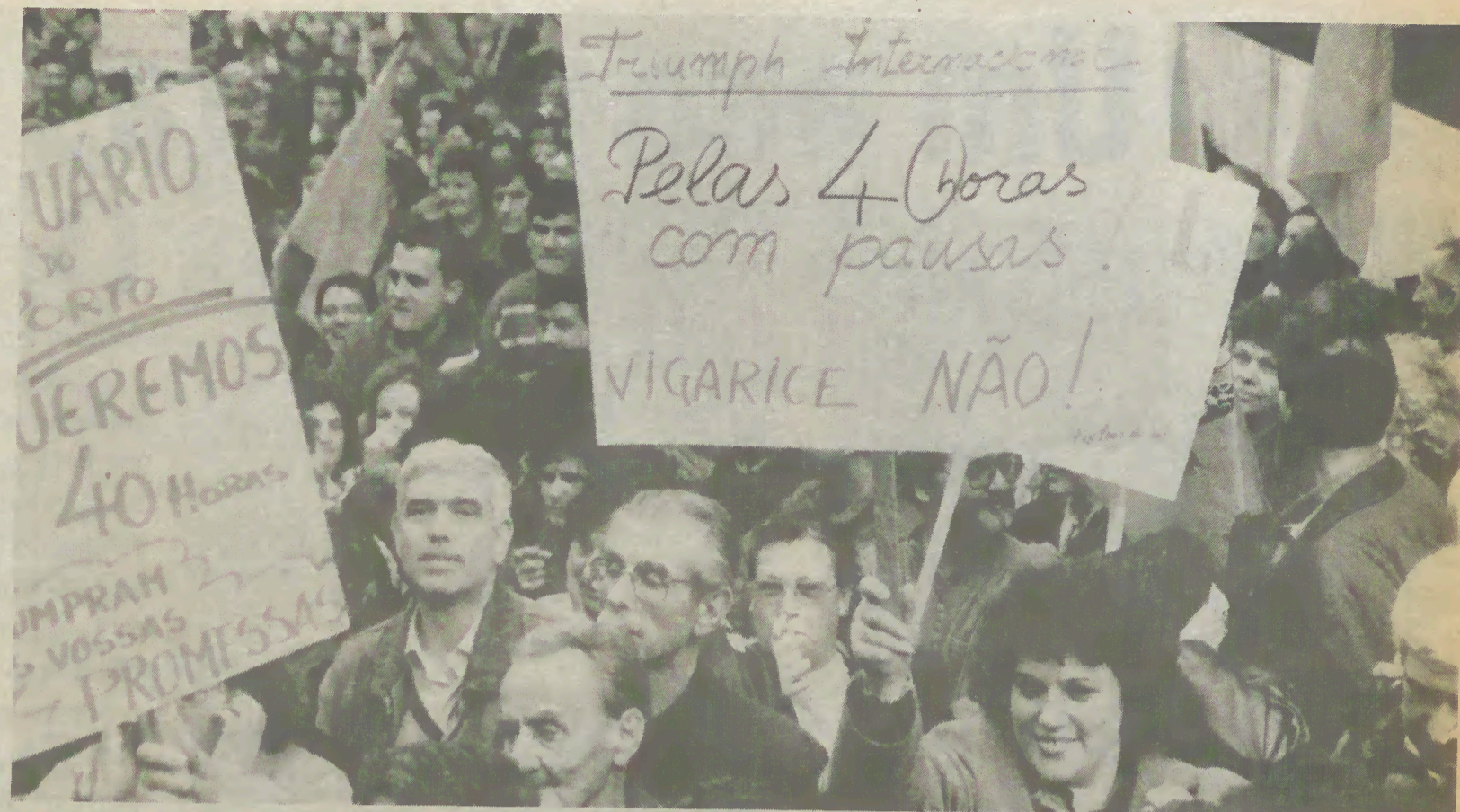
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Vive-se uma atmosfera de conflitualidade em muitas empresas na

sequência da entrada em vigor da Lei da flexibilidade e polivalência. Em causa está, de momento, a interpretação que dela faz uma parte significativa do patronato no que se refere à aplicação do horário de trabalho máximo de 40 horas. Subvertendo o espírito e a letra da lei - para o que contam com o apoio do Governo, da UGT e da CIP -, os patrões optam por interpretá-la em termos que servem as suas conveniências. Os trabalhadores, nas empresas e nas ruas, reagem, com determinação, ampliando um movimento de contestação contra o que apelidam de verdadeiro "conto do vigário". Pela sua parte, o PCP não tem dúvidas quanto à razão que assiste aos trabalhadores. E embora entenda que não é necessária qualquer lei interpretativa, julga útil uma clarificação e consagração legal dos conceitos atinentes à duração do trabalho. É esse o objecto de um projecto de lei entregue na semana transacta na Mesa do Parlamento.

Trata-se de uma iniciativa legislativa que visa sobretudo clarificar conceitos que hoje estão fixados pela doutrina e pela jurisprudência, conceitos estes que não sendo novos nem questionados têm sido alvo de algumas resistências e situações de conflitualidade.

"Daí a vantagem da sua explicitação legal", como tratou de sublinhar o líder da bancada comunista, Octávio Teixeira, na apresentação pública do projecto, cujo conteúdo, esclare-



Para os trabalhadores é uma vigarice a interpretação feita pelo patronato e pelo Governo à lei das 40 horas

No horário normal de trabalho

As pausas contam

ceu, não introduz nenhum "direito novo", mas apenas fixa em Lei (ver caixa) "conceitos com o conteúdo de progresso jurídico e social que hoje têm por força das normativas existentes".

Acompanhado por Jerónimo de Sousa, João Amaral e Odete Santos, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP insistiu em realçar na conferência de imprensa que esta iniciativa legislativa do PCP não introduz qualquer dado novo - "não altera um milímetro à interpretação que já hoje, com a lei vigente, resulta da Lei nº 21/96", esclareceu -, antes visa, com a sua aprovação, evitar daqui para o futuro "manipulações grosseiras que atentem contra os direitos dos trabalhadores, quer na definição do horário de trabalho, quer na execução da sua redução, por força de lei ou regulamentação".

É pois com este enquadramento que o Grupo Parlamentar

do PCP define a sua posição de que a Lei é absolutamente clara ao determinar que os trabalhadores que à data da publicação da lei tenham um período normal de trabalho de 44 horas devem passar com a sua aplicação (Lei nº 21/96) para o máximo de 42 horas em 1 de Dezembro de 1996 e para as 40 horas em 1 de Dezembro de 1997 (neste incluindo as pausas que faziam parte daquele horário normal de trabalho de 44 horas). Do ponto de vista dos deputados comunistas, este é "o único entendimento justo e possível da Lei", convicção sólida que os leva a afirmar que a interpretação feita por uma parte significativa do patronato, com o apoio do Governo, da UGT e da CIP, é não apenas "abstrusa", como, no caso da cobertura governamental, constitui uma ultrajante fraude que viola todas as promessas feitas nesta matéria pelo Partido Socialista aos trabalhadores.

Em abono da sua tese de que tal entendimento é de facto o único aceitável, invocam os parlamentares do PCP o próprio entendimento que resulta do Parecer da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, o qual, em sua opinião, revela que "foi esse o pensamento do legislador". Recordado é igualmente o facto de sempre se ter anunciado, prometido e falado em diminuição do período normal de trabalho, quer na campanha eleitoral, quer na discussão na Assembleia da República e no debate público, quer ainda no processo legislativo que conduziu à lei, não tendo nunca ninguém estabelecido para este efeito qualquer distinção entre período normal de trabalho e trabalho efectivo. Acresce, por último, que é à redução do período normal de trabalho que se refere a lei, como assinalou Octávio Teixeira, "bastando ler o que diz o seu título e o seu artigo 1º, nº 1".

E a situação é de tal modo clara que, excluindo o trio Governo-CIP-UGT, reunidos na Comissão de Acompanhamento do Acordo de Concertação de Curto Prazo, nenhuma das numerosas entidades e especialistas, incluindo partidos, entidades do Estado e juristas, que se pronunciou sobre a lei, como foi assinalado no encontro com os jornalistas, "aceitou a interpretação facciosa e incongruente que o patronato, com a conivência do Governo e da UGT, quer impor".

Daí que, para o PCP, seja uma evidência não ser "legalmente necessário nenhum outro acto de natureza jurídica que vise interpretar a Lei", uma vez que, foi Octávio Teixeira a sublinhá-lo -, "a lei é clara, consagra as 40 horas de horário normal de trabalho e só o Governo teima em distorcer o sentido da lei para apoiar o seu incumprimento".

Vigarice

Na opinião do Grupo Parlamentar do PCP, não é apenas uma parte significativa do patronato que tem uma interpretação abusiva e ilegítima que perverte os dispositivos da Lei da polivalência e flexibilidade no que toca à aplicação do horário máximo de trabalho de 40 horas. "Particularmente grave", dizem os deputados comunistas, é a posição do Governo, a quem acusam de ter violado a sua promessa eleitoral das 40 horas. Com efeito, ao interpretar a lei da forma que melhor satisfaz as associações patronais, associando-se a estas numa espécie de câmara corporativa, o Governo remete os trabalhadores para os tribunais, acentuando, com tal opção, a fragilidade do trabalhador no contrato de trabalho.

Com esta postura, o Governo do PS nega a própria concretização das 40 horas, segundo a bancada comunista, que recorda a propósito as posições públicas assumidas pelo secretário de Estado do Trabalho, Monteiro Fernandes, em nome do Executivo, em que admite explicitamente exemplos de horários de 41.30 horas e 42.20 horas, em vez das 40 horas.

Também na conferência de imprensa não foram poupadas críticas a esta posição, tendo a este respeito Octávio Teixeira afirmado que o "Governo mandou o Dr. Monteiro Fernandes para vir publicamente dizer que quer vigarizar os trabalhadores, faltando à promessa de redução do horário para as 40 horas".

Clarificar conceitos

Ao clarificar os conceitos relativos à duração do trabalho, para o PCP, trata-se sobretudo de fixar em lei conceitos cujo conteúdo emana do próprio processo de formação jurídica e social e da sua interpretação doutrinária e jurisprudencial. Como é salientado na nota preambular do diploma, não se trata de "criar conceitos novos", mas, tão-só, de fixar em lei "conceitos com o conteúdo de progresso jurídico e social que têm hoje".

Nesse sentido, tem assento legal a clarificação dos seguintes conceitos:

Tempo de trabalho

Todo o tempo em que o trabalhador está a trabalhar ou está disponível para o trabalho, donde resulta que as pausas ou intervalos de descanso, ainda que impliquem paragem ou substituição do trabalhador, fazem parte desse tempo de trabalho, desde que o trabalhador não possa dispor desse tempo, isto é, desde que o trabalhador não tenha nesses períodos a liberdade dos seus actos.

Período normal de trabalho e duração normal de trabalho

Todo o tempo de trabalho com exclusão do trabalho suplementar.

Trabalho efectivo

Todo o tempo de trabalho, incluindo, portanto, as pausas e intervalos de descanso que se caracterizam por não ter o trabalhador a plena liberdade dos seus actos. Na aplicação dos conceitos atrás referidos, dá-se assento legal clarificado à regra de que as reduções do período normal de trabalho impostas por lei, por instrumento de regulamentação colectiva ou resultantes de acordo, serão feitas no tempo de trabalho, por forma a que o limite máximo resultante da redução, consagrado para o período normal de trabalho ou para a duração normal do trabalho semanal, compreenda o tempo das pausas e intervalos de descanso considerados, tempos de trabalho. Como chama a atenção o Grupo Parlamentar do PCP, também aqui não se inova, já que o conteúdo desta regra decorre dos conceitos vigentes (por isso esta é a regra a aplicar correctamente a qualquer diploma legal que contenha redução do tempo normal de trabalho).

Um ano de lutas

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA
Um Orçamento para mais desemprego

A Comissão Política do PCP proclama a sua profunda rejeição do Orçamento do Estado para 1996. Em continuação da linha política, programática e ideológica da unidade, de união de classe, o orçamento elaborado pelo governo da PSD/CDS-PP, concebido em condições de absoluta falta de transparência e de profunda desigualdade na distribuição do Rendimento Nacional...

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

13 de Fevereiro de 1996 • Preço: 150000 (incluindo IVA) • Nº 1120 • Director: Carlos Bica

Concertação Social
A lei da selva

«Hoje existe já alguma flexibilidade e polivalência, nuns casos imposta, noutros casos negociada com contrapartidas. Mas o objectivo do patronato é sempre intensificar a exploração, aumentar os ritmos de laboração e liquidar postos de trabalho», diz ao «Avante!» o dirigente sindical José Ernesto Cartaxo, a propósito do acordo repudiado pela CGTP, suscitado pelo patronato e aceite pela UGT «é certo a realidade».

INTERNACIONAL
Desemprego na Alemanha

Mais de 4 milhões de desempregados na Alemanha — um dramático recorde histórico — levam a guerra a destruir a fábrica...

EM FOCO
Pobreza no Alentejo

Sozinha direccionar, que sinal de coragem os trabalhadores, os reformados e outros portugueses que lutam por uma vida melhor não passam de um bando de imigrantes...

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

13 de Fevereiro de 1996 • Preço: 150000 (incluindo IVA) • Nº 1120 • Director: Carlos Bica

Carlos Carvalhas em Mértola
Reforço e dinamismo do PCP

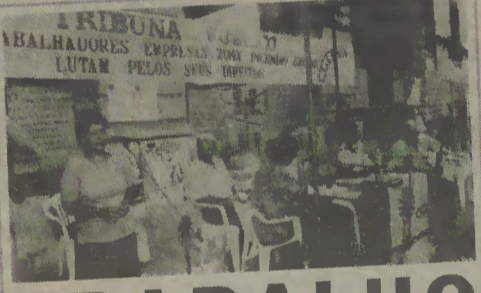
«As inaugurações de Centros de Trabalho feitas já este ano, bem assim como as novas inscrições na JCP e no PCP nomeadamente de jovens, testemunham o reforço do nosso partido, o seu rejuvenescimento e o seu dinamismo», afirmou Carlos Carvalhas na inauguração do CT de Mértola.

NACIONAL
Candidatos CDU nos Açores e Madeira

Entregues as listas para as eleições regionais de Outubro

INTERNACIONAL
França Solidariedade com imigrantes

Manifestações em todo o País



TRABALHO EM CHAMAS

Oito anos depois do incêndio no Chiado, os trabalhadores dos estabelecimentos comerciais atingidos pelo sinistro vêm protestar e exigir responsabilidades aos patrões, ao Governo...



Nos planos para Aljustrel só os mineiros têm cumprido

A concretização das propostas para a mineração e para o conselho foi exigida na semana passada, num plano que marca para hoje uma concentração junto ao edifício da administração das Pirites Alentejanas. Os compromissos assumidos por Augusto Mateus, ainda como secretário de Estado da Indústria, não são a ser cumpridos e tem havido novas declarações no sentido contrário por parte dos responsáveis da mina...

EM FOCO
Cedências absurdas e trapalhadas

Confirma-se que as cedências, absurdas e trapalhadas do PS em matéria de referendo não o cambio que se completou para inviabilizar a regionalização.

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

13 de Fevereiro de 1996 • Preço: 150000 (incluindo IVA) • Nº 1120 • Director: Carlos Bica

Trabalhadores da Função Pública exigem do Governo

«Passado quase meio ano, nem se ouviram as medidas mediana nem se avançou na generalidade das matérias acordadas para negociações, afirmaram, em reunião aprovada na passada semana, os trabalhadores concentrados no Manguês de Pombal, de onde separam para a resistência do Primeiro-Ministro».

REGULARIZAÇÃO DE IMIGRANTES
Atrasos e omissões preocupantes

Antonio Filipe

Democracia formal ou ditadura informal?

Zilbi Branco

Euro'96 Portugal entre os favoritos

Jose Alvarez

EM FOCO
Seis apontamentos

O facto de ser o primeiro a chegar ao topo do edifício, a ideia sempre actualizada, a possibilidade de ser o primeiro a chegar ao topo do edifício, a ideia sempre actualizada, a possibilidade de ser o primeiro a chegar ao topo do edifício...

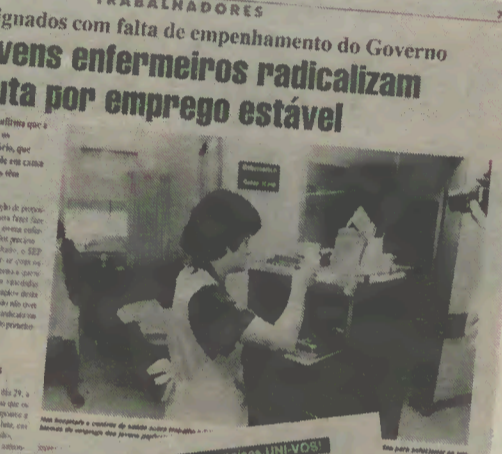
Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

13 de Fevereiro de 1996 • Preço: 150000 (incluindo IVA) • Nº 1120 • Director: Carlos Bica

LUTAR PARA VENCER

Primeiro acordo global na Portugal Telecom
Medidas e compromissos para guardas florestais e jovens enfermeiros



Indignados com falta de empenhamento do Governo
Jovens enfermeiros radicalizam a luta por emprego estável

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses afirma que a falta de vontade do Governo para resolver os problemas de emprego e emprego precário, quer em condições de trabalho profissional, por sua causa directa...



Planeta Poder
Lidera do PS, sempre se vai para a frente, sempre se vai para a frente, sempre se vai para a frente...

Política óscura
Esposas em greve
Política óscura
Esposas em greve

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

13 de Fevereiro de 1996 • Preço: 150000 (incluindo IVA) • Nº 1120 • Director: Carlos Bica

CGTP marca nova jornada nacional para dia 16

Em comemoração realizadas em seis dezenas de localidades de todo o País, a CGTP anunciou uma jornada de luta de âmbito nacional para 16 de Maio, véspera da votação na AR da proposta de lei da «flexibilização» e da «polivalência».

25 Abril Festa em todo o país
O 22.º aniversário do 25 de Abril foi comemorado em todo o País, juntando em...

O PS quer mudar de nome?
Hoje na RTP 1 Tempo de Antena do PCP após o Telejornal das 20 horas

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

13 de Fevereiro de 1996 • Preço: 150000 (incluindo IVA) • Nº 1120 • Director: Carlos Bica

SACRIFICAR O PAÍS à moeda única

Orçamento passa viabilizado pelo PSD

GRUNDIG em greve
Para defender 700 postos de trabalho, iniciará-se há uma semana uma greve na CGTP, que pode alargar a todo o complexo Grundig/Bisagunka.

A Mulher e o Desporto
Congresso aponta discriminações

«Avante!» faz anos. Dia 15 de Fevereiro, depois de amanhã, cumprem-se 66 anos sobre o dia em que o órgão central do PCP se publicou pela primeira vez. Foi em 1931, já na clandestinidade e na dura batalha contra o fascismo. Durante décadas, antes e depois do 25 de Abril, o nosso jornal, para além da divulgação das ideias e propostas políticas do Partido, e da atenção que dá aos mais variados aspectos da vida nacional e internacional, destaca muito especialmente as lutas dos trabalhadores, no nosso país e no estrangeiro. Grandes e pequenas lutas, pelo emprego e pelos salários, pelo horário de trabalho, pelos direitos e liberdades dos trabalhadores, ocupam largo e destacado espaço nas páginas do «Avante!». Nesta altura de aniversário, recordamos o essencial de um ano dessas lutas.

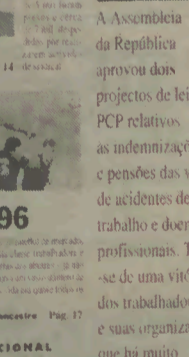
Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

13 de Fevereiro de 1996 • Preço: 150000 (incluindo IVA) • Nº 1120 • Director: Carlos Bica

Acidentes de trabalho

A Assembleia da República aprovou dois projectos de lei do PCP relativos as indemnizações e pensões das vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais. Trata-se de uma vitória dos trabalhadores e suas organizações, que há muito...



Desemprego e austeridade para Na Europa crescem contra Maastricht e

O fenómeno único de um governo condicionado...

Recusamos sacrifícios e promessas enganadoras

A mão visível

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

13 de Fevereiro de 1996 • Preço: 150000 (incluindo IVA) • Nº 1120 • Director: Carlos Bica

Sindicatos de Lisboa preparam jornada de dia 30

As lutas estão aí

Para a próxima quarta-feira está convocada uma manifestação de trabalhadores do distrito de Lisboa. No dia seguinte realizam-se jornadas de luta em Évora. Há de lugar a primeira reunião da Administração Pública. Outras lutas estão em curso em Setúbal e Beja, com o objetivo de se obter a contratação coletiva e a paralização de emprego. Em Faro, há de lugar a primeira reunião da Administração Pública. Outras lutas estão em curso em Setúbal e Beja, com o objetivo de se obter a contratação coletiva e a paralização de emprego. Em Faro, há de lugar a primeira reunião da Administração Pública. Outras lutas estão em curso em Setúbal e Beja, com o objetivo de se obter a contratação coletiva e a paralização de emprego.

De acordo com o comunicado, a manifestação de Lisboa terá lugar às 14h30, no Largo do Carmo. A manifestação de Évora terá lugar no dia seguinte, às 10h30, no Largo da República. A primeira reunião da Administração Pública terá lugar no dia seguinte, às 10h30, no Largo da República. Outras lutas estão em curso em Setúbal e Beja, com o objetivo de se obter a contratação coletiva e a paralização de emprego. Em Faro, há de lugar a primeira reunião da Administração Pública. Outras lutas estão em curso em Setúbal e Beja, com o objetivo de se obter a contratação coletiva e a paralização de emprego.



Manifestação convocada para o dia 30 de fevereiro em Lisboa.

EM FOCO

Ano perdido no turismo

O ano de 1996 foi considerado um ano perdido para o turismo português. Segundo o relatório publicado pelo Turismo de Portugal, o número de turistas estrangeiros que visitaram o país diminuiu em 1,5% em comparação com o ano anterior. A receita turística também registou uma ligeira queda, o que se deveu a uma combinação de fatores, incluindo a concorrência de outros destinos e a instabilidade política em alguns países.

Proletários de lutas em países UNIVOS

CGTP traz a rua problemas reais

O CGTP-IN trouxe para a rua os problemas reais dos trabalhadores portugueses. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor.

Petrogal cede à greve de fome

O Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo (STP) conseguiu a sua reivindicação principal após uma greve de fome. O sindicato conseguiu a contratação coletiva e a paralização de emprego, o que representa um sucesso importante para os trabalhadores do setor.

Crise no Básico

A crise no setor do básico está a agravar-se, com muitos trabalhadores a enfrentar condições de trabalho precárias. A falta de investimento e a concorrência internacional estão a levar a uma situação de estagnação e desemprego crescente.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Em defesa da oliveicultura

O Parlamento aprovou um projeto de lei em defesa da oliveicultura portuguesa. A medida visa garantir a sustentabilidade do setor e proteger os produtores de práticas comerciais desleais. O projeto também prevê a criação de um fundo de apoio aos produtores.

40 HORAS SÃO PARA COMPRIR!

Os trabalhadores devem cumprir as 40 horas de trabalho semanais. O CGTP defende que a redução da jornada de trabalho é essencial para melhorar as condições de trabalho e reduzir o stress. A organização considera que a atual jornada de 48 horas é insustentável.

Ainda o Congresso

O Congresso do CGTP está em curso, com os delegados a discutir as prioridades da organização. A agenda inclui a defesa dos direitos laborais e a luta por melhores condições de trabalho. O congresso é considerado um momento importante para a organização.

Mundet do Seixal E da fábrica se fará

A greve convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Seixal e da Indústria Química (STSIQ) está a decorrer. Os trabalhadores estão a lutar por melhores condições de trabalho e salários. A greve tem afetado a produção da fábrica, o que tem gerado preocupação entre os gestores.

MELHORES SALÁRIOS

Os trabalhadores conseguiram melhores salários através da luta coletiva. A contratação coletiva negociada pelo CGTP resultou em aumentos significativos nos salários e na melhoria das condições de trabalho. Esta vitória é considerada um marco importante para os trabalhadores.

TRABALHO EM CHAMAS

O trabalho em condições precárias continua a ser uma realidade para muitos trabalhadores. A falta de investimento e a concorrência internacional estão a levar a uma situação de estagnação e desemprego crescente. Os trabalhadores precisam de lutar por melhores condições de trabalho.

Manif. na baixa lisboeta e em São Bento

Manifestações foram realizadas na baixa lisboeta e em São Bento. Os participantes exigiram melhores condições de trabalho e salários. As manifestações foram pacíficas e atraíram um grande número de participantes.

CGTP traz para a rua os problemas reais

O CGTP trouxe para a rua os problemas reais dos trabalhadores portugueses. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor.

Luta de classes na ordem do dia

A luta de classes deve ser a ordem do dia para os trabalhadores. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

Onde estão?

Os trabalhadores devem estar preparados para a luta. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

Milhares de trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado concentraram-se à porta de Guterres

Milhares de trabalhadores dos setores têxtil, vestuário e calçado concentraram-se à porta de Guterres. A manifestação foi pacífica e atraíram um grande número de participantes. Os trabalhadores exigiram melhores condições de trabalho e salários.

CGTP defende a greve geral

O CGTP defende a greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro. A organização considera que a greve é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Manif. na baixa lisboeta e em São Bento

Manifestações foram realizadas na baixa lisboeta e em São Bento. Os participantes exigiram melhores condições de trabalho e salários. As manifestações foram pacíficas e atraíram um grande número de participantes.

INTERNACIONAL

Luta de classes na ordem do dia

A luta de classes deve ser a ordem do dia para os trabalhadores. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

DE FÓRCE

Os magníficos capitães

O filme 'Os magníficos capitães' retrata a luta dos trabalhadores. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Trabalhadores em luta «Verdes de raiva vermelhos de cólera»

Trabalhadores em luta em todo o mundo. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Belarússia

Situação política em Belarússia. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Alemanha Metalúrgicos em luta

Os metalúrgicos alemães estão em greve. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Direitos humanos na Turquia

Preocupação com os direitos humanos na Turquia. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

Faleceu Manuel Sobral

Faleceu Manuel Sobral, líder sindical. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Bélgica Greve geral em defesa dos salários

Greve geral em Bélgica em defesa dos salários. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Zaire A catástrofe anunciada

A catástrofe anunciada em Zaire. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Argélia Um referendo polémico

Referendo polémico em Argélia. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

As recentes eleições na Nicarágua

Resultados das eleições na Nicarágua. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

Amplia-se a resistência e a exigência de outra política

A resistência dos trabalhadores está a ampliar-se. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

Agricultores somam apoios dois meses após as eleições

Agricultores somam apoios dois meses após as eleições. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

Paquistão em greve

Greve em Paquistão. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Lutas na França

Lutas sociais em França. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Paquistão em greve

Greve em Paquistão. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

Michel Emploi e Gegocia

Michel Emploi e Gegocia. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

Agriultores somam apoios dois meses após as eleições

Agricultores somam apoios dois meses após as eleições. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

Argélia Um referendo polémico

Referendo polémico em Argélia. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Lutas na França

Lutas sociais em França. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Paquistão em greve

Greve em Paquistão. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

Agriultores somam apoios dois meses após as eleições

Agricultores somam apoios dois meses após as eleições. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

Argélia Um referendo polémico

Referendo polémico em Argélia. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Lutas na França

Lutas sociais em França. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Paquistão em greve

Greve em Paquistão. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

INTERNACIONAL

Lutas na França

Lutas sociais em França. A organização defende que a luta coletiva é a única forma de garantir melhorias significativas no setor. A greve geral convocada para o dia 30 de fevereiro é uma resposta direta às condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de direitos laborais.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Combate aos fogos florestais Falta uma verdadeira política de prevenção

O plano de prevenção e combate aos fogos florestais apresentado pelo Governo revela preocupantes insuficiências

Em matéria de política de prevenção bem como de combate aos fogos florestais poucas são as alterações que permitam estabelecer qualquer diferença clara, no plano das orientações e da acção, entre o Governo PS e o seu antecessor. Esta a conclusão a que chegou o deputado comunista Rodeia Machado no debate de urgência, realizado faz hoje oito dias, em que foi apreciado o Programa de Combate aos Fogos Florestais.

Recenseados, como não podia deixar de ser, foram neste capítulo os resultados práticos obtidos com a mudança de Executivo. Tendo como pano de fundo a defesa da floresta portuguesa, o apuramento obtido não é propriamente animador. É que se no passado recente a marca mais forte deixada pelos governos do PSD foi a ausência de uma política global de ordenamento florestal e mesmo a anarquia e o seu crescimento desordenado, no caso do Governo PS o mínimo que se pode dizer é que - apesar de dispor hoje de um

diploma de ordenamento florestal que o PCP apresentou no Parlamento - continua a não ser capaz de incrementar as medidas que o País carece, designadamente no plano do ordenamento da floresta e da política de prevenção.

Disso é testemunho, na opinião de Rodeia Machado, o Plano de prevenção, vigilância e combate agora apresentado, o qual, salienta, "fica aquém do que é possível fazer nesta matéria". O Grupo comunista não compreende concretamente as razões pelas quais o Governo - dispon-

do desse importante instrumento que é a referida lei do ordenamento florestal - não lhe dá aplicação prática, procedendo à sua regulamentação e disponibilizando os meios considerados necessários para a sua execução.

Ora é precisamente aqui que continua a residir a principal falha, o que significa que continua a faltar uma verdadeira política de prevenção aos fogos florestais, quando é certo - foi Rodeia Machado a lembrá-lo - que a existência daquele diploma de ordenamento florestal "deve ser a base segura e decisiva para o encaminhamento da floresta em Portugal".

Apesar de o considerar insuficiente, ainda assim, Rodeia Machado não deixou de reconhecer alguns aspectos positivos no Plano, que importa aprofundar, nomeadamente, salientou, quanto à utilização do material lenhoso da limpeza das matas como combustível numa futura central termoeléctrica, a vigilân-



cia através de aeronaves de clubes, o reforço dos grupos de primeira intervenção, a articulação dos recursos humanos disponíveis e, sobretudo, a acção de sensibilização das populações para a eliminação de matos e desperdícios lenhosos. Quanto

ao combate ao fogo florestal, outra vertente a que atribuiu grande importância, foram ainda marcadas pela crítica ao Governo as palavras do deputado comunista, ao referir-se ao muito que nesta área está por fazer (caminhos e pistas flores-

tais, rede de aceiros de mato e faixas de protecção às áreas urbanas, pontos de tomadas de água, postos de vigia, pistas de emergência para aeronaves, etc.), e ao défice de meios e apoios com que se confrontam os bombeiros portugueses.

Inquéritos parlamentares

Melhorar a eficácia, acabar com os bloqueios

O Grupo Parlamentar do PCP reiterou o seu empenho em contribuir para a melhoria do regime jurídico dos inquéritos parlamentares, mas recusa-se a dar o aval a qualquer solução que consagre em lei a possibilidade de serem negados depoimentos com base na invocação de «interesses superiores do Estado» ou que faça depender de maiorias de dois terços a aprovação dos relatórios das comissões de inquérito.

Do debate realizado na semana transacta em torno desta matéria, centrado em iniciativas legislativas subs-

critas pelo PS, PSD e PCP, ficou claro que para os comunistas a questão central reside na introdução de alterações ao

regime jurídico dos inquéritos que garantam o aumento da sua eficácia e impeçam no futuro situações de bloqueio idênticas às que foram impostas pela maioria absoluta do PSD nas duas legislaturas anteriores.

Importa obviar, designadamente, como tratou de sublinhar o deputado comunista António Filipe ao elencar as diferenças que separam as propostas do Grupo comunis-

ta das defendidas nos projectos do PSD e PS, que a eventual suspensão dos inquéritos parlamentares quando esteja em curso algum processo crime com objecto semelhante deixe de ser automática e que incumba à Assembleia da República tomar a decisão de suspender ou não o inquérito parlamentar em causa. É que, no entender do parlamentar comunista, "não existe qualquer violação do princípio da

separação de poderes pelo facto de sobre uma qualquer matéria poderem decorrer em simultâneo um processo criminal e um inquérito parlamentar", pela razão simples de "serem absolutamente diferenciadas quanto à sua natureza, quanto ao objectivo a atingir e quanto às consequências" as funções do tribunal e as funções da Assembleia da República exercidas por via de uma comissão de inquérito.

E se é certo que neste capítulo houve uma flagrante aproximação da proposta do PSD à defendida pela formação comunista, há que dizer, no entanto, como observou António Filipe, que esta evolução representa "uma inversão total das posições" sempre anteriormente adoptadas pela bancada laranja, que, na legislatura anterior, nomeadamente, revelou-se exímia em bloquear inquéritos parlamentares ao impor a regra da sua suspensão automática sempre que sobre a matéria em análise existisse processo criminal.

Quanto ao alargamento do prazo para a realização dos inquéritos parlamentares - outro dos aspectos onde as opiniões divergem - a posição do Grupo comunista vai no sentido de que seja a própria Resolução da Assembleia da República que decide da realização do inquérito a determinar o respectivo prazo, fixando-se, em caso de omissão, um prazo supletivo de um ano.

Defendida por António Filipe, por outro lado, foi a limitação ao mínimo da possibilidade de recusa de enviar documentos ou de prestar depoimentos perante comissões parlamentares de inquérito, propondo, nesse sentido, que só possa ocorrer nos mesmos casos em que tal recusa seja possível perante os tribunais.

Quanto à publicidade dos trabalhos das comissões - questão onde a proposta do PS embora menos restritiva que a lei vigente mantém ainda assim traços fortemente restritivos - a posição dos deputados comunistas é que "só quem tenha algo a esconder pode recear a publicidade dos inquéritos e o seu acompanhamento pela opinião pública", pelo que, defendem: "os trabalhos das comissões de inquérito devem ser públicos nos mesmos termos em que o são as audiências de julgamento em processo criminal".

Totalmente inaceitável, do ponto de vista de António Filipe, é, por último, a proposta do PS de que o relatório final das comissões de inquérito seja aprovado por maioria de dois terços, porquanto, alerta, tal faria "regressar a possibilidade que o PSD tinha de bloquear inquérito", através agora da "atribuição ao PS de um direito de veto sobre os relatórios finais" que poderia ser utilizado ao sabor das conveniências do governo que apoia.

Amanhã, por iniciativa do PCP Aborto em debate na Sala do Senado

No quadro do amplo debate que tem vindo a dinamizar sobre o aborto, o Grupo Parlamentar do PCP promove amanhã, dia 14, na Assembleia da República, mais uma iniciativa destinada a aprofundar a reflexão sobre esta grave questão social. Particularmente em foco estarão as propostas contidas no projecto de lei do Grupo comunista sobre esta matéria.

Com início às 15 horas, na Sala do Senado, esta iniciativa contará com a presença, na qualidade de oradores convidados, da professora doutora Teresa Beleza, do padre Mário de Oliveira, da psicóloga Maria Clementina Dinis e da jornalista Diana Andringa.

O projecto de lei do PCP sobre a interrupção voluntária da gravidez, recorde-se, para além da importância das propostas nele preconizadas, já

teve o mérito de romper com a hipocrisia do silêncio sobre um problema de saúde pública. Constituído-se como um dos dramas das mulheres, com efeito, o aborto clandestino é causa de

mortes maternas, bem como de graves doenças físicas e psíquicas das mulheres portuguesas, como assinalou ao "Avante!" a deputada comunista Odete Santos, que terá a cargo neste debate a intervenção em nome da formação comunista.

No próximo dia 20, data em que os projectos de lei sobre o aborto subirão a plenário, a Mulher estará no centro de um debate político de "base profundamente humanista", considera Odete Santos, para quem, embora "pungente e dramático" este será um debate "necessário porque se insere na luta pelo direito a uma maternidade feliz".



TORTOSENDO Falta iluminação

Pais e alunos da freguesia do Tortosendo manifestaram-se recentemente para exigir a instalação da iluminação pública na zona envolvente do Unidos Futebol Clube/Escola EB 2,3 e Mercado. Os populares aproveitaram a sessão pública da CM da Covilhã, realizada na freguesia, e acenderam archotes exigindo o cumprimento das decisões.

De facto, a Câmara aprovou há dois anos uma proposta da CDU que previa a iluminação da área. Contudo, a obra foi sendo sucessivamente adiada pela maioria PS, liderada por Jorge Pombo, que sentindo-se o principal alvo das críticas, voltou a prometer vagamente a sua execução. O PCP solidariza-se com os protestos e exige o cumprimento da deliberação camarária sem mais demoras.

COIMBRA Silêncio suspeito

O PCP exige que a Câmara Municipal de Coimbra preste esclarecimentos sobre a eventual implementação de uma grande superfície comercial junto à circular interna, nos terrenos da empresa «Fucoli». Em comunicado, a estrutura concelhia comunista recorda que o assunto tem sido repetidamente abordado na comunicação social regional, mas não mereceu qualquer resposta da autarquia. Segundo refere a nota, o local está definido na planta de ordenamento do PDM como zona industrial, beneficiando de grandes investimentos feitos pelo município na estrutura viária e nos ajardinamentos. A este facto acrescem preocupações sobre os impactos fatais que um nova grande superfície poderia provocar no comércio local.

AVEIRO Hospital sobrelotado

Aproveitando a eleição da nova direcção do hospital distrital de Aveiro, a concelhia do PCP recorda os graves problemas com que se debate a unidade hospitalar e deseja que a direcção eleita consiga minorá-los. Os comunistas afirmam que o Hospital foi dimensionado para cerca de 300 camas e já está com mais de 500. Esta situação é agravada pela insuficiência de enfermeiros e pessoal auxiliar, havendo mesmo falta de médicos em alguns sectores. O PCP afirma ainda que existem casos de trabalhadores a recibo verde, sobretudo nos serviços administrativos, alguns dos quais com cinco e seis anos de serviço. «Para além de injusto não contribui para o melhor funcionamento do HDA.»

LOURES Assembleia no sábado

Os comunistas de Loures reúnem no próximo sábado a sua 7ª Assembleia Concelhia que contará com a participação do secretário-geral do PCPC, Carlos Carvalhas. Sob o lema «Em Loures, com o PCP, ganhar o futuro», os trabalhos decorrem no Pavilhão Paz e Amizade tendo como objectivo preparar a intervenção do Partido no concelho, designadamente com vista às eleições autárquicas, reforçar a organização e eleger o novo organismo dirigente.

OLIVEIRA DO BAIRRO Plano eleitoralista

A Concelhia de Oliveira do Bairro do PCP considera que o Plano de Actividades da Câmara Municipal «tem muitas semelhanças com um documento de propaganda eleitoral.» A fundamentar a sua apreciação, a estrutura comunista cita uma curiosa afirmação do próprio presidente da autarquia que diz que «o Plano e orçamento é um mapa de preocupações e não um plano de intenções». A ser assim os projectos nele incluídos «não são para serem levados a sério, porque não há a intenção de os cumprir», conclui o PCP.

ODIVELAS Responsabilidades por apurar

A Comissão de Freguesia de Odivelas do PCP exige que sejam apuradas responsabilidades a vários níveis da delapidação de centenas de contos do erário público. Os comunistas referem-se ao desvio de combustíveis na Junta de Freguesia alegadamente efectuado por um trabalhador, ao longo de anos, o qual foi recentemente julgado no tribunal da Boa Hora, depois de ter sido acusado pelo Ministério Público.

O Juiz confirmou que houve um consumo anormalmente excessivo da viatura em causa mas acabou por decidir a absolvição por não se ter provado a responsabilidade directa do arguido. Para o PCP, independentemente de haver condenação ou absolvição, o caso não pode ser encerrado, e os seus eleitos «irão até onde for preciso no sentido de devolver à Junta de Freguesia de Odivelas a credibilidade e o bom nome que tem vindo a perder com a actuação irresponsável da coligação PS/PSD do actual executivo».

Cascais

Realojamento precipitado tem objectivos eleitorais

Na origem da luta da população de Trajouce, em torno do realojamento «apressado e em força» dos moradores dos bairros de barracas do concelho, está a falta de auscultação prévia às populações, a prepotência e imposição de soluções.

Em comunicado à população, a Comissão Concelhia de Cascais do PCP, solidária com estas lutas, responsabiliza o Presidente da Câmara Municipal de Cascais e do Executivo PS, que ignoram os interesses quer das populações que recebem os realojados quer das populações a realojar.

O PCP recorda que nos protestos estão envolvidos cidadãos de todas as áreas políticas e ideológicas, incluindo do PS e «onde não cabem intenções racistas ou xenófobas», clarifica a sua posição a propósito do Programa Especial de Realojamento de Cascais.

A habitação é um dos problemas sociais mais graves do País, particularmente nas grandes

concentrações urbanas, considera o PCP que, ao longo dos anos, tem vindo a apresentar propostas e iniciativas legislativas com vista a minorar um problema que exige, contudo, uma clara intervenção do Estado.

Depois de lembrar que o PER foi lançado pelo Governo PSD após as Presidências Abertas de 1993, que puseram em evidência a chaga social dos bairros de barracas, os comunistas afirmam que esta iniciativa visava «branquear a situação social nas áreas metropolitanas, “limpar” as zonas urbanas mais nobres e empurrar as pessoas mais carenciadas para a periferia». Tinha, no entanto, como consequência imediata alijar de responsabilidades a Administra-

ção Central e provocar um forte endividamento das Autarquias, a quem era imposto um grande esforço financeiro sem as devidas contrapartidas.

Na opinião do PCP, o PER, podendo embora erradicar as actuais barracas, se não atacar globalmente o problema da habitação, apenas serve como «cortina de fumo» para tapar o agravamento da situação da habitação. Daí o Grupo Parlamentar do PCP ter apresentado na Assembleia da República um Projecto de Lei para a correcção do Programa mas que as outras forças políticas chumbaram.

Estando, porém, agora o PER «no terreno», há que assegurar a sua máxima eficácia social, o que não está a acontecer em Cascais. Realojar não é apenas transferir fisicamente as populações das barracas para novos bairros, sublinha o PCP, defendendo como premissas na matéria, entre outras, a diversidade arquitectónica e tipo-morfológi-

ca, a dispersão e plena e cuidada integração urbana, a diversificação dos promotores e, principalmente, a participação atempada no processo das populações interessadas.

Na base da pressa e desorientação que o Presidente e o Executivo da Câmara têm evidenciado está, considera ainda o PCP, por um lado a firmeza da luta das populações, por outro a «gula especulativa» - com o construtor a querer rapidamente obter lucros do «espantoso negócio imobiliário» que acordou com o Executivo -, e o «timing eleitoral» que obriga a camuflar um «mediocre desempenho camarário» com a construção até ao fim do mandato dos mil fogos prometidos.

A luta serena e correcta das populações, dizem por fim os comunistas, abriu entretanto caminho a soluções menos gravosas, obrigando a anunciada intenção de quase duplicar os locais de realojamento.

Serviços Municipalizados de Setúbal

Ministra proíbe EPAL de concorrer

À denúncia pública que na sexta-feira passada Regina Marques fez, a propósito dos desígnios da ministra do Ambiente de proibir a EPAL de concorrer à concessão dos Serviços Municipalizados de Setúbal, o vereador do PS, Mota Ramos, responsável pelos SMS, respondeu acusando a vereadora da CDU de «uma vez mais confundir tudo e cometer falsidades» e afirmou «nada ter a comentar» sobre a medida governativa, que considerou da exclusiva responsabilidade da ministra e do Governo.

A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, comentando as declarações do vereador socialista, interroga-se sobre o que dirá ele sobre o conteúdo do comunicado do Secretariado do PS na EPAL, onde designadamente se diz que «não se compreende que tentando a EPAL criar um grupo de raiz nacional (...) para fazer frente aos grandes grupos internacionais», venha agora a ministra do Ambiente, com esta «decisão pontual» ferir o espírito da lei e «dizer “não” ao que anteriormente dizia “sim”».

Hipocrisia é a palavra encontrada pelos comunistas para qualificar a atitude de Mota Ramos que, ao mesmo tempo que na Rádio Azul fazia aquelas declarações, afirmava ao Público «estamos a captar o investimento privado para as questões da água» já que «com a participação da EPAL sairíamos do sector público para regressar ao sector público».

Apelando à luta pela defesa da água como um bem público,

os comunistas de Setúbal reiteram o seu apoio às acções que os cidadãos, os trabalhadores e a população desenvolvam nesse sentido.

Entretanto, para o Grupo de Cidadãos em Defesa da Água Como Bem Público (GCDACBP), com a privatização dos S.M.S., a Câmara Municipal de Setúbal mais não pretende do que «furtar-se ao debate público», «escamotear as suas responsabilidades na gestão dos SMS» e «resolver dificuldades de natureza financeira». Tudo - dizem - à custa do óbvio agravamento da qualidade de vida dos consumidores imposto pelo previsível aumento das tarifas.

Contra a privatização dos SMS, o GCDACBP realiza amanhã, às 21 horas, uma sessão pública nas instalações do Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários.

Açores

PCP quer mais transparência

O recente aumento dos combustíveis e a venda dos terrenos de uma antiga fábrica da Calheta suscitaram ao PCP um alerta público para a eventual utilização de «métodos e processos menos transparentes e menos regulares» por parte do Governo Regional.

No dia 1 de Fevereiro, dizem os comunistas, o Governo Regional descansava os cidadãos, informando-os que os aumentos dos combustíveis não

tinham entrado em vigor porque o preço do barril de petróleo estaria a descer, podendo mesmo justificar a descida de preços. Menos de uma semana depois, gorando as expectativas criadas, o Governo decreta abruptamente os antes anulados aumentos de preço.

Sabendo-se que uma parte fundamental do preço dos combustíveis ao consumidor é constituída por impostos - o que permite o estabelecimento de valores estáveis na formação do preço público por períodos razoáveis de tempo, independentemente da evolução do preço do barril de petróleo -, entende o PCP que «não é razoável nem admissível» as variações instantâneas de preços em produtos que, como os combustíveis, afectam directa ou indirectamente toda a vida económica da

Região e dos seus cidadãos. Isto, para além do facto de se ter dado «o dito por não dito» e criado expectativas de estabilidade.

Em relação à venda dos terrenos da antiga fábrica da Calheta do Grupo COFACO, o Governo indicia comportamentos apenas explicáveis pela cedência a pressões de grupos de interesses privados.

É assim que a COFACO, «por intermediação de promessa de compra do Grupo BENSÁUDE, está à beira de ver adquiridos pelo Governo os terrenos da sua antiga fábrica» por mais do dobro do preço que efectivamente valem.

É confrangedor, consideram os comunistas, que, tal como o anterior Governo do PSD, o Governo Regional seja uma «marionete dócil» nas mãos dos grupos económicos e financeiros que actuam na Região.

CAMARADAS FALECIDOS

Jacinto Emídio Marques

Faleceu, no passado dia 30 de Janeiro, com 52 anos de idade, Jacinto Emídio Marques. Estava organizado na célula da Branda e era trabalhador da ex-Rodoviária Nacional.

Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

TRABALHADORES

Lamentável Judas

O presidente da CM de Cascais confirmou sexta-feira, pela primeira vez, que está em curso a venda do terreno onde estão instaladas as oficinas municipais - revelou a direcção regional de Lisboa do STAL. Ao anunciar que a greve de dia 7 naquele município «foi um êxito», apontando uma adesão global de 90 por cento, o sindicato da Administração Local informa que cerca de 200 trabalhadores desfilaram das oficinas até aos Paços do Concelho, onde José Luís Judas entendeu dirigir-lhes a palavra, «tentando mais uma vez justificar o injustificável, com informações erróneas e demagógicas».

«Lamentáveis foram os acontecimentos que se seguiram, nomeadamente a ameaça com processos disciplinares aos trabalhadores, num momento de maior exaltação, a chamada de forças policiais para a porta das oficinas municipais com o objectivo de intimidar grevistas que aí se encontravam e a substituição de trabalhadores em greve», afirma o sindicato. Sublinhando que o pessoal da autarquia se mantém firme na luta contra a privatização dos serviços de limpeza e recolha de lixo e o desmantelamento das oficinas municipais, o STAL convocou um período de greve às horas extraordinárias.

Ambiente de luta

Na CM de Lisboa os trabalhadores do Ambiente e Espaços Verdes estão em luta pela melhoria de condições de trabalho, pelo cumprimento das normas sobre higiene e segurança, contra o processo de concessões e privatizações de serviços e pela reestruturação e revalorização das carreiras profissionais. Ao anunciar uma concentração que teve lugar no dia 6, na Rua da Boavista, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa aponta os problemas que o pessoal daquela área deseja ver resolvidos e refere que já existe um compromisso do vereador do pelouro, Rui Godinho, para dar andamento a questões incluídas no caderno reivindicativo do sector.

Carnaval é feriado

A vereadora do Pessoal da CM da Amadora decidiu sexta-feira passada que os mercados municipais deveriam abrir na terça-feira de Carnaval, o que mereceu a condenação do STAL. Para o sindicato, a decisão peca por ser tardia, contrariar a prática corrente e até um despacho do presidente concedendo tolerância de ponto e pôr em causa a qualidade dos serviços (já que o Mercado Abastecedor está encerrado).

ORTs do complexo de Braga apelam à luta
Bosch quer aumentar a precariedade na Grundig

Os incentivos financeiros que o Governo está a negociar poderão servir, não para garantir o actual volume de emprego estável no complexo Grundig/Blaupunkt, mas para transformar contratos efectivos em contratos a prazo.

Ao lançarem o alerta, as organizações representativas dos trabalhadores daquela unidade industrial manifestam-se contrárias a «qualquer incentivo do Governo à Bosch, que tenha por objectivo precarizar ainda mais a situação do emprego no complexo Grundig/Blaupunkt» e revelam que, para transmitir esta sua posição, solicitaram já uma reunião com representantes do executivo «ao mais alto nível».

Em Novembro último, a luta em defesa dos 700 postos de trabalho ameaçados na Grundig Indústria Portugal levou a que todo o complexo entrasse em greve. O conflito terminou ao fim de uma semana, quando as gerências envolvidas assumiram por escrito o compromisso de que a venda da GIP à Bosch não poria empregos em risco, salvaguardando a possibilidade de trabalhadores eventualmente excessivos poderem ser transferidos para outras unidades do complexo.

Neste processo de alienação de edifícios à Bosch - referem as ORTs - perspectiva-se, a breve prazo, a extinção da produção hi-fi e a instalação de uma empresa de material eléctrico para a indústria automóvel. O Governo português, através do ministro da Economia e depois de uma sugestão dos representantes dos

trabalhadores, propôs à Bosch um pacto: a troca de incentivos financeiros para a nova empresa, ficaria garantido o actual volume de emprego estável no complexo.

Contudo, na última reunião com a CT da GIP, a gerência desta informou que a Bosch apenas estaria interessada em aceitar trabalhadores da Grundig como contratados a prazo e sem a transmissão de quaisquer direitos.

Má-fé

Colocadas as coisas nestes termos, as ORTs, em comunicado distribuído aos trabalhadores e que fizeram chegar à nossa Redacção, afirmam que «as gerências agiram nitidamente de má-fé, usando da reserva mental na assunção de compromissos em que se dispunham, na altura, a transferir trabalhadores sem qualquer condicionalismo quanto ao tipo de vínculo contratual, para poderem agora condicionar, de uma forma imoral, essas transferências».

Para as organizações dos trabalhadores do complexo Grundig/Blaupunkt, «tais condições são inadmissíveis e não podem de forma alguma ser encaradas como uma solução socialmente aceitável», pelo que são rejeitadas «liminarmente». «Ao preten-



Caricatura de Slim, no «Humanité»

der a anuência dos trabalhadores para viabilizar o negócio nestes termos, a Grundig não está senão a pedir a aprovação dos trabalhadores a um despedimento colectivo em larga escala», acusa-se no comunicado.

Neste momento, torna-se mais nítida «a falácia utilizada pela gerência da GIP, quando da transferência de produção de alguns modelos de hi-fi da gama full size para a Áustria», fundamentada então com um aumento temporário de produção, para o qual a fábrica de Braga não tinha

capacidade de resposta no imediato. «Hoje, porém, é evidente que se tratou unicamente de uma decisão do grupo Philips, contida numa política já de rotura com a Grundig, cujo desfecho foi recentemente anunciado em todo o mundo», constata as ORTs.

O comunicado apela aos trabalhadores para que se mantenham unidos e organizados, «pois a manutenção de todos os postos de trabalho só será possível com a unidade que todos têm demonstrado até agora».

Sindicatos reagem à visita do PR

Reconhecendo que é importante realçar os exemplos de modernização de empresas, a União dos Sindicatos de Aveiro - comentando a recente visita do Presidente da República - afirma também a importância de «valorizar nestas iniciativas a componente social, sob pena de o combate à lamúria se confundir e ter o efeito de fazer esquecer as realidades que contrariam a desejada coesão económica e social».

Por ocasião da deslocação de Jorge Sampaio a Évora, o PR recebeu uma delegação da União dos Sindicatos deste distrito, que lhe fez entrega das «Propostas do movimento sindical de combate ao desemprego e pelo desenvolvimento económico e social». «Durante a curta audiência» - refere uma nota de 3 de Fevereiro da USDE/CGTP - a delegação sindical entregou ainda um dossier sobre a situação social na região, no qual são referidos, entre outros, os casos das empresas Portucel Recicla e Siemens, bem como a Lee Confeções, as grandes superfícies comerciais, a Arjal, a Barradas & Filhos e a Misericórdia de Vila Viçosa (nestas últimas é contestada a atitude da Inspeção Geral do Trabalho).

Enganados, mas por quem?

As estruturas sindicais da EPAC solicitaram na semana passada uma audiência urgente com o assessor do primeiro-ministro para a área laboral, exigindo que Vítor Ramalho lhes diga, «de uma vez por todas, se é o Governo ou a administração da EPAC que está a enganar os trabalhadores». A iniciativa sindical, divulgada pela federação do Comércio, Escritórios e Serviços, seguiu-se a uma reunião, dia 4, em que Vítor Ramalho disse aos sindicalistas (acompanhados até São Bento por algumas dezenas de trabalhadores) que a administração da empresa tinha directrizes claras para resolver os problemas do pessoal. No dia seguinte, em reunião com a administração, foi-lhes comunicado que a única directriz do Governo dizia respeito ao valor de indemnizações e pré-reformas. Em causa estão mais de 300 postos de trabalho, segundo os sindicatos, que sublinham que os trabalhadores «em nada contribuíram» para os problemas da EPAC.

Polícia no Estoril-Sol

Face à declaração de greve, os donos do hotel Estoril-Sol chamaram sexta-feira a polícia, atitude que mereceu o protesto do sindicato da Hotelaria do Sul. «Neste chamado "Estado de Direito", os patrões subvertem a lei e, ao arripio dela, substituem os grevistas por 20 pessoas que nada têm a ver com o hotel», afirma o sindicato. Na nota distribuída à comunicação social, é referido que os trabalhadores reclamam, nomeadamente, aumentos salariais de 5 por cento, a que os patrões responderam com um valor inferior à inflação verificada em 1996. «Não contentes com os lucros fabulosos que têm, não contentes com o incumprimento das leis, os patrões ainda se dão ao luxo de pedir a intervenção de um corpo policial que devia estar ao serviço dos cidadãos e não ser um elemento integrador nos conflitos laborais», comenta o sindicato.

APEL bloqueia

No sector de editores e livreiros vai «inevitavelmente» desenvolver-se um conflito laboral, prevê a federação sindical do Comércio, Escritórios e Serviços, responsabilizando desde já a associação patronal «pela posição que assumiu de bloqueamento da negociação do contrato colectivo». A APEL rompeu na semana passada as negociações com a Fepces/CGTP, que decidiu propor aos trabalhadores o desencadeamento de acções de luta.



PCP vai levar à AR a reestruturação da CP

Num encontro com estruturas representativas dos ferroviários, Carlos Carvalhas revelou que a reestruturação da CP será levada pelos comunistas ao plenário da Assembleia da República, pretendendo ainda o Grupo Parlamentar que o ministro João Cravinho se desloque a São Bento para responder a perguntas dos deputados sobre o problema.

O secretário-geral do PCP, acompanhado do deputado João Amaral e de dirigentes da Organização Regional de Lisboa do Partido, visitou a CP na passada quinta-feira, dia 6. No encontro com a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários e as comissões de trabalhadores das empresas do Grupo CP, Carlos Carvalhas ouviu alguns dos motivos que levaram à realização de duas greves desde o final do ano passado, além de diversos plenários e outras acções marcadas para os próximos dias. À

cabeça surgiram os problemas ligados ao prosseguimento, pelo Governo socialista, da política de desmembramento do caminho-de-ferro, que os ferroviários consideram errada, invocando os resultados desastrosos dos últimos anos, quer quanto à situação financeira da CP, quer quanto à instabilidade de emprego e à qualidade do serviço prestado. Por resolver estão também questões como o regulamento de carreiras ou as elevadas cargas horárias de trabalho nalgumas profissões.

A delegação comunista reuniu também com o presidente do conselho de gerência da CP, comentando Carvalhas, à saída, que «há uma grande falta de informação». O dirigente comunista alertou ainda para os «apetites» que existem por parte de grupos económicos privados relativamente à Emef e outras empresas ou sectores da CP altamente rentáveis.

TRABALHADORES

Evolução positiva

O pessoal de turnos da Portucel Viana, em plenário realizado dia 6, consideraram que o compromisso de reapreciação e melhoramento do subsídio de turno, assumido pelo presidente da administração na antevespera, «é uma evolução positiva, que necessita no entanto de ser mais precisa e clara». Segundo o Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, essa clarificação deverá ser feita até ao final do mês, estando marcado novo plenário para dia 28. O sindicato recorda que a luta dos trabalhadores - que protestam também contra o aumento da penosidade e constantes alterações de horário - passou por paralisações parciais de 4 horas semanais de 23 de Dezembro a 24 de Janeiro, com níveis de adesão sempre superiores a 95 por cento. No passado dia 4, os representantes dos trabalhadores reuniram com todos os membros do conselho de administração.

Privatização recusada

Os trabalhadores da Quimigal Adubos, em plenários realizados nos últimos dias de Janeiro nas instalações da empresa em Alverca, Lavradio, Barreiro e Estarreja, decidiram por unanimidade «manifestar o mais vivo desacordo face à política do Governo, que teima em continuar com o processo de privatizações iniciado pelos governos do PSD». Na moção aprovada e divulgada pelos ORTs da empresa - aponta-se, como principais interessados na aquisição da Quimigal Adubos, o Grupo Mello e a Sapac. O negócio passaria, quer pela comercialização de produtos quer pela venda de património (concretamente, dezenas de hectares de terrenos em Alverca e sete novos entrepostos na periferia, que são avaliados, no conjunto, em mais de 5 milhões de contos). «A confirmar-se mais esta desastrosa decisão do Governo, os trabalhadores estariam confrontados com maiores e mais graves problemas, semelhantes aos que sucederam noutras empresas, constituídas a partir do desmembramento da Quimigal, vendidas a pataco», afirma-se na moção, onde são apontados os casos da Lusol, Quimitecnica, Nutasa, Plasquisa e CPB.



Tal como sucede nas empresas têxteis, eram mulheres a esmagadora maioria dos trabalhadores que participaram na concentração de Alhos Vedros



CGTP exige que o Governo dê a cara

A semana de 40 horas é uma questão nacional

Em Alhos Vedros, centenas de trabalhadores trouxeram para a rua o seu protesto contra a fraude que o patronato e o Governo pretendem impingir com a aplicação da Lei 21/96.

Na Norporte (antiga Helly-Hansen Confeccões) estava marcado um plenário. Daqui partiu um desfile até à vizinha Fristads, cujo pessoal também está em luta contra o roubo das pausas na redução do horário de trabalho. Depois, as trabalhadoras destas duas empresas regressaram ao largo para onde estava marcada uma concentração, juntando-se ao pessoal de outras empresas, sobretudo têxteis.

Esta jornada da federação do sector (Fesete/CGTP) e do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuários do Sul teve por especial objectivo contrariar a ideia, expressa nomeadamente em declarações recentes da ministra do Emprego, de que a luta pela redução dos horários de trabalho com o objectivo de atingir as 40 horas semanais estaria limitada a algumas empresas do Norte.

Somente na área onde no dia 6 teve lugar a concentração, há cerca de 1500 trabalhadores que, ao abrigo do pré-aviso de greve apresentado pelo sindicato, recusam ultrapassar o limite semanal das 40 horas de trabalho normal. Na saudação da Fesete e numa nota distribuída aos jornalistas no local, recorda-se que «não foi preciso que a Lei 21/96 saísse» para os trabalhadores da Norporte, Fristads, Gustam e outras empresas lutarem pelas 40 horas: «Nos últimos 4 anos, com grande determinação e luta, foi possível reduzir o horário de trabalho para 43, 42 e 41 horas semanais, e agora queremos as 40 horas sem perdas de direitos».

A nível nacional, segundo o coordenador da CGTP, há mais de 200 mil trabalhadores que vêem os seus direitos ameaçados e há dezenas e dezenas de milhar que todas as semanas fazem greve pela

efectiva redução dos horários.

Pela verdade

Vários oradores se referiram ao combate em curso como uma luta «pela verdade das 40 horas», tecendo veementes críticas às tentativas de eliminar na contagem do tempo de trabalho as pausas praticadas «há mais de 40 anos». Arménio Carlos, coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa, apontou como uma vitória já obtida pelos trabalhadores em luta o facto de terem tornado evidente para a opinião pública que a Lei 21/96 «está a ser usada como uma vigarice». Esta luta foi considerada «de todos os trabalhadores portugueses» pelo coordenador do sindicato dos Químicos do Sul, que interveio em nome da União dos Sindicatos de Setúbal. O presidente da Câmara Municipal da Moita, José Luís, exortou as operárias a prosseguirem a luta, desejando que a semana



de 40 horas seja obtida «o mais rapidamente possível».

Sem microfone, mas com fraterna e combativa solidariedade, sindicalistas de Lisboa e Setúbal juntaram-se também aos trabalhadores de Alhos Vedros.

A Comissão Concelhia do PCP distribuiu um comunicado sobre a iniciativa parlamentar do Partido para clarificar o conceito de duração do trabalho, reproduzindo o texto do projecto.

Ausentes em local desconhecido, mas recordados por tomarem lugar ao lado do patronato mais retrógrado na

manobra para roubar as pausas, a ministra do Emprego, o secretário de Estado do Trabalho e o Inspector Geral do Trabalho receberam fortes vaias.

Carvalho da Silva endereçou um desafio ao primeiro-ministro. Depois de sublinhar que a redução do horário de trabalho «é um problema de dimensão nacional», que atinge os têxteis, o sector automóvel, o material eléctrico, a indústria alimentar, as cerâmicas e outros ramos de actividade, o coordenador da CGTP recordou que António Guterres já reconheceu várias vezes, perante dirigentes da central,

que na campanha eleitoral nenhum candidato do Partido Socialista declarou que a prometida redução de horário passaria pela eliminação das pausas. Carvalho da Silva desafiou o primeiro-ministro e secretário-geral do PS a que repita essas declarações publicamente, «perante o País e os trabalhadores».

Os órgãos de soberania devem actuar de acordo com a dimensão do problema, reclamou o dirigente da Inter. «O Governo tem que dar a cara e não mandar paus-mandados, como o Inspector Geral do Trabalho», exigiu Carvalho da Silva, que condenou também os «disparates» da ministra cometidos no dia anterior. Alargando o convite de outros oradores, chamou Maria João Rodrigues a que «venha cá, discutir com os trabalhadores» e verificar as razões concretas da luta que estão a travar.

Os trabalhadores aplaudiram a proposta. E aplaudiram também a acusação deixada pelo coordenador da CGTP, de que o Governo «fez passar a lei escondendo o objectivo verdadeiro», porque o diploma «incluiu o compromisso com os patrões», sublinhando-a com a palavra de ordem que tem marcado a luta em defesa das pausas: «40 horas, sim! Vigarice, não!».

A luta vai continuar

A federação sindical dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles e a União dos Sindicatos de Braga anunciaram um calendário de acções para os próximos dias, dando continuidade à luta desencadeada no início de Dezembro pela aplicação da redução de duas horas nos horários de trabalho, até ao limite das 40 horas semanais.

Os sindicatos e a Fesete mantêm os pré-avisos de greve às horas que excedem a correcta aplicação da Lei 21/96. Para amanhã e demais sextas-feiras de Fevereiro está convocada uma greve de duas horas, no sector do Vestuário, regiões Centro e Norte, pela negociação da contratação colectiva e pelas 40 horas.

Para amanhã, dia 14, a USB/CGTP anunciou a realização de uma sessão pública, na Avenida Central, em Braga, com o objectivo de ali denunciar publicamente os comportamentos de algumas empresas «e, particularmente, a vergonhosa actualização da Inspeção de Trabalho».

Nas decisões da reunião da USB realizada na

semana passada inclui-se ainda a promoção de uma marcha pelas 40 horas, no dia 1 de Março, entre Pevidém e Guimarães.

Ainda sem data marcada, vai também ser levado a cabo uma iniciativa pública sobre «conteúdos gravosos» do Acordo de Concertação Estratégica.

A petição lançada no final da manifestação de 18 de Janeiro, em Lisboa, foi entregue ao presidente da Assembleia da República, no passado dia 31, com cerca de 30 mil assinaturas. Na mesma nota, a Fesete congratulava-se porque «ao fim de nove semanas começam a surgir resultados positivos para os trabalhadores», pois algumas empresas dos distritos de Aveiro e Porto recusaram e aceitaram «uma primeira redução» dos horários. Apondo os exemplos da Cotesi, Corfi, Limas, Belfil, Oliveira & Sá e Kunert, a federação afirmava que «os trabalhadores tiveram uma primeira vitória a caminho das 40 horas, mas estão disponíveis para continuar a luta até à correcta aplicação da lei».

Desporto de massas defendido por Octávio Pato

Não é todos os dias que um dirigente do PCP fala com demora e detalhe das questões quentes do futebol e de algumas grandes questões do desporto.

Aconteceu com Octávio Pato numa extensa entrevista ao jornal desportivo "Jogo", do passado domingo, dia 2 de Fevereiro.

Foi, naturalmente, muito instado a responder, na sua qualidade de benfiquista, sobre a situação presente do clube da Luz. Pato encarou as perguntas com frontalidade. Não poupou a actual direcção. Afirmou que "o problema do Benfica é uma grave crise de confiança na massa associativa e até nos próprios jogadores de futebol".

Explicou por que razão nunca aceitou integrar qualquer lista na comissão de honra nos processos eleitorais do Benfica, apesar dos diversos convites que tem recebido. Disse: "A minha inclusão numa dessas listas podia significar um apoio do Partido Comunista." "Para evitar essa confusão, sempre recusei."

Entretanto, não deixou de sublinhar: "Não tenho dúvidas que, quer no Benfica quer noutros clubes, os comunistas têm peso."

Além da situação do Benfica, Octávio Pato pronunciou-se sobre outras questões do futebol e do desporto, que julgamos de interesse registar para os leitores do "Avante!". Com a devida vénia ao jornal desportivo "Jogo", transcrevemos, das suas páginas, uma sequência de perguntas e respostas que nos parece especialmente significativa.

Em entrevista ao "Jogo"

O futebol cedeu em definitivo ao capitalismo?

Completamente. Há hoje uma visão muito distorcida do desporto. O desporto é uma actividade de massas, útil à sociedade e enquanto não olharmos nesta direcção e o Governo e os partidos políticos não procurarem actuar no sentido de isso se verificar para benefício de toda a população, em especial da juventude, está errado. Não se pode fazer do futebol o centro de toda a actividade desportiva em detrimento de tudo aquilo que é o desporto enquanto veículo da formação dos homens.

Durante muitos anos, nos países do Leste assistiu-se à fabricação laboratorial de campeões, porque isso era uma espécie de nacionalismo desportivo, em que se fazia de uma vitória Olímpica um comício anti-imperialismo americano. Isto era também a subversão desses valores desportivos que enunciou?

Certo. Mas eu defendo e o partido defende que uma coisa é o futebol e outra é o desporto amador. Ambas as coisas devem

ser apoiadas, estimuladas e desenvolvidas. Nós não estamos em desacordo com o profissionalismo.

Concorda com os métodos de fabricação de campeões utilizados na ex-URSS e seus satélites?

Vamos lá ver o que entende por fabricar. O desporto nesses países era uma actividade de massas. Os grandes valores do futebol como noutras coisas mais, são mais fáceis de serem descobertos quando há uma grande massa a praticá-lo. Ao nível da alta competição passaram-se coisas nesses países com as quais nunca estive de acordo.

Mas manteve sempre esse ideal do desporto de massas.

O capitalismo está a acabar com esse desporto de massas?

Não digo que esteja a acabar, mas não está a procurar apoiar como devia um desporto de massas que sirva de valorização ao ser humano, para todos os aspectos da vida. Repare que hoje o desporto pode ser um factor importante para tirar os jovens do mundo da droga. É preciso criar meios para que os jovens possam praticar uma modalidade desportiva do seu agrado.

Nisso os clubes têm um papel fulcral de substituição ao próprio Estado?

Sem dúvida, mas essa tarefa compete-nos a todos nós, a começar pelo Estado. Repare o exemplo de Lisboa, onde o PCP



Não se pode fazer do futebol o centro de toda a actividade desportiva

tem o pelouro do desporto e não é casual que os Jogos de Lisboa tenham envolvido vários milhares de pessoas das várias modalidades. Em outras Câmaras de governação comunista tem havido uma preocupação de massificar o acesso à prática desportiva. E outra preocupação é garantir a igualdade entre os jovens no acesso às infra-estruturas. Se os jovens andam desempregados, não estudam, o que é que eles vão fazer? Se tiverem uma actividade desportiva sentem-se mais realizados e tornam-se mais úteis à sociedade. O desporto de massas é muito importante se se quer desviar a nossa juventude dos caminhos da droga.

Acha que as sociedades desportivas vão resolver o problema dos clubes de futebol?

Ainda não conheço muito dessa lei para me pronunciar em definitivo, mas desde já, há algumas coisas que me levam

tam algumas interrogações. Tal como a possibilidade das autarquias poderem adquirir acções do capital social dessas sociedades anónimas desportivas. Repare que num determinado município há cinco sociedades desportivas. O que é que uma autarquia faz? Compra acções de todas elas, só de algumas pode-se pôr o problema de uma certa injustiça na aplicação dos dinheiros públicos. Veja-se o caso da Madeira. Uma região autónoma que está em crise financeira, endividada até aos cabelos, e tem ainda dinheiro para chorudos subsídios aos clubes de futebol. É isto que se pode vir a passar com as sociedades desportivas e isto é inquietante.

Ao mesmo tempo a participação das autarquias no capital social dos clubes não pode moralizar as relações que existem entre algumas Câmaras e alguns clubes?

Admito que possa ter coisas positivas. Sem dúvida que entre algumas câmaras e alguns clubes há por vezes um concubinato difícil de explicar.

Vai comprar acções da futura sociedade desportiva do Benfica?

Será muito difícil. E não tenho a certeza que o Benfica venha a transformar-se numa coisa dessas. Oxalá não.

Acredita na pureza dos resultados desportivos?

Apesar de tudo o que se tem dito, acredito que o fenómeno é menor do que o que se tem tentado fazer crer.

Registe-se, a terminar, que apesar desta incursão pelos problemas do futebol, de que se mostrou muito bom conhecedor, Octávio Pato condenou energicamente a partidarização do futebol e ridicularizou a utilização eleitoralista de gente da "bola" pelos partidos políticos.

ADACO

Produção de leite em risco

A Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra (ADACO) manifestou o receio de que o próximo acordo comercial da União Europeia provoque o desaparecimento da produção de leite em Portugal. "A União Europeia e o seu Comité Especial da Agricultura afirmam que o próximo acordo comercial, que se seguirá ao acordo do Uruguay Round em 2001/2002, irá estabelecer uma nova redução dos níveis de protecção", refere um comunicado divulgado a semana passada.

A ADACO acrescenta que o acordo "constará do abandono do sistema de quotas leiteiras e baixa dos preços dos produtores", o que, a acontecer, "provocará o desaparecimento da produção de leite". Reclama que o Governo português "se bata, na Comunidade Europeia, pela defesa da produção nacional de leite e da especificidade da agricultura do País, coisa que não tem feito até agora". Apoio financeiro à "retoma da recolha organizada do leite, limitação das importações desnecessárias e obtenção de maiores ajudas comunitárias para a melhoria das ordenhas e da qualidade do leite" são outras das exigências.

A ADACO considera que os produtores de leite portugueses, "em particular os do Vale do Mondego, estão a ser sacrificados, quer pelo Governo, quer pelos compradores, quer pela própria União Europeia".

UNICEF edita "Revista do Ano"

O Comité Português da UNICEF editou pela primeira vez uma "Revista do Ano" em que explica a acção desenvolvida pela organização durante 1995.

A revista integra uma mensagem da directora executiva da UNICEF, Carol Bellamy, assim como os destaques do ano.

Contém igualmente informações sobre a forma como foram aplicadas as verbas dos programas da UNICEF nas diferentes regiões do mundo.

Saúde, educação, nutrição, água potável e saneamento são a base dos programas que a UNICEF apoia e desenvolve em 144 países do mundo.

A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adoptada por unanimidade a 20 de Novembro de 1989, pelos 159 membros da Assembleia Geral da ONU, após 10 anos de negociações e 30 depois da elaboração da Declaração dos Direitos da Criança.

Portugal ratificou o documento a 12 de Setembro de 1990, sendo um dos primeiros países ocidentais a fazê-lo.

JCP-Algarve

Por uma política alternativa

"Uma alternativa de esquerda, por mais justiça social" - foi o lema do Encontro Regional da JCP do Algarve, realizada dia 1 de Fevereiro, onde foi analisada a actual situação política e eleita a nova Direcção Regional.

Na resolução política - aprovada por unanimidade - contra a política de direita, sublinha-se o carácter cada vez mais elitista do sistema de ensino e a realidade de um "mercado de trabalho cada vez mais selvagem".

Neste quadro, a JCP propõe, como política alternativa: acabar com o sistema de ensino elitista, pondo fim às barreiras no progresso escolar; atacar o problema do desemprego, contrariando as políticas de Maastricht e apoiando um desenvolvimento que respeite o meio-ambiente; promover políticas sociais que permitam o acesso livre à habitação, saúde, cultura e desporto; o avanço da regionalização, como forma de elevar a participação das populações no debate e decisão quanto aos problemas que as afectam.

O Encontro Regional da JCP do Algarve aprovou ainda um plano de actividades em que, de par da necessidade de reforço da JCP-Algarve, se definem áreas prioritárias de intervenção e iniciativas a implementar.

No plano regional, a JCP-Algarve terá como principais iniciativas: o desenvolvimento da campanha nacional sobre a União Europeia (Março); uma campanha regional no âmbito do ano europeu contra o racismo (Abril ou Maio); iniciativas a implementar no verão, a preparação da Festa do "Avante!" e iniciativas em torno do 18º aniversário da JCP (Novembro).

O documento da JCP refere ainda a actividade a desenvolver para a preparação do XIV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se realiza em fim de Julho em Cuba.

A partir de Setembro, a JCP-Algarve irá concentrar forças na dinamização da Juventude-CDU, nomeadamente com a realização de um Encontro Regional (Outubro) e uma campanha regional sobre Timor-Leste.

8 de Março

Manifestação em Lisboa

O dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, vai ser este ano comemorado com uma manifestação, em Lisboa.

Esta e outras iniciativas - promovidas pela Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN e pelo MDM-Movimento Democrático de Mulheres - serão subordinadas ao lema "Afirmar a igualdade, garantir vida melhor" e têm por base a situação actual da mulher na sociedade portuguesa e a realidade sociolaboral do nosso país.

Em comunicado de imprensa da CGTP-IN, sublinha-se "o reconhecimento generalizado da importância dos direitos das mulheres como direitos humanos básicos" e a necessidade de actuação dos governos "no sentido da promoção de políticas económicas e sociais

geradoras de emprego, de melhoria da qualidade de vida e aprofundamento do direito à saúde, à habitação, ao ensino, à segurança social".

A Confederação Geral dos Trabalhadores lembra que está hoje na ordem do dia das trabalhadoras portuguesas "a luta pela redução efectiva do tempo de trabalho para as 40 horas, contrariando a interpretação abusiva e ilegal que o patronato mais retrógrado, com a cumplicidade do Governo, tem vindo a fazer da Lei 21/96".

O comunicado reafirma ainda que "as discriminações que se abatem sobre as mulheres constituem uma grave



injustiça para mais de metade da população portuguesa, limitando as capacidades de desenvolvimento e de progresso, dificultando a construção de uma sociedade mais humana, mais justa e mais solidária".

"Os Verdes" denunciam situação dos resíduos hospitalares

A situação dos resíduos hospitalares em Portugal, que "constituem um verdadeiro veículo de contaminação de solos, água e ar", foi objecto de uma declaração política da deputada Heloísa Apolónia, do Grupo Parlamentar de "Os Verdes", na Assembleia da República.

Partindo da situação do Hospital do Barreiro - que "assistiu agora à concretização de todos os receios do mau funcionamento dos incineradores hospitalares e há quase dois meses acumula resíduos sem acondicionamento adequado e seguro" - "Os Verdes" questionam a ausência de planos governamentais de recuperação e instalações de tratamento de lixo hospitalares de curto prazo e de gestão de recursos hospitalares de médio e longo prazo.

"Os Verdes", que referem a frequência dos atentados ecológicos relacionados com resíduos hospitalares, sublinham que se mantém a situação que o escândalo do Montijo trouxe a público - "os lixos hospitalares que não vão parar aos vazadouros municipais, são queimados em fornos obsoletos, que são um verdadeiro veículo de poluição atmosférica".

Barra do Douro

O processo de construção dos molhes na Barra do Douro foi objecto de diversas questões colocadas pelo Partido Ecologista "Os Verdes" na Assembleia da República.

"Os Verdes" não põem em causa "a necessidade de dar condições de segurança às comunidades piscatórias" nem se opõem à criação de condições de navegabilidade para o rio, considerando prioritário "preservar o valioso património que o rio Douro e o seu estuário representam".

Por isso mesmo, consideram importante o esclarecimento de algumas questões.

Antes do mais, porque não é o projecto acompanhado de "uma intervenção global de despoluição da bacia hidrográfica", mantendo-se a falta de clareza quanto ao tipo de tráfego fluvial-marítimo que se pretende implementar, de par da "ausência de um projecto de desenvolvimento regional que a ele deveria estar ligado".

"Os Verdes" questionam ainda a falta de garantias quanto a "alguns impactes significativos no decurso das obras" e as graves lacunas no estudo de impacte ambiental.

Pioneiros da Brandoa comemoram aniversário

Os Pioneiros da Brandoa vão comemorar os seus 19 anos de existência com um almoço-convívio, no Pavilhão Polivalente da Brandoa, no próximo dia 23, e que se insere igualmente na comemoração do aniversário da Junta de Freguesia.

Dia 11, o núcleo de Pioneiros

da Brandoa organizou uma festa de Carnaval, dedicada a todas as crianças da freguesia. Uma festa diferente - em que o palco esteve na rua, frente à Casa do Pioneiro.

A festa incluiu um desfile de máscaras com crianças dos três aos treze anos.

Amadora

Uma nova dinâmica

Orlando de Almeida, membro da DORL do PCP e actual presidente da Câmara Municipal da Amadora, é o candidato da CDU para novo mandato no mesmo cargo.

A garantia de continuação do projecto de desenvolvimento e requalificação da cidade da Amadora é o objectivo desta candidatura.

Na apresentação pública da candidatura da CDU, que decorreu no passado dia 6 de Fevereiro, no Auditório Municipal, Orlando Almeida considerou que o cargo representa "um desafio, uma grande responsabilidade, um grande sacrifício e uma grande paixão (pela cidade)", e desenvolveu as linhas fundamentais do projecto CDU para a cidade da Amadora.

Orlando de Almeida, que preside à autarquia desde que esta foi criada, há 17 anos, descreveu a obra realizada, que considerou ter feito sair a Amadora da categoria de subúrbio, interligando-a a Lisboa.

Habitação, escolas, comunicações rodoviárias e ferroviárias e programas de intervenção social foram alguns dos exemplos apontados por Orlando Almeida, do desempenho da CDU no município da Amadora, que - considerou - "ultrapassou crises complexas como o desman-

telamento do tecido fabril, criando uma nova dinâmica económica".

Como faltas ainda a rectificar, apontou a criação definitiva de um tribunal e a finalização das vias de comunicação internas e externas.

Referindo-se à polémica que há alguns meses envolveu o município, com o PP/Amadora a acusar o executivo de "corrupção", o candidato da CDU disse que tal "só poderia influenciar os desatentos, uma vez que as investigações efectuadas pelo Tribunal de Contas, Inspeção-Geral das Finanças e Inspeção Geral da Administração do Território concluíram não existir qualquer ilegalidade".

Luís Sá, membro da Comissão Política e do Comité Central do PCP, presente

nesta sessão, elogiou o desempenho de Orlando Almeida à frente do município, frisando que o autarca trabalhou num "quadro muito difícil, enfrentando o espírito burocrático, o centralismo e problemas de financiamento às autarquias".

Luís Sá defendeu "mais poder para o poder local", sublinhou a necessidade de criação de regiões administrativas e que a Lei das Finanças Locais não diminua o poder dos municípios.



Orlando de Almeida

Por Ílhavo

Um melhor conhecimento dos problemas do Concelho

Dando cumprimento ao lema da CDU - "Por Ílhavo!" - mais de uma dezena de membros desta coligação, entre os quais o cabeça de lista à Câmara Municipal, João Almeida, visitou a Costa Nova no passado domingo, iniciando assim um programa de visitas e encontros tendo em vista um melhor conhecimento dos problemas do Concelho.

A visita começou junto à Ria, onde aguardavam vários pescadores para transmitirem um dos problemas mais sentidos: a construção de um cais de abrigo para as suas embarcações de pesca. Uma promessa que se repete sempre que há eleições, mas sempre rapidamente esquecida após o acto eleitoral.

Sempre acompanyados pelos moradores desta localidade, os membros da CDU rumaram até à praia onde puderam constatar o estado deplorável em que se encontra, com o areal quase desaparecido e o que resta pejado de pedras e lixo.

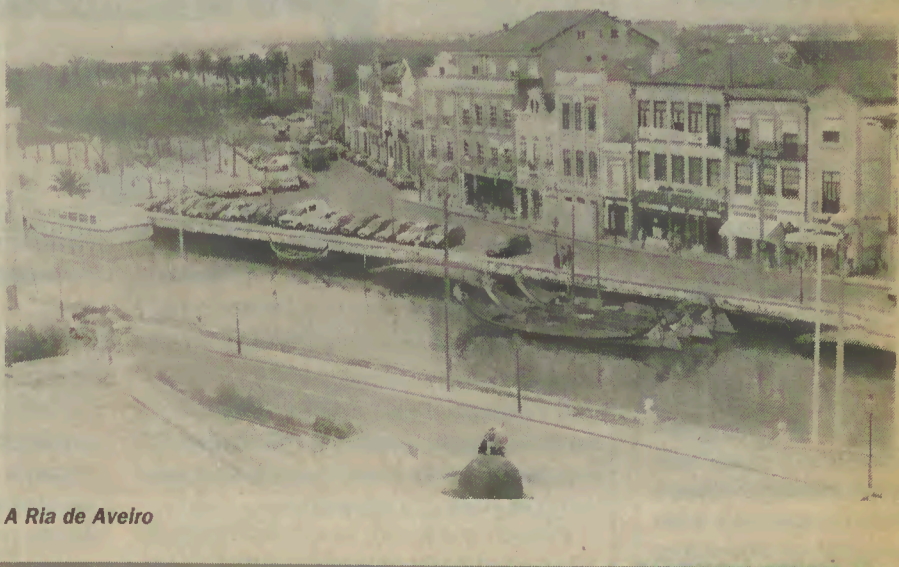
Na opinião dos pescadores, a resolução deste problema passa por medidas de fundo, entre os

quais a construção de paredões e de molhes mais compridos, e consideram que a degradação da praia está ligada à construção nas dunas e a retirada de areias em S. Jacinto.

Duras críticas foram, feitas ao primeiro ministro - porque, na sua deslocação a Aveiro para anunciar o programa de defesa da costa se esqueceu das praias do sul do distrito -, e à Câmara Municipal de Ílhavo, por encarar como obras com carácter definitivo os montões de areia levantados pelas máquinas da Câmara.

Os moradores queixaram-se de vários outros problemas, nomeadamente a falta de limpeza das ruas e do saneamento e sublinharam que o pouco que se faz é na zona mais turística, enquanto o interior, onde reside a maioria da população, é sempre esquecido.

Os membros da CDU comprometeram-se a continuar a trabalhar para que, independentemente dos resultados das eleições, as justas reivindicações da população sejam atendidas.



A Ria de Avelro

UNIÃO EUROPEIA

Fraude e Mercado Interno

A Comissão de Inquérito (CI) sobre a fraude do sistema de Trânsito Comunitário chegou ao fim das suas investigações e apresentou um relatório de constatações baseado nos testemunhos que colheu durante o seu ano de existência. O que sobressai deste relatório é, infelizmente, o confirmar de algo que nós próprios avisamos aquando da instituição do Mercado Interno em 1993: o relatório constata que existe uma relação entre o aumento exponencial da fraude e a entrada em vigor do Acto Único, ou seja, o fim dos postos alfandegários intrafronteiriços contribuiu para a falta de controlo das mercadorias transitadas nos diversos territórios aduaneiros dentro da UE. Salieta que Portugal foi o país que mais postos alfandegários fechou e mais funcionários despediu. Ao todo, uma redução global de 41%, a segunda mais elevada da Europa. Assim como nas pescas e noutros sectores da política comunitária, Portugal continua a ser «o bom aluno». Assim, existiram em 1995 cerca de 18 milhões de operações de trânsito das quais se estima que tenham sido fraudulentas cerca de 1%, não tendo sido pagos os impostos (principalmente IVA) e os direitos aduaneiros devidos, quer à UE, quer aos Estados-membros individualmente. A CI estimou que, no mínimo, o montante da fraude atinge cerca de 750 milhões de ecus, mas existem números que apontam para mil milhões e outros apontam 10 mil milhões de ecus. A realidade é que, além de um impacto financeiro, existe também um impacto económico e social, pois estas mercadorias que entram sem pagar as taxas devidas entram em concorrência desleal com os agentes económicos do território em causa. Por outro lado, não obedecem a controlos fito-sanitários ou de qualidade conforme definidos pela legislação comunitária e de cada Estado-membro em relação a este assunto. Mas o impacto mais sentido é a nível económico. Imaginemos, por exemplo, produtos agrícolas que entram pela fronteira espanhola ilegalmente sem pagar IVA e sem controlos ao nível da saúde pública, e todas as dirupções de mercado provocadas por este fenómeno. Importa salientar que grande parte da fraude ocorrida na UE ou parte da Península Ibérica ou acaba nela, principalmente vinda ou com destino nos PECS.

■ Pedro Carvalho

Vacas Loucas Comissão de Inquérito cede a pressões

A Comissão de Inquérito do Parlamento Europeu para a BSE afinal já não propõe uma moção de censura à Comissão Europeia pela negligência com que tratou a questão das «vacas loucas».

Na passada quinta-feira, 16 dos 19 membros da Comissão de Inquérito recuaram nas posições anteriormente assumidas, votando contra as propostas prevendo moções de censura contra a Comissão Europeia, a mais radical das quais previa as demissões de todos os comissários. Abandonada foi também a proposta (moderada) que dava à Comissão dez meses para reformar os seus serviços em profundidade sob pena de ser demitida em bloco, em Janeiro de 1998.

O recuo foi explicado pelo presidente da Comissão de Inquérito, Reiner Boge, em conferência de imprensa após a aprovação do relatório, pela «confusão de procedimentos durante a votação» e «influência exercida por algumas capitais» sobre os seus eurodeputados. O recuo verificado acaba por retirar peso às próprias conclusões do relatório.

Após seis meses de averiguações e debates, a Comissão de Inquérito concluiu que o Reino Unido e a Comissão Europeia são os principais culpados dos actos de «negligência», «disfuncionamento» e «incompetência» na origem da crise das «vacas loucas».

Ambos são acusados de terem privile-

giado os interesses dos mercados da carne bovina em detrimento da saúde pública, animal e humana, ao longo do período - 1990/1996 - em que aumentaram os conhecimentos científicos em matéria da doença, sobretudo no que respeita à possibilidade da sua transmissão ao ser humano.

A gravidade das acusações do relatório - que não isenta de culpas a generalidade dos Estados-membros, igualmente mais preocupados com questões de mercado do que com a saúde dos seus cidadãos - torna ainda menos justificável a cedência às pressões nacionais.

A culpa é do funcionário

Aparentemente, a Comissão de Inquérito do PE para a BSE optou por assestar as suas baterias a alvos paralelos e isolados. Concretamente, propôs à Comissão Europeia que mova uma acção judicial contra o ministro britânico da Agricultura, Douglas Hogg, por recusa a depor no caso «vacas loucas», ao mesmo tempo que admite a abertura de inquéritos a alguns funcionários.

A proposta referente ao ministro britânico consta da versão final do relatório e baseia-se no parecer dos serviços jurídicos do PE, segundo o qual Douglas Hogg era obrigado a responder positivamente às intimações para testemunhar de que foi alvo, várias vezes, por parte da Comissão de Inquérito.

A Comissão de Inquérito recomenda, por outro lado, que a Comissão Europeia pondere a possibilidade de aplicar medidas disciplinares a alguns dos seus funcionários, não identificados no relatório, cujo comportamento negligente ficou comprovado.

Outra hipótese prevista consiste na abertura de procedimentos de infracção às regras comunitárias contra Estados-membros, sendo o Reino Unido o mais visado.

O desagrado provocado por esta reviravolta na posição da Comissão de Inquérito levou a que, a título pessoal, um grupo de eurodeputados tenha assinado (eram necessárias pelo menos 20 assinaturas) um pedido de moção de censura condicional contra a Comissão Europeia, a submeter ou não ao Parlamento, em fun-



ção da reacção final do colégio de comissários ao relatório da Comissão de Inquérito.

A ir por diante, esta iniciativa subirá a plenário do Parlamento Europeu na sessão de 17 a 21 de Fevereiro, em Estrasburgo. De acordo com o calendário agendado, o PE toma posição sobre o relatório dos inquiridores a 19 de Fevereiro, após ouvir, pela última vez, as explicações do presidente do órgão executivo, Jacques Santer, e do comissário do pelouro agrícola, Franz Fischler.

Segundo Reiner Boge, um dos subscritores citado pela Lusa, existe uma possibilidade, embora mínima (a julgar pela posição da Comissão de Inquérito), que os comissários sejam «despedidos» a partir de 20 de Fevereiro.

Cimeira UE/ASEAN Sob a síndrome de Timor-Leste

O 12º Encontro de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos quinze países da União Europeia e da ASEAN (Associação dos países do Sueste Asiático que reúne a Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei e Vietname) começa hoje, em Singapura, sob a síndrome de Timor-Leste.

À hora do fecho da nossa edição, ainda a UE procurava uma forma de conseguir que a questão de Timor-Leste não fosse um obstáculo ao reforço das relações UE/ASEAN, bloqueado pelo veto de Portugal à renegociação do acordo de cooperação existente desde 1980.

No encontro, que se prolonga até amanhã, os ministros pretendem identificar os sectores em que as relações mútuas poderão progredir, «dentro do actual Acordo», eventualmente através de protocolos sectoriais.

O cenário mais provável é a criação de um protocolo formal adicional ao Acordo existente, instituindo novas áreas de cooperação sob a forma de protocolos sectoriais.

Portugal, que se opõe ao aprofundamento das relações institucionais e políticas devido ao con-

tencioso com a Indonésia por causa da ocupação de Timor-Leste, considera que as possibilidades de cooperação no âmbito do Acordo em vigor ainda não estão esgotadas, embora não se oponha ao princípio geral do desenvolvimento das relações económicas entre os dois blocos.

Portugal não exclui no entanto a possibilidade de vetar os protocolos sectoriais desde que a respectiva base jurídica o permita (o recurso ao veto nacional só pode ser aplicado nas áreas de cooperação requerendo decisões por unanimidade) e que o respectivo conteúdo o aconselhe.

A capacidade de manobra portuguesa é no entanto limitada, já que são muitas as áreas em que as decisões por maioria qualificada constituem a regra.

Com a ASEAN a representar um mercado de 400 milhões de consumidores cujo poder de

compra aumentou em média 7 por cento, entre 1989 e 1994, onde os investimentos estrangeiros cresceram, no mesmo período, 131 por cento, segundo estimativas da Comissão Europeia, torna-se cada vez mais difícil fazer com que a

questão de Timor-Leste fale mais alto do que os interesses do mercado.

Não foi certamente por acaso que, apesar de a questão timorense não fazer parte da agenda, os ministros da Indonésia, Filipinas e Singapura avisaram os seus homólogos europeus de que devem abster-se de levantar «questões sensíveis».



Ameaça turca

A Turquia vetará o alargamento da Nato a Leste caso não seja incluída no projecto de expansão da União Europeia, ameaçou o presidente turco, Suleyman Demirel.

Um comunicado da presidência divulgado a semana passada afirma que «o presidente informou (o secretário-geral da NATO, Javier Solana) que a opinião pública turca não pode apoiar o alargamento da Nato face a uma expansão da UE que não inclua a Turquia».

«O presidente - prossegue o comunicado - disse que a Turquia deveria estar presente na 'foto de família europeia' durante a cimeira da UE em Amsterdão, em Junho.»

As reservas de Ancara quanto ao alargamento da NATO e a crise cipriota estiveram em debate num encontro com Solana e altos responsáveis turcos, quinta-feira passada.

O secretário-geral da NATO declarou à imprensa ter «tomado nota» da pretensão turca, mas sublinhou que o alargamento da UE está fora das suas competências.

O alargamento da NATO está agendado para 1999, devendo a cimeira de Madrid, em Julho próximo, convidar formalmente a Polónia, Hungria e República Checa a aderir.

Entretanto, a Casa Branca rejeitou pronunciar-se sobre a proposta franco-alemã de realização de uma cimeira, em 5 de Abril, em Paris, consagrada às relações entre Moscovo e a NATO e para preparar a reunião de Madrid, em que deveriam participar a Alemanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Rússia.

O silêncio da Casa Branca contrasta com as declarações do porta-voz do Departamento de Estado, Nicholas Burns, que a semana passada rejeitou implicitamente a possibilidade de realização da cimeira ao argumentar que «devem ser tidos em conta os pareceres de todos os países da Nato, grandes ou pequenos». Na altura, Burns sublinhou ser necessário «concentrar» toda a atenção na cimeira de Madrid e reafirmou a «confiança» de Washington no secretário-geral da aliança, Javier Solana, para conduzir as negociações com Moscovo sobre uma carta que defina as suas relações com a Aliança. Recordar-se que a Rússia continua a afirmar-se contrária ao alargamento da NATO aos países de Leste.

Equador

O poder das ruas vence «El Loco»

Como consequência das contestações populares e da greve geral de 48 horas, Abdala Bucaram foi destituído do seu cargo de presidente do Equador «por incapacidade mental». Esta decisão era desejada por 57 por cento dos equatorianos, segundo revelou uma sondagem.

A situação no Equador acalmou no domingo com a designação, pelo Congresso, de Rosalia Arteaga como presidente transitória, com apenas uma abstenção e a ausência de todos os deputados do Partido Rodolista Equatoriano do presidente destituído Abdala Bucaram. Arteaga ocupa o cargo «de forma transitória» e por «tempo limitado, estritamente necessário e indispensável» para a nomeação de um novo presidente, prometendo não aplicar o plano económico de Bucaram, origem de toda a contestação.

O Congresso tinha agendado para anteontem a nomeação de um presidente interino até à realização de eleições em meados de 1998. O presidente eleito cumprirá um mandato de quatro anos. As forças armadas e a polícia equatorianas anunciaram já o cumprimento de «respeito absoluto» pela decisão e a «sua inquebrantável vocação democrática e de respeito absoluto pela Constituição».

Abdala Bucaram, apelidado de «El Loco» e conhecido pelos discos de rock n'roll que gravou, os espectáculos musicais e os saltos de helicóptero vestido de Batman durante a campanha eleitoral, foi destituído por «incapacidade mental» para governar pelos deputados na quarta-feira, dia 5, com 44 votos a favor e 34 contra.

Na sexta-feira, o Equador viu-se a braços com uma situação complicada e ao mesmo tempo insólita. Três pessoas proclamavam-se presidentes do país: Bucaram, que não reconheceu a decisão do

parlamento e que decreta o estado de emergência; Arteaga, que de acordo com a Constituição lhe deveria suceder; e Fabian Alarcon, presidente do Congresso e nomeado pelos deputados.

Ao mesmo tempo que o jogo político decorria nos corredores do parlamento, realizavam-se poderosas manifestações populares pela destituição do presidente e uma greve geral contra a corrupção e as recentes medidas económicas anunciadas pelo Governo. A Frente Unitária de Trabalhadores, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador e a Frente Popular lideram os protestos, aos quais se juntam antigos presidentes e partidos da oposição.



Rosalía Arteaga, Presidente interino

A contestação visa principalmente os aumentos brutais decretados e que sobe o preço da electricidade 300 a 600 por cento, o gás doméstico e o telefone cerca de 300 por cento e 35 por cento os transportes públicos.

Na quinta-feira, Bucaram ainda recua. «Vamos reconsiderar em cerca de 25 por cento o aumento de energia eléctrica, e baixamos em 7 mil sucres (cerca de 300 escudos) o preço de uma garrafa de gás», prometeu. No mesmo dia, aceita a demissão de três ministros.

Mas, na sexta-feira, reverte mais uma vez a sua posição e decreta o estado de emergência e suspende as garantias constitucionais para manter a ordem. Ameaça ainda assumir todos os poderes que tenha ao seu alcance para garantir a ordem.

Esta foi a última posição que o ex-presidente anunciou, de uma longa lista de contradições. No dia 3, Bucaram afirmou apoiar a greve geral decretada pelos sindicatos, para dois dias depois, para protestar contra o seu Executivo e a sua política de austeridade, chegando a decretar feriado nacional. «O Governo considera justas e necessárias as aspirações dos movimentos sociais e solidariza-se com elas», afirmou.

Dias antes, e apesar da «solidariedade» do presidente e das suas «justas» razões, mais de 600 pessoas tinham sido presas e cerca de 30 ficaram feridas em protestos de rua.

Argélia

A violência continua

Cinco anos de estado de emergência, cumpridos no domingo, não conseguiram pôr cobro à violência islâmica que se abate sobre a Argélia.

O estado de emergência, decretado a 9 de Fevereiro de 1992 pelo Presidente Mohamed Budiaf, que veio a ser assassinado quatro meses depois, concede maiores poderes às Forças Armadas para preservar a ordem pública, mas tem-se mostrado ineficaz.

Em 12 de Janeiro desse mesmo ano foram suspensas as eleições legislativas cuja primeira volta, realizada em 26 de Dezembro de 1991, deu a vitória à Frente Islâmica de Salvação (FIS).

A FIS, cujos dois dirigentes principais, os Imãs Abasi Madani e Ali Benhach, estavam na cadeia desde Junho de 1991, sob a acusação de conspiração, foi dissolvida em 4 de Março de 1992.

Budiaf decretou o estado de emergência com o apoio da cúpula militar, depois do país ter vivido uma série de tumultos provocados pelos simpatizantes do partido integralista, nos quais se verificou um número indeterminado de vítimas.

De então para cá, a violência tem continuado na ordem do dia. Estima-se que desde 10 de Janeiro pelo menos 300 pessoas morreram em atentados perpetrados por integralistas.

O mês do Ramadão foi particularmente sangrento.

No fim-de-semana, pelo menos 27 pessoas foram assassinadas durante o Id-ul Fitr, a «festa pequena» do Islão com que acabou o mês de jejum do Ramadão.

Segundo a imprensa argelina, catorze pessoas de duas famílias foram degoladas por um presumível grupo fundamentalista na véspera da festa no bairro dos Eucaliptos de Argel, onde já foram cometidos outros crimes similares alegadamente pelos mesmos grupos.

Seis civis foram assassinados em Draa Semmar na região de Medea, a cerca de 80 quilómetros a sul de Argel.

Sábado, foram assassinadas duas pessoas e sete foram feridas pouco depois de saírem da mesquita de Meftah, na região de Blida, a cerca de 50 quilómetros a sul de Argel.

No mesmo dia, no bairro de Beaufrasier, foi morto um casal que, com um filho de seis meses, tinha ido oferecer os pastéis tradicionais do Id-ul Fitr a familiares.

Na sexta-feira, no bairro argelino de Kuba, foi assassinado o antigo jogador internacional de futebol Mohamed Madani, também à saída de uma mesquita.

Na região de Tipaza, cerca de 50 quilómetros a oeste de Argel, desconhecidos mataram sexta-feira um imã (chefe religioso) em Darnus, cuja identidade não foi divulgada.

Ainda sexta-feira, entre outros incidentes isolados, explodiu uma bomba perto do mercado central de Tizi-Ouzou, a cem quilómetros de Argel, sem causar danos.

Prostituição em Espanha

De acordo com o chefe da brigada de menores da Polícia Nacional de Barcelona, Jesus Fernandez Garrido, o novo Código Penal espanhol, que entrou em vigor em Maio de 1996, pode «transformar a Espanha num país que favorece a prostituição» e, mais concretamente, a pedofilia. Este Código Penal aboliu o delito de desvio de menores e fixou em 12 anos a idade abaixo da qual as relações sexuais com adultos são sistematicamente reprimidas. Um a quatro anos de prisão é a nova pena para quem obrigar um menor a prostituir-se. Garrido explicou que a prostituição de crianças foi totalmente erradicada das ruas da capital catalã há alguns anos, mas que «se verificam movimentos» do seu ressurgimento desde Maio.

Tensão Grécia/Turquia

O ministro da Defesa grego acusou a Turquia de tentar «mudar as fronteiras do mar Egeu» desde 1995. «É um facto sem precedentes que a Turquia, membro da Nato (como a Grécia), se prepara sistematicamente ao nível militar para atacar a integridade territorial de um país aliado vizinho», situação que obriga a Grécia a «manter as suas forças armadas num estado de preparação e de dissuasão máximo», afirmou Akis Tsohatzopoulos numa entrevista. Tsohatzopoulos fez ainda um apelo a «todos os aliados da União Europeia e da Nato para que incrementem os seus esforços junto da Turquia, se querem salvaguardar a estabilidade na região».

Orçamento para a secreta israelita

O orçamento para os serviços secretos de Israel para 1997 aumentou 150 milhões de dólares relativamente ao ano passado, revelou na sexta-feira o diário Haaretz, citado pela Lusa. Este aumento de 22 por cento elevará o orçamento total para 817 milhões de dólares, divididos entre o Shin Beth (serviço de segurança interna), a Mossad (serviço de espionagem no estrangeiro) e a companhia aérea israelita El Al. Terão sido ainda concedidos fundos suplementares para a protecção de responsáveis hebreus.

Bélgica

Militares protestam

Manifestando-se contra a reestruturação do exército proposta pelo ministro da Defesa, Jean-Pol Poncelet, milhares de militares belgas desfilarão domingo, pacificamente, em Bruxelas.

Os manifestantes, entre 4.000 e 7.000 segundo fontes policiais e sindicais, responderam a um apelo da intersindical militar das centrais socialista (CGSP), cristã (CCSP) e liberal (SLFP) da Função Pública, protestando nomeadamente contra as reduções de efectivos e o encerramento de quartéis, e reclamando a diminuição do tempo de trabalho.

«Recusamos os despedimentos e queremos poder beneficiar do tempo parcial e da semana de quatro dias como (acontece) nos outros sectores da Função Pública», disse Pascal Gautier, responsável da CGSP-militares, à agência France Presse.

A nova reestruturação do exército foi anunciada por Poncelet em Setembro, e visa completar um plano lançado pelo seu antecessor, Léo Delcroix, após a supressão, em 1993, do recrutamento obrigatório.

Estas medidas atingem, em particular, os Estados-Maiores e as estruturas de comando para, segundo o ministro, as adaptar «à tarefa real» do exército belga, que conta com cerca de 50.000 militares.

A «tarefa real» dos militares belgas passa cada vez mais por missões no estrangeiro, o que exige um crescente aumento do orçamento da Defesa.

Albânia

Situação explosiva

A situação na Albânia continua explosiva. No início da semana, violentos confrontos em Vlora entre manifestantes e polícias tinham já provocado três mortos e mais de 150 feridos.

Segundo informações veiculadas pela Lusa, uma multidão irada de largas centenas de pessoas invadiu as ruas daquela pequena cidade atacando tudo o que encontrou pela frente, incluindo a polícia de choque, tendo alguns agentes sido espancados e despojados das armas e escudos.

A cidade fora já palco de confrontos domingo à noite, que fizeram um morto e igualmente cerca de cinco dezenas de feridos, entre os quais 12 polícias, segundo um balanço hospitalar.

Na manifestação de domingo, em Vlora, uma cidade controlada pelo Exército, a cerca de 150 quilómetros de Tirana, nas costas do mar Adriático, participaram cerca de 30.000 pessoas.

Vlora tem sido o principal foco de violência desde a falência das instituições que ofereciam elevados juros pelos depósitos, o que levou milhares de albaneses a depositarem nelas todas as suas poupanças.

Os acontecimentos de Vlora foram antecedidos por outras manifestações, designadamente

em Tirana, a capital, onde a polícia deteve os líderes da oposição e dispersou à bastonada diversos grupos de manifestantes.

Entre os detidos, posteriormente libertados, segundo noticiou a France Presse, contavam-se o secretário-geral do Partido Socialista, Redjep Mejdani, e Namik Tokle e Lush Perparli, da direcção do mesmo partido. Foram ainda detidos o presidente do Partido Social Democrata, Skender Gjunushi, o presidente da Aliança Democrática, Neritan Ceka, e outros membros da oposição.

Reunidos no Fórum para a Democracia, os partidos da oposição responsabilizam o Governo pela crise gerada pela falência das sociedades financeiras que arruinou dezenas de milhar de pessoas, exigindo a demissão do executivo e a realização de eleições antecipadas.

Também em Fieri a polícia tentou impedir que cerca de 5.000 pessoas se manifestassem, tendo ferido pelo menos 10 manifestantes e vários jornalistas, nomeadamente, um fotógrafo e um operador de câmara da Associated Press, um jornalista da Reuters e membros de uma equipa de televisão croata. O material da AP foi destruído pela polícia, segundo noticia esta agência.

Couroço

■ Henrique Custódio

O Sermão dos Peixes

Muitos foram os caminhos clandestinos que o Avante! trilhou nas duras décadas do fascismo para chegar às mãos dos leitores. É um mapa misterioso que ainda ninguém cartografou, onde as rotas da distribuição eram contraditoriamente imprevisíveis e minuciosas, improvisadas e cumpridas ao milímetro, temerárias e prudentes, mas sempre, sempre, tocadas a imaginação e a coragem.

Houve Avantes! levados no cano das botas, no cinto das calças, no forro das roupas - em todos os sítios ou atavios do corpo humano, recônditos ou expostos consoante a urgência, o engenho e a audácia.

Houve Avantes! transportados em bombas de bicicleta, varais de carroça, sacos de compras, lancheiras de almoço, caixas de ferramentas, remessas de queijo, porões de traneira, carvão de comboios e mil e um outros meios de locomoção, cuja listagem é tão improvável ou fantástica como eles quase todos o foram para a vigilância salazarista.

No Couço, a «Aldeia Vermelha» do Sul do Ribatejo, no Concelho de Coruche, a distribuição do Avante! foi garantida, durante décadas, pelos vendedores de peixe locais - conhecidos por «sardineiros» -, todos militantes clandestinos do Partido, garantindo através do negócio ambulante uma das mais eficazes coberturas para a venda do órgão central do PCP.

Vários ainda estão vivos, e pelo menos dois em actividade.

Acompanhámos um deles na «volta do peixe» pelos locais mais distantes da Freguesia, assistindo ao negócio com que sempre ganharam a vida e... à venda do Avante!, de que continuam a ser empenhados difusores.

Depois conversámos com três no Centro de Trabalho do Couço, interpellando-lhes a memória para este trabalho que, na figura dos sardineiros do Couço, convoca e homenageia a multidão de corajosos difusores que garantiram durante longas décadas a regular distribuição do Avante! clandestino por todo o território nacional - homenagem adequada no número que assinala o 66º aniversário do Avante!.

Segue, em separado, algo do que esse trabalho apurou com os «sardineiros da Aldeia Vermelha», distribuidores do único órgão de informação que, livre e regularmente, ousou e conseguiu romper durante mais de três décadas a mordeça da ditadura fascista.



Os três sardineiros nossos entrevistados (da esquerda para a direita): Rui Brás, Arnato Brás e João Balhana

Por montes e vales

Arnato David Brás é uma figura.

Com 71 anos, continua imponente no alto do seu metro e oitenta rematado num rosto largo e corado, olho azul perscrutador e bonacheirão por baixo do matagal das sobranceiras. O cabelo, já todo branco, continua forte e de melena rebelde.

Às nove da manhã enfiei-me com ele na carrinha para a «volta do peixe», um quase eufemismo porque Arnato, no seu velho comércio de «sardineiro» pelas zonas rurais da Freguesia do Couço, é hoje um autêntico mini-mercado ambulante onde o peixe - em geral congelado - ocupa modesta quota de vendas.

A primeira paragem foi em Lagoíços. Arnato anuncia-se com duas estridentes bombadas na cornetta que o acompanha há décadas e desliga o motor, como sempre o havia de fazer em cada avio de fregueses, ainda que distantes 100 metros uns dos outros. Para ele, o comércio é um acto social que requer sossego.

Subindo pesadamente ao cavername da carrinha coberta, de lá desencanta a satisfação dos mais díspares pedidos: peixe ou sabonetes, frango ou detergente, pilhas ou margarina. Depois desce, faz as contas no primeiro papel pardo que apanha a jeito, arredonda os trocos a favor dos clientes e graceja incessantemente. O sentido de humor é uma segunda natureza, em Arnato Brás.

Ainda em Lagoíços, apresenta-me Francisco Alves, angolano vindo dos desencontros da descolonização e que se radicou há 16 anos no Couço, a que sublinhadamente chama «a nossa terra». É um homem culto, irónico e informado, que lida agilmente com os seus agravos políticos e a análise que faz do espectro partidário do País, onde assinala a presença do PCP como «fundamental» no meio do oportunismo reinante.

Comemos sardinhas e pão regados a tinto e preparados pelo anfitrião, num dos primeiros «pequenos-almoços» que Arnato costuma tomar a convite dos clientes. A tolerância e o diálogo são os temas mais convocados por este sardineiro antigo, que tanto cita os clássicos do marxismo e da literatura como se embrenha em considerações, sempre tolerantes, sobre questões triviais das pessoas e das coisas. Imutável, para ele, apenas os princípios. Tudo o resto «pode e deve ser conversado».

Aliás, a conversa é nele uma pulsão. Encaixando o corpo enorme ao lugar do volante, vai falando e ouvindo com a mesma calma com que desliga o motor, sai para as ruas ou quintais e grita: «Então o que vai hoje, minhas queridas?» E uma coisa vai regularmente: é mais um número do Avante!, que retira dum maço que viaja a seu lado no banco. Foi assim no bairro atrás referido, depois nas Courelas, nas Courelinhas, na Escusa, do outro lado do rio, onde sucedeu o segundo «pequeno-almoço» em casa de José Coelho e Maria Antónia, repasto que se transformou em almoço e animada conversa.

Quem vê este homem grande, alegre e bonacheirão, a quem o Registo Civil trocou o nome de «Renato» para «Arnato», não o imaginaria, clandestino, a fazer a ligação política com regiões inteiras, levando ao mesmo tempo o Avante! para todos, o que lhe custou oito anos de prisão. Mas não é isso que lhe importa: «O melhor de tudo é aprender, pá!». Pois é. Nomeadamente contigo.

Os bailes da ponte e o acordeão do Certezas

O Centro de Trabalho do PCP do Couço foi o local do nosso encontro com Arnato David Brás, Rui David Brás (são irmãos) e João Oliveira Balhana. Têm idades aproximadas: 71 anos, 73 anos e 70 anos, respectivamente. Lioci-



Arnato Brás entregando o Avante! a um casal, Ester de Oliveira Teles e Joaquim Lima de Carvalho. Estávamos nas Courelas do Sorraia

A «ponte caleira» sobre o rio Sorraia - obra monumental do regime fascista para alargar o regadio na região -, foi durante vários anos o local escolhido pela população do Couço para festejar o 1º de Maio, Dia do Trabalhador, a pretexto de um convívio que mobilizava toda a população. As forças repressivas cercavam ameaçadoramente o local, mas viam-se impotentes perante a imensa multidão de homens, mulheres e crianças. O 1º de Maio da foto realizou-se em 1960, no calor duma luta em crescendo pelas oito horas. Pouco tempo depois abateu-se sobre a Freguesia uma repressão brutal, que fez centenas de prisões, não havendo praticamente nenhuma família que não tivesse um familiar nos cárceres fascistas

A Aldeia Vermelha

A Freguesia do Couço nasceu no encontro de duas ribeiras alentejanas, a do Sor e a do Raia, que ali confluem para dar origem ao principal afluente da margem esquerda do Tejo - o rio Sorraia. Foi precisamente nas margens do Sorraia ali formado que a Freguesia se desenvolveu há três séculos, crescendo de um lado e do outro sob nomes de santos: a Norte, com a aldeia de Santa Justa, a Sul com a aldeia de Santo António do Couço.

O Sul do Ribatejo começa lá, no viço esplendoroso do Vale do Sorraia, espalhando-se a Oeste através do mais extenso concelho ribatejano, o de Coruche. Incrustada nesta peculiar transição da aridez alentejana para a exuberância do regadio ribatejano, a Freguesia do Couço caldeou-se no choque socioeconómico entre o imobilismo do latifúndio e a capacidade de iniciativa de camponeses sem terra mas conscientes da sua produtividade. Poderá estar aqui o entendimento para a tradição de luta social e consciência de colectivo que se desenvolveu, como um carácter, na história da Freguesia, fazendo-a emergir nos confrontos políticos deste século para um protagonismo sem dúvida singular e sempre do lado do progresso e da transformação revolucionária.

Na memória da aldeia do Couço, hoje vila, continua viva a passagem de um mítico professor primário - o professor Joaquim Dinis

nió Sabino, «o Barraca de Santa Justa», não pôde estar presente «por não ter sido avisado a tempo», falha na organização do encontro que os presentes lastimaram, fazendo questão que o seu nome constasse. Bem como o de Pedro Norberto Correia, «o Pedro Caccou», que faleceu a 25 de Março do ano passado.

Quebrado o formalismo inicial, as memórias começaram a passar na mesa. Primeiro ligando-se por referências comuns, como a de todos terem iniciado o ofício de vendedores de peixe ainda crianças: Arnato aos 10 anos, o seu irmão Rui aos 12, João Balhana aos oito. A crueza da situação abria-lhes sorrisos nostálgicos. «Tempos duros, pois! Mas as coisas mudam, essa é que é essa!»

Depois os caminhos do trabalho. «Chamavam-nos sardineiros e como não havia de ser? Nesse tempo de miséria o que se comia era sardinha, muitas vezes escorchada! A única pessoa que me comprava carapau em Santa Justa era a sra. Antónia Rata, porque ainda era mais barato!», reclamava Rui Brás, cadenciando o discurso com palmadas na mesa.

A venda do peixe, portanto. Ambulante, o produto transportado em caixotes presos ao suporte da bicicleta a pedais (só perto da década de 70 é que a motorizada veio descansar as pernas), a chegada aos lugares anunciada pelo romper

da do regime na ilusão de «amaciar» os ânimos revoltosos. Mas também pagas com centenas de prisões numa Freguesia com pouco mais de 4000 habitantes, longos anos de ocupação militar através de esquadrões da GNR, a presença permanente de unidades móveis da PIDE, a instauração de um autêntico estado de sítio que imperou dos anos 60 até quase ao 25 de Abril, a proibição de quaisquer actividades colectivas ou esboço de associação, fosse um simples baile ou um incipiente grupo desportivo.

A célebre frase da repressão fascista «não são consentidos ajuntamentos de mais de duas pessoas» teve, no Couço e durante décadas, uma aplicação minuciosa e literal, garantida por obsessivos patrulhamentos da GNR ritmados pela chibata de graduados destilando medo e ódio.

Todavia, a feroz repressão com que o regime se abateu sobre a pequena Freguesia nas duas últimas décadas do fascismo, se desarticulou a intervenção em campo aberto e atingiu fundo a resistência clandestina organizada, não anulou as convicções, não quebrou os ânimos nem esmagou os sonhos. A Revolução do 25 de Abril teve no Couço, e de imediato, um dos seus mais apaixonados protagonistas, com a Freguesia avançando impetuosamente na organização

Os bailes da ponte e o acordeão do Certezas

estridente duma corneta. E os Avantes?! «Iam escondidos debaixo da caixa das sardinhas, no globo da luz, onde calhava e sempre variando!» As entregas tinham destinatários concretos, locais comandados, senhas de emergência, largadas avulso. Outras vezes, como contava o Arnato, «iam às pilhas e em maços ser entregues emonge, como em Montargil ou Cabeção». Aí, eram entregues aos amarradas da organização vizinha, que se encarregavam da sua difusão.

Obviamente, conheceram a prisão, a primeira em 1943 a mando dum latifundiário local, o dr. Ribeiro. O Arnato totalizou oito anos de cárcere, cinco dos quais seguidos, depois de 1961.

Mas não se detêm muito nisso. Preferem recordar o rio e as pesarias no 1º de Maio debaixo da «ponte caleira», onde todos os anos a população inteira se concentrava para impor a comemoração do Dia dos Trabalhadores sob o pretexto dum imensa festa quase comunitária. Comia-se, bebia-se e dançava-se. «O acordeonista era o Certezas de Montargil, lembram-se?» Gargalhada geral, que se intensificava quando recordavam o ar furibundo e impotente da GNR, que cercava de patrulhas esses grandes 1º de Maio com peixe fresco pescado no rio Sorraia. Em tropel, as memórias sucediam-se. «E a campanha do Delgado? Fizemo-los vergar a mola, grandes tempos.» Mais a luta das oito horas, com o Couço a pôr todo o



popular, na criatividade revolucionária, na intervenção de massas. Liderou a Reforma Agrária, que fez alastrar a toda a região, organizou o Poder Local democrático, impôs à própria sede do Concelho a alteração democrática das estruturas do poder, quer ocupando os organismos corporativos e estatais lá sediados, quer derrubando os símbolos públicos do regime que ornamentavam as praças.

Já históricos também, esses tempos relançaram o Couço na primeira linha do combate político, agora pugnando na barricada do Portugal democrático saído da Revolução de Abril. A defesa das conquistas revolucionárias - ali bem presentes na Reforma Agrária organizada pela própria população -, a luta contra a ofensiva restauracionista conduzida por sucessivos governos de direita, a defesa do regime democrático e o envolvimento activo em todas as batalhas que marcaram a história recente nacional, têm mostrado a Freguesia do Couço à altura das suas lendárias tradições de empenhamento cívico e político, mau grado a sangria da população empurrada para migrações e emigrações forçadas.

Ali mesmo, onde nasce um fértil vale ribatejano alimentado por águas do Alentejo, continua ainda e sempre de pé a irredutível Freguesia, a que a tradição local deu o nome de que mais se orgulha a maioria esmagadora dos seus habitantes: o de Aldeia Vermelha.



A campanha de Humberto Delgado teve no Couço das mais aguerridas expressões nacionais. Na foto, vê-se a recepção feita a elementos da candidatura vindos de Lisboa. No dia das eleições, a população concentrou-se de novo e exigiu a contagem pública dos votos. Resultado: vitória esmagadora de Humberto Delgado



De novo a venda do Avante! pelo Arnato: na foto da esquerda a José Coelho, na Escusa, à direita a Idalina, ainda nas Courelas

■ **Edgar Correia**
Membro da Comissão
Política

Segurança Social

- a batalha do esclarecimento

COM A ENTRADA dos trabalhos da Comissão do Livro Branco na recta final impõe-se que as questões relativas à reforma da Segurança Social retomem a primeira linha da atenção da opinião pública. Anote-se, em termos de calendário, que está prevista para Março a redacção das recomendações. Para Maio está anunciada a divulgação do Livro Verde. E para Agosto, de acordo com o *timing* da Comissão, será divulgado o Livro Branco propriamente dito.

As sérias reservas com que há um ano foi acolhida a composição da Comissão do Livro Branco confirmaram-se, entretanto, inteiramente.

Importa recordar que apesar dos compromissos assumidos pelo PS de nomeação de um «comité independente de peritos», a Comissão acabou por ser constituída por resolução do Conselho de Ministros com uma composição marcada de forma muito negativa pelo peso claramente maioritário dos representantes do grande capital financeiro - seguradoras e empresas gestoras de fundos de pensões - e de técnicos que compartilham de perspectivas semelhantes às desse sector.

Acresce ainda que, desde o início da actividade da Comissão, não faltaram declarações - quer por parte do ministro que tutela o sector, quer do respectivo Secretário de Estado - a defenderem novas orientações para a Segurança Social, que era suposto constituírem o objecto da Comissão do Livro Branco e que por isso deviam aguardar a publicação dos seus resultados e o seu debate público.

Todos estes procedimentos concorreram para afectar a imagem da Comissão. E fundamentam a suspeita de que o Governo - ao contrário das proclamadas preocupações com o estudo objectivo e isento de uma questão de transcendente importância social e nacional - está sobretudo apostado em legitimar uma política de inspiração neoliberal, cujos contornos privatizadores estão de há muito definidos.

O relatório da responsabilidade de Correia de Campos, presidente da Comissão do Livro Branco, há dias conhecido, dedicado à «sustentabilidade financeira da Segurança Social - a questão da complementaridade»⁽¹⁾, confirma a esse respeito as expectativas mais negativas.

«Conclusões e recomendações»

Começa o presidente da Comissão do Livro Branco, nas suas «conclusões e recomendações», por estabelecer uma ligação ilegítima entre o *plafonamento de contribuições* e a existência de regimes complementares de segurança social⁽²⁾, para de seguida assumir a defesa «**dentre as modalidades (de complementaridade) possíveis**, o estabelecimento de um limite superior dos salários a tomar em consideração como base de incidência contributiva (*plafonamento de contribuições*)».

Os dois argumentos que mobiliza a favor do *plafonamento* são de antologia: ele «tem a seu favor não só a orientação política do XIII Governo», «como a opinião de alguns dos mais categorizados especialistas nacionais», dos quais cita quatro, em que inclui o próprio ministro da Segurança Social, o respectivo Secretário de Estado e Bagão Félix, antigo membro dos governos da AD e do PSD e administrador de uma seguradora...

Assumindo-se claramente como defensor do *plafonamento de contribuições* (que constitui, como se sabe, um instrumento de redução do sistema público de Segurança Social e do correspondente alargamento da quota de mercado dos seguros e dos fundos de pensões privados), Correia de Campos reduz «as alternativas» à adopção de um *plafonamento* entre «um limite baixo - três ou quatro salários mínimos» ou «um limite relativamente alto - oito a dez salários mínimos». E desenvolve a variante de «redução vertical de todas as contribuições para a Segurança Social, quer na parte do empregador quer na do trabalhador, reduzindo-se corresponsavelmente os direitos pensionários», com «a totalidade ou parte desta redução contributiva a ser encaminhada **obrigatoriamente** para modalidades de segundo pilar» (fundos de pensões).

Um «estudo» mais que duvidoso

Não pode passar sem comentário a utilização que o presidente da Comissão do Livro Branco faz, em defesa

das suas «conclusões», de um recente e mais que duvidoso «estudo» sobre «implicações financeiras da introdução de *plafonds* no sistema da Segurança Social»⁽³⁾.

Em primeiro lugar porque esse trabalho já mereceu profundos reparos no plano técnico por parte de especialistas do sector. Além de erros que são apontados nos dados de base, a metodologia seguida na simulação é acusada de retirar credibilidade aos resultados e de inviabilizar a correcta aferição das repercussões da introdução do *plafond* sobre as receitas provenientes de contribuições.

Em segundo lugar porque esse «estudo», apresentado pelos seus (não divulgados) autores como trabalho de «avaliação das implicações financeiras decorrentes da introdução de *plafonds* no sistema de Segurança Social», constitui na realidade um mal disfarçado relatório apologético dos pontos de vista políticos (e dos interesses) do grande capital financeiro.

Assim é que pretendendo apresentar o *plafonamento* salarial como uma «proposta técnica», o «estudo» acaba por explicitar as políticas (e interesses privados) de que ele na realidade constitui instrumento. Citam-se, nomeadamente:

- a «contenção parcial das responsabilidades do Estado em matéria de protecção social e, sobretudo, de pensões»;

- a «restrição da dimensão do sistema público, limitando o máximo a pagar a cada indivíduo», como «mecanismo que apresenta **vantagens** (sic) ao nível da contenção de despesas com pensões de velhice, **poupando** (sic), nas pensões mais elevadas»;

- a «redução dos encargos sociais das empresas - em particular os referentes a quadros médios e superiores, activos com rendimentos mais elevados - mas também dos próprios benefi-

ciários, permitindo **libertar** (sic) recursos financeiros susceptíveis de ser canalizados para esquemas complementares de poupança para a reforma, em regime de capitalização»;

- a criação «das condições para o desenvolvimento de um sistema de capitalização **obrigatória** (sic) o qual constitui, a prazo, uma alternativa para o problema do financiamento das pensões de reforma»;

- a «diminuição dos direitos adquiridos (dos contribuintes) por contribuições já efectuadas», podendo «caso esta mudança ocorra a uma determinada distância da idade da reforma, os activos ainda ajustarem a sua taxa de poupança, reforçando o **pilar privado** (sic) da sua reforma».

Constitui um escândalo que um «estudo» sobre Segurança Social, para mais apresentado com o objectivo de proceder à «avaliação das implicações financeiras decorrentes da introdução de *plafonds* no sistema», comece por apresentar «benefícios» dos *plafonds*, tais como: «o **limite dos direitos** dos beneficiários»; a «**criação automática** (sic) de uma **zona de expansão dos pilares privados** da reforma em capitalização»; a «**dinamização do mercado de capitais**»; «a criação de um sistema privado **obrigatório** (sic), associado a uma clara definição fiscal das reformas, (para) integrar as componente pública e privada - individual e colectiva»; e a «**legalização** (sic) de uma prática corrente» (a evasão contributiva sobre as remunerações mais elevadas!).

É um facto que o «estudo» reconhece que o *plafonamento* provoca «no imediato - curto prazo - uma quebra nas receitas da Segurança Social, mais ou menos significativa consoante o *plafond* fixado»⁽⁴⁾. Ao mesmo tempo que prevê «no médio e longo prazo uma quebra nas despesas do sistema».

Mas o que importa reter, para além das reservas de natureza técnica que as simulações realizadas suscitam, como atrás se referiu, é que mesmo na hipótese estudada de um maior *plafonamento* das contribuições⁽⁵⁾, apesar da diminuição da dimensão do sistema público (com a correspondente redução da redistribuição social que ele proporciona), os resultados financeiros não ultrapassam um modestíssimo saldo anual de 4,4 milhões de contos.

A batalha do esclarecimento

Os problemas da Segurança Social e o propósito do Governo, sob pressão de poderosos interesses financeiros, proceder a uma profunda alteração do sistema de sentido privatizador e redutora de direitos, constitui sem dúvida a questão social que toca mais

profundamente o conjunto dos trabalhadores e da população portuguesa.

As linhas fundamentais da ofensiva neo-liberal e privatizadora são conhecidas: prognóstico catastrófico em relação ao sistema público de Segurança Social; embelezamento das soluções privadas; e a tentativa de redução do sistema público e dos direitos que ele garante, através do *plafonamento* de contribuições e de prestações, da elevação da idade da reforma e da alteração desfavorável da forma de cálculo das pensões.

A utilização de pretensos argumentos «técnicos» e a exclusão das alternativas que efectivamente existem para empreender uma reforma da Segurança Social que garanta e viabilize num nível mais elevado do que até agora a concretização deste direito social fundamental dos portugueses, constitui outra das apostas políticas do neo-liberalismo, que o relatório do presidente da Comissão do Livro Branco claramente evidencia.

Torna-se por tudo isto necessário compreender que a defesa, o reforço e o aperfeiçoamento da Segurança Social, passam hoje pela dinamização de um muito vasto e diversificado movimento de opinião, de intervenção e de luta. E colocam na ordem do dia uma exigente batalha de esclarecimento - político, económico e social, e também ideológico.

Voltaremos ao assunto.



(1) «Sustentabilidade financeira da Segurança Social - a questão da complementaridade» - Comissão do Livro Branco da Segurança Social, Janeiro 1997.

(2) Para evidenciar essa ilegitimidade basta recordar a proposta do PCP para o desenvolvimento de um regime de pensões complementares no interior do sistema público de Segurança Social, com prestações definidas e subscrição voluntária e sem qualquer redução ou *plafonamento* do regime geral.

(3) «Implicações financeiras da introdução de *plafonds* no sistema de Segurança Social», versão preliminar, do Centro de Investigação sobre Economia Financeira, sem individualização da autoria.

(4) Estimativa para 1997 da perda de receitas de contribuições para a Segurança Social (em milhões de contos), consoante o valor do *plafond*: 2 salários mínimos - 255,2 mc; 3 smn - 149,5 mc; 4 smn - 95,7 mc; 6 smn - 46,6 mc; 8 smn - 25,3 mc; 10 smn - 14,6 mc; e 12 smn - 8,8 mc.

(5) Essa hipótese, que deve ser analisada com todas as reservas técnicas atrás apontadas, tem a seguinte configuração: introdução de um *plafond* de 8 salários mínimos nos contribuintes com idades compreendidas entre os 50 e os 55 anos e de 6 salários mínimos abaixo dos 50 anos.

A Europa no rumo da diplomacia secreta

O escândalo rebentou nas páginas da edição do *Le Monde* do passado dia 25 de Janeiro, quando pela primeira vez a opinião pública europeia tomou conhecimento de excertos do texto do Acordo franco-alemão, assinado em Nuremberg, no dia 9 de Dezembro do ano findo, pelo Chanceler Helmut Kohl e pelo Presidente Jacques Chirac.

O acordo tem características de um acordo secreto: questionado na Assembleia Nacional francesa por um Deputado socialista, em 18 de Dezembro, acerca de rumores que corriam, o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês Hervé de Charette não diz uma palavra sobre o assunto. Mas, alguém fez chegar à imprensa o texto escondido. E a imprensa cumpriu o seu dever de o dar a conhecer ao mundo.

O texto tem a designação de «conceito comum franco-alemão em matéria de segurança e defesa» e é celebrado no quadro do Conselho Franco-Alemão de Defesa e Segurança, instituído pelo Tratado do Eliseu,

questão prévia e central, que tem alta relevância política, e que deve ser desde já posta. O que o «conceito comum» vem pôr em evidência é a forma como na realidade está a ser conduzido o processo de criação da União Europeia, nos seus diferentes aspectos. O secretismo deste documento mostra que entre a França e a Alemanha (e talvez não só) existem pactos firmados, que na prática dirigem o processo europeu, relegando os restantes parceiros à condição serviçal. Depois de conhecido este documento e a forma como foi tentado mantê-lo secreto, nunca mais ninguém pode com razoabilidade falar de transparência e do respeito pela igualdade dos Estados quando falar da União Europeia. Quanto à transparência, ela é negada, porque o documento prova a existência de uma diplomacia secreta das grandes potências. Quanto à igualdade entre Estados, ela é negada, porque o documento prova que há um complot das grandes potências que na ignorância dos restantes parceiros comanda de facto a Europa.

Alguns aspectos do documento (que materialmente é uma espécie de tratado) devem merecer algum detalhe.

Em primeiro lugar, merecem realce as razões invocadas pela França e pela Alemanha para justificarem o papel que pretendem arrogar-se no quadro europeu. O documento fala em quatro razões: o peso económico dos dois países; o seu peso demográfico; a sua posição geográfica; e o empenhamento constante na construção europeia. Não se pode ser mais claro: é a afirmação despudorada de que do centro de decisão político-militar são excluídos os países mais pobres, os países mais pequenos e os países da periferia.

Importa referir, em segundo lugar, os objectivos políticos gerais que presidiram, na explicitação feita no documento, à sua assinatura. Trata-se da combinação de três dinâmicas. Por um lado, os dois parceiros querem reforçar a sua própria segurança e defesa, a integridade do seu território e a garantia da sua soberania. Neste ângulo, o acordo é um típico acordo de defesa. Mas, por outro lado, França e Alemanha visam a protecção em conjunto dos seus interesses externos no continente europeu, na

baía do Mediterrâneo e em todos os espaços essenciais à sua actividade económica e à liberdade de trocas. Neste ângulo, o acordo já tem a natureza de uma aliança militar, com todos os respectivos atributos: definição do inimigo, e disponibilidade de meios militares para acções militares externas. A terceira dinâmica é a da construção de uma política europeia de defesa comum. França e Alemanha explicitam no documento a sua intenção de o fazerem, designadamente a vontade de trabalharem para a integração da UEO na União Europeia. Mas simultaneamente registam que o «conceito comum» é o quadro para o

desenvolvimento das relações de defesa entre a França e a Alemanha. Isto significa que França e Alemanha entendem o seu relacionamento bilateral como o quadro de referência para a construção da defesa comum europeia. Aqui, também, a clareza raia o cinismo: coitados dos pequenos, pobres e periféricos...

Sublinha-se, em terceiro lugar, a afirmação explícita do papel prioritário da NATO, como quadro de referência não só para o acordo como também para a política de segurança e defesa europeia. Para os que alimentaram a esperança (e tiveram razões abundantes para isso!) de que o desenvolvimento da vertente de defesa da União Europeia (incluindo a revitalização da UEO) fosse feita em conflito crescente com a potência hegemónica encontrar-se-á certamente neste acordo motivos profundos de desilusão. A NATO é chamada ao papel de «garantia indispensável para a estabilidade e segurança da Europa». No terceiro parágrafo do documento, quase um frontispício, França e Alemanha declaram solenemente ir trabalhar para o «desenvolvimento de uma identidade europeia de defesa e segurança no seio da Aliança» e no quadro da sua renovação, acrescentando de imediato a sua determinação em colocar a parceria (parceria) transatlântica com os Estados Unidos sobre uma base nova e sólida».

Uma quarta componente, muito ligada à anterior, merece uma referência especial. Trata-se da reafirmação da continuidade dos arsenais militares como parte da estratégia da NATO. Há aqui duas novidades assinaláveis: em primeiro lugar, a França subordina o seu arsenal nuclear à NATO. O documento afirma-o: «A garantia suprema de segurança dos Aliados (membros da NATO) é assegurada pelas forças nucleares estratégicas da Aliança, em particular as dos Estados Unidos; as forças nucleares independentes do Reino Unido e da França, que cumprem um papel dissuasor próprio, contribuem para a dissuasão e para a segurança global dos Aliados». A segunda novidade é o papel aberto para a Alemanha quanto à força nuclear francesa. Esse papel é explicitamente referido, comprometendo-se França e Alemanha num «diálogo respeitante à função da dissuasão nuclear». O processo de rearmamento alemão conhece caminhos ínvios! Como nota final na questão nuclear, anote-se a arrogância franco-alemã, quando deliberam também sobre o papel da força nuclear do Reino Unido. Em Londres, já devem soar campainhas de alarme!

Uma quinta componente do acordo é a visão sobre o alargamento da NATO e das instituições europeias. A afirmação explícita da «vocaçào» (!) de se alargarem atribuída às instituições atlântica e europeias, corresponde à intenção declarada de, em relação aos novos Estados que pretendem aderir (muitos deles já associados nas várias formas de parceria que a NATO, a UE e a UEO desenvolveram), os subordinar à estratégia definida, incluindo quanto às missões externas de «gestão de crise» que estão em curso ou possam vir a ser determinadas.

A sexta e última nota relevante a assinalar é o alto nível de concretização que o acordo envolve nos planos militar e do armamento. O «conceito comum» aprofunda três direcções de trabalho: uma concepção comum da missão das forças armadas dos dois países; uma cada vez maior complementaridade entre as duas forças armadas, incluindo conceitos como interopera-

cionalidade, cadeia de comando, sistema de informações, logística, transportes, etc.; uma política de armamento comum. Tendo presentes estes objectivos, o acordo estabelece directivas minuciosas, para o planeamento comum (incluindo de equipamento e capacidades militares), para a cooperação militar (na formação, no treino, nas estruturas, na doutrina, nas capacidades) e para a cooperação em matéria de armamento (com o objectivo expresso de construir uma política europeia de armamento, que permite a normalização de equipamento e a «racionalização do sector do armamento», tudo tendo em vista uma estratégia industrial e tecnológica comum).

Em França, ainda muito marcada pelos conceitos gaullistas de defesa nacional, o «conceito comum» provocou muita reacção. O PS francês criticou-o, considerando-o um passo sério no sentido da «NATOnização» da política de defesa francesa e uma capitulação face à Alemanha. O PCF criticou-o duramente, considerando que ele representava o abandono da soberania francesa, já que se tratava «de integrar a defesa nacional francesa na NATO, sob direcção americano-germânica». Mesmo muitos Deputados do RPR não pouparam críticas a Chirac, acusando-o de ter optado por uma estreita e perigosa integração com a Alemanha.

Do lado alemão, o tom é mais sereno. Entrevistado pela cadeia de televisão ARD, o Ministro alemão da Defesa, Volker Ruhe, declara secamente: «Já não há defesa nacional há muito tempo.» E acrescenta: «Há uma comunidade de destino da Alemanha e da França, e é por isso que construímos, juntamente com a França, no interior da NATO, uma identidade de defesa europeia.»

E em Portugal? Que espera Portugal deste acordo, em que França e Alemanha definem em seu proveito e sob seu comando as regras e as estruturas da política europeia de defesa comum? Que papel esperam os defensores de uma maior integração política da União Europeia que Portugal e as Forças Armadas Portuguesas tenham num quadro de defesa definido assim?

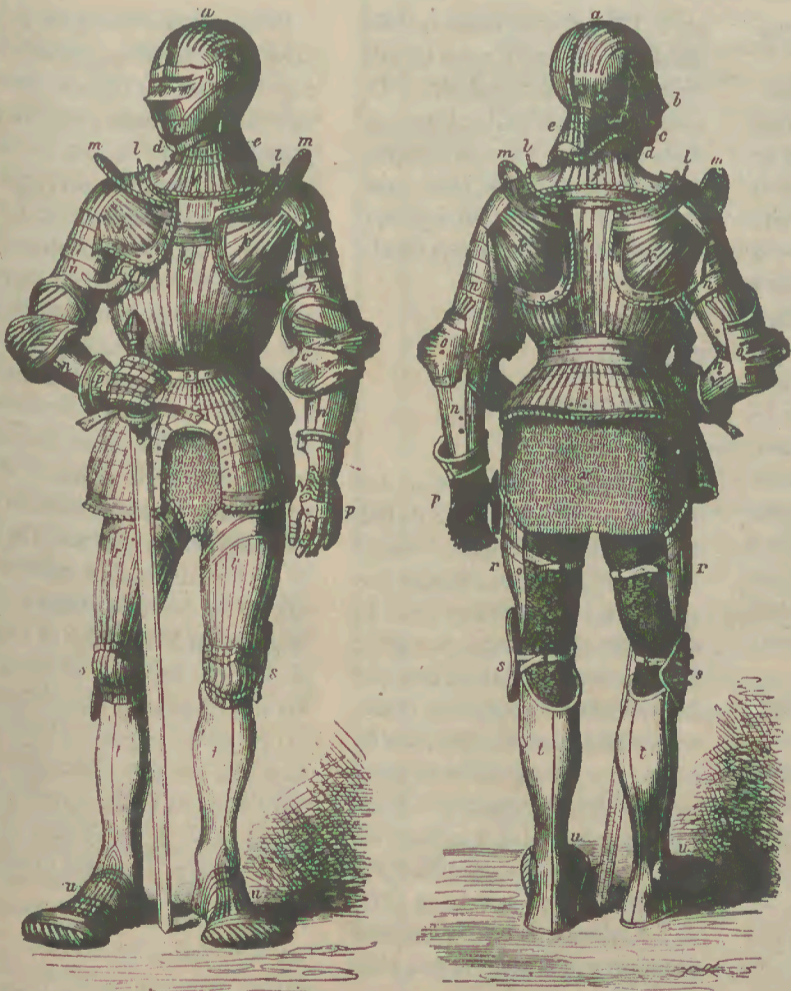
O «conceito comum», pela forma como foi desenhado e pelo seu conteúdo, representa a prova do papel subordinado que as potências europeias reservam para países como Portugal. Aqueles que falam despreocupadamente da questão da soberania, imaginando Portugal parceiro em pé de igualdade com a Alemanha e a França, têm neste «conceito comum» matéria para reflectirem. Os que falam da extinção do SMO com levandade e acham «moderníssimo» a integração crescente das Forças Armadas Portuguesas em forças multinacionais da NATO e da UEO têm neste «conceito comum» escrito preto no branco o que é que isso significa.

Não ficam dúvidas: um caminho de abandono da perspectiva nacional da defesa militar significa a prazo pôr as Forças Armadas Portuguesas a realizarem a defesa do centro geográfico da Europa e a inserirem-se nos objectivos estratégicos franco-alemães, em ligação estreita com os Estados Unidos.

Essa é uma responsabilidade histórica, que hoje recai no plano institucional especialmente sobre o Governo PS. Neste final de milénio, o povo português tem muita coisa de fundamental em perigo. Há um céu carregado sobre a soberania e independência de Portugal. Só não vê quem não quiser.



João Amaral



■ Eugénio Rosa

A Segurança Social em Portugal – Que futuro? (I)

A Segurança Social tem estado sujeita em Portugal, nos últimos anos, a múltiplos e variados ataques, o que tem criado dúvidas, instabilidades e inseguranças entre muitos portugueses. Os ataques à Segurança Social em Portugal têm sido feitos fundamentalmente pela via do financiamento, ou seja, através de previsões catastróficas sobre o seu futuro. Este tipo de análises limita-se, as mais das vezes, a manipular previsões de receitas e despesas, extrapolando de uma forma mecânica, e sem qualquer base científica, para o futuro uma evolução do passado, para depois concluir que a ruptura ou a catástrofe é inevitável a curto ou a médio prazo.

E o desnorreamento neste campo atingiu tal ponto, que o próprio presidente da comissão oficial do Livro Branco da Segurança Social as apresentou como solução para «crise financeira» o «plafonamento» dos salários que servem de base de cálculo dos chamados «descontos» para segurança social, para poucas semanas depois afirmar que tal medida não teria interesse a não ser que fossem fixados «plafonds» correspondentes a dois ou três salários mínimos. E há poucos dias veio a defender, no mesmo semanário, «a redução das contribuições para a segurança social» («Expresso», de 1.2.97), como as que são pagas fossem já mais que suficientes. No entanto, o objectivo último de todas estas soluções «milagrosas» é sempre o mesmo: a destruição da segurança social com o conteúdo que ela tem actualmente, e a criação de um mercado mais alargado para as companhias de seguro e para as sociedades gestoras de fundos de pensões.

Neste e em outros artigos que nos propomos elaborar seguiremos um caminho diferente. Partiremos do estudo concreto da situação da segurança social em Portugal, com o objectivo de identificar os problemas que enfrenta, pois assim será possível, por um lado, encontrar as soluções adequadas a fim de garantir um direito fundamental aos portugueses.

Falta de transparência

Um facto que dificulta qualquer estudo sério da segurança social no nosso país é a falta de transparência dos orçamentos e das contas da segurança social, e o grande atraso verificado na publicação de informação estatística complementar (o último anuário estatístico que se encontra publicado é o referente a 1994).

Na segurança social não existe apenas um, mas sim vários regimes ou subsistemas (regime geral, sub-regime dos independentes, regime da pensão social, RESSA, etc.). No entanto, a partir dos orçamentos e contas que o governo apresenta, é impossível ficar a saber quais são as receitas e as despesas de cada um

destes regimes; em que regimes ou subsistemas as receitas não cobrem as suas despesas; qual é a dimensão do défice de cada um deles, quem subsidia quem, e, fundamentalmente, é impossível ficar a saber se o estabelecido na lei sobre o financiamento da segurança social pelo Orçamento do Estado está a ser cumprido ou não.

Mesmo após a entrada em funções do governo PS, esta falta de transparência não sofreu qualquer alteração. E isto apesar da segurança social movimentar mais de 1200 milhões de contos por ano. Parece até que o próprio governo está interessado em ocultar a verdade aos portugueses, porque, neste campo, tudo continuou na mesma.

O agravamento da injustiça

Para compreender muitos dos problemas que enfrenta actualmente a segurança social, e encontrar as soluções adequadas para eles, é preciso ter presente que na segurança social não existe apenas um regime ou subsistema, mas sim vários com características diferentes e formas de financiamento que deviam ser também diferentes.

Assim, temos os regimes contributivos, em que os beneficiários têm de fazer «descontos». É o caso, por exemplo, do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem. Outros, embora contributivos, as suas receitas são suficientes para pagar as suas despesas futuras. Estão neste caso, o chamado regime dos independentes, e os sub-regimes que os integram (gerentes e administradores, jogadores de futebol, clero, etc.), que abrange já mais de um milhão de portugueses, em que 80% desconta para a segurança social com base apenas num salário mínimo nacional (mesmo as despesas actuais do regime dos independentes não são conhecidas devido à falta



de transparência das contas da segurança).

Para além dos regimes contributivos, existem os regimes não contributivos, que são aqueles que pagam pensões, por exemplo, embora os beneficiários nunca tenham feito qualquer descontos, ou os descontos feitos foram mínimos. E têm direito a esses benefícios, devido à sua situação económica, ou seja, por terem carência de recursos. Estão nesse caso, os beneficiários da pensão social, os do regime especial dos agrícolas, e mesmo muitos que beneficiam da pensão mínima do regime geral. A juntar a isto, ainda existe a acção social, que é a assistência aos mais necessitados, a formação profissional, o pagamento de subsídios a desempregados, etc.

É evidente que o pagamento de pensões a todos que não têm o mínimo para viver, assim como a assistência social, devia ser uma obrigação nacional, financiada através de impostos, como acontece com o rendimento mínimo garantido, e não devia ser suportado apenas pelos descontos dos trabalhadores, por conta de outrem e respectivas empresas, como aconteceu intensamente no passado e continua ainda a suceder.

De acordo com estimativas realizadas, entre 1985 e 1996, as despesas com a pensão social, com o regime especial dos agrícolas, e com a acção social, somaram 2604,3 milhões de contos, e as transferências do orçamento do Estado para cobrir estas despesas atingiram apenas 1295,1 milhões de contos, o que acarretou um défice de 1309,2 milhões de contos, a preços correntes. A pre-

ços de 1997, deverá rondar os 2000 milhões de contos. E quem teve de suportar este descomunal défice? Os descontos dos trabalhadores por conta de outrem e as contribuições das empresas do regime geral, o que não deixa de ser uma grave injustiça, a juntar à conhecida injustiça fiscal.

Governo PS não cumpre

E mesmo em 1997, apesar das declarações do governo PS de que isso terminaria, tal situação continua a verificar-se. Na única rubrica que aparece individualmente a nível do orçamento da segurança social de 1997 – a acção social – e que, por isso, é possível o controlo, as despesas previstas atingem 112 milhões de contos, e as transferências do orçamento do Estado para cobrir aquelas despesas são só 106,4 milhões de contos. Isto significa um défice previsto já na acção social, em 1997, de 5,6 milhões de contos que terá de ser pago mais uma vez pelo regime geral.

Apesar do governo PS, pela voz do ministro da Solidariedade Social, já ter reconhecido a elevadíssima dívida acumulada do Estado à segurança social, o certo é que ainda nada fez para a pagar. Muito pelo contrário, como mostra o orçamento de 1997, ela continua a aumentar.

Mas não é só a nível dos regimes não contributivos que a segurança social, e nomeadamente o regime geral, continua a ser desnatada, e o Estado a fugir às suas responsabilidades.

Mesmo a nível do regime geral, existe uma situação cujos custos são extremamente elevados e que têm sido sistematicamente ocultados aos portugueses, pois não tem constado nem do orçamento nem das contas da segurança social apresentadas pelo governo. E essa situação refere-se às despesas com a chamada pensão mínima do regime geral. Muitos dos que a recebem não teriam direito a ela se a pensão tivesse sido calculada com base nos anos de descontos, como acontece com os restantes beneficiários deste regime. A diferença entre a pensão mínima e a chamada pensão estatutária (a que se obtém utilizando o método de cálculo das pensões) custou à segurança social 259 milhões de contos só em 1995. Apesar de ser uma pensão verdadeiramente não contributiva, este défice teve de ser suportado mais uma vez pelos descontos dos trabalhadores e das empresas do regime geral! E esta situação verifica-se também em todos os outros casos.

Desemprego faz perder milhões de contos

O desemprego faz perder à segurança social milhões de contos todos os anos. Como resultado da política monetarista de Maastricht, a destruição do aparelho produtivo nacional continua a fazer-se, e o Estado diminui o investimento para reduzir o défice orçamental. Como consequência, o desemprego sobe em flecha, atingindo cerca de meio milhão de portugueses.

EM FOCO

Interrupção Voluntária da Gravidez

■ Odete Santos

— um debate sério e urgente

«A liberdade da mulher está em causa de uma forma única para a condição humana, e assim única para o direito. A mãe que leva uma gravidez a termo está submetida às ansiedades, às pressões físicas, às dores que só ela é chamada a sofrer. A ideia que o Estado faz e que dominou o curso da história do papel da mulher, deve ceder numa larga medida à concepção que a mulher constrói dos seus imperativos espirituais e do seu lugar na sociedade.»

Blackmun

As palavras da nota de abertura pertencem a uma histórica declaração de voto de um dos Juizes do Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos da América que em 1992, contra todas as pressões do poder político, contra todos os movimentos de raiz obscurantista que nos EUA recorrem à mais sórdida violência, tiveram a coragem de garantir às mulheres americanas a reserva da sua liberdade da consciência nessa sua decisão tão difícil perante a impossibilidade de levar a termo uma gravidez.

Na véspera do debate na Assembleia da República do Projecto de Lei do PCP sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, juntam-se aqueles que, proclamando-se defensores da vida, mais não querem do que manter a mais sórdida opressão sobre as mulheres portuguesas, que é o aborto clandestino. Insensíveis às mortes de mulheres (Portugal é o único país da União Europeia que apresenta mortes em consequência da clandestinidade do aborto segundo revelou a Direcção Geral de Saúde) insensíveis ao seu sofrimento, a todas as outras graves consequências do flagelo do aborto clandestino, autodenominados movimentos defensores da vida desencadearam uma campanha demagógica, destituída de qualquer ética, sem qualquer fundamento nos conhecimentos científicos da medicina.

Nunca os encontramos nas lutas pela paz, contra a opressão de povos explorados.

Nunca os encontramos ao nosso lado na luta contra a discriminação das mulheres, na denúncia sobre a violência que sobre elas se abate nos locais de trabalho.

Nas audições a que a Assembleia da República procedeu, poucas palavras lhe ouvimos (às vezes nenhuma mesmo) sobre as insuportáveis condições em que se exerce o direito à maternidade no nosso país.

Não ouvimos o grito lancinante de uma mulher (transmitido à Assembleia pela Dr.^a Purificação Tavares de um Centro Geneticista) que, confrontada com uma grave deficiência do feto que alimentara durante quase seis meses, e não tendo outra opção senão a de abortar, disse à sua médica de abalada para o Parlamento: «Diga-lhes (aos deputados) que ele já tinha um nome.»

A intolerância, nascida de convicções religiosas, desencadeou-se numa espécie de cruzada contra a liberdade de consciência das mulheres portuguesas.

Nós somos pela vida. Nós somos pela tolerância. Nós respeitamos as convicções religiosas, que não podem, no entanto, impor as suas regras para além da sua própria comunidade.

Nós estaremos lá, no dia 20, para lembrar aos deputados que não há coincidência entre a lei moral e a lei humana, como o afirmaram os Doutores da Igreja Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Para lembrar que o Direito Penal de um Estado de Direito Democrático é um direito da tolerância, de regras mínimas de intervenção, e que não pode, em nome de pretensas maiorias morais, ameaçar-se a liberdade de consciência dos outros com penas de prisão!

O que a lei consagra a respeito da interrupção voluntária da gravidez, apesar dos avanços conseguidos em 1984 por iniciativa do PCP, contém ainda resquícios do direito penal próprio de Estados autoritários.

Um Estado, que não querendo garantir aos pais e às mães os direitos sociais necessários para a concretização do direito à maternidade e paternidade, usa das medidas penais em substituição das medidas sociais.

Que situação se depara às mulheres portuguesas?

O depoimento da CGTP na audição parlamentar (lamentável que a UGT se tivesse recusado a comparecer) foi importante para recordar aos Deputados que a mulher trabalhadora para conseguir o acesso ao emprego tem de garantir que não tem filhos, que não está grávida, que não pensa estar grávida. Para recordar aos deputados que a mulher vê o seu contrato a prazo caducar quando engravidada, que não pode frequentar a consulta de planeamento familiar, a consulta pré-natal, a consulta materno infantil, porque todas as horas gastas lhe são descontadas no vencimento. Ouvimos a CGTP recordar aos Deputados que a recente lei da Flexibilidade, ao permitir horários, nalgumas semanas, de 48 a 50 horas, coloca as maiores dificuldades às mulheres grávidas, aos pais e mães com filhos (o que, aliás, foi salientado na mensagem do Senhor Presidente da República, à Assembleia, no dia da promulgação da lei).

Ouvimos a CGTP falar da feminização da pobreza. Da gritante falta de condições para o exercício de uma maternidade e de uma paternidade felizes e conscientes.

No dia 20, na altura da votação, os deputados não podem ignorar tudo isto e muito do que se disse nas audições.

Não podem ignorar o depoimento sentido do Dr.^a Purificação Araújo falando do estado desesperado das mulheres que chegam ao seu serviço com graves complicações decorrentes do aborto clandestino.

O depoimento profundamente humano do Professor Pereira Leite, da Faculdade de Medicina do Porto, de um profundo respeito pelo embrião e pelo feto, mas também de profunda compreensão da difícil decisão de uma mulher que decide pôr termo a uma gravidez.

Os deputados têm na mão todos os dados para decidir um problema grave das mulheres portuguesas, nomeadamente das mulheres das classes mais desfavorecidas. Aquelas que não podem recorrer a uma clínica, que não podem ir ao estrangeiro, que têm de recorrer à vizinha, a bárbaros instrumentos como as agulhas de crochet por não terem 100 000\$00 para ir à parteira!

E se este é um problema do foro íntimo das mulheres (a decisão de fazer ou não poder fazer um aborto) já não é nem pode ser um problema de consciência dos deputados. Estes não estão no Parlamento para impor ao país os seus próprios códigos morais.

Foram eleitos para resolver os problemas do Povo.

São por isso ilegítimas todas as formas de pressão, nascidas dentro de partidos políticos, fazendo apelos à liberdade de consciência dos deputados. É ilegítimo que um qualquer membro do Governo, nomeadamente o Primeiro-Ministro, dispa a sua veste de governante para, publicamente, interferir numa decisão política da Assembleia da República.

Mais uma vez foi o PCP que trouxe para a ribalta os problemas das mulheres portuguesas. Com compreensão e com a humanidade própria do PCP em relação a toda e qualquer forma de opressão. Porque é disso que se trata.

Quando uma lei, como a penal, não produz quaisquer efeitos com a ameaça de penas de prisão, porque os abortos clandestinos continuaram a fazer-se, e aos milhares, quando essa lei produz ainda maiores males do que aqueles que diz querer evitar, então é porque nessa lei, a da IVG, se quer perpetuar a opressão da mulher.

Li na comunicação social que a campanha da intolerância conseguira um empréstimo, para o financiamento da mesma, do BCP. Por acaso, o Banco denunciado pela sua política de discriminação relativamente às mulheres. Será isto coincidência?



A segurança social é atingida de duas formas. Através da perda de receita, porque os trabalhadores desempregados (eles e as respectivas empresas) deixam de «descontar» para a segurança social. De acordo com uma estimativa que fizemos apenas para o período compreendido entre 1991 e 1997, e considerando o número oficial de desempregados, que é bastante inferior ao referido (por exemplo, 324 000 em 1996), concluímos que, nos sete anos referidos, a segurança social perdeu cerca de 857 milhões de contos de receitas, a preços correntes.

Por outro lado, e como consequência do aumento vertiginoso do desemprego, as despesas com o pagamento de subsídios de desemprego cresceram muito. Entre 1986 e 1996, passaram de 17,8 milhões de contos para 139 milhões de contos. Mas as receitas para cobrir estas despesas não cresceram tanto. Se incluirmos também a formação profissional, o défice acumulado nestes 10 anos atingiu cerca de 448 milhões de contos, a preços correntes, que tiveram de ser suportados também pelos descontos dos trabalhadores e das empresas do regime geral.

Em outros artigos analisaremos outros aspectos importantes da segurança social. No entanto, a análise feita e os dados apresentados já mostram, por um lado, a existência de situações graves e injustas a nível da segurança social que necessitam de ser resolvidas rapidamente, e, por outro lado, que, apesar de políticas profundamente incorrectas seguidas pelos diferentes governos, a segurança social portuguesa tem revelado uma grande capacidade de resistência a nível financeiro.

■ Adelaide
Pereira Alves

Violência contra as mulheres

É necessário quebrar tabus!

É hoje reconhecido que a violência resulta de situações de desigualdade e de opressão. Há que assumir que comportamentos que geram a violência de um ser humano sobre outro, constituem inequivocamente problemas que os governos e outros órgãos de poder têm de encarar como questão que lhes diz respeito.

A violência não é uma questão privada – é uma questão pública – e tem que ser encarada como um atentado às liberdades fundamentais da pessoa humana, uma violação dos direitos humanos.

Não é possível deixar de apontar como grandes responsáveis pela violência sobre as mulheres – a sociedade, na medida em que fomenta e reproduz valores ideológicos que sustentam a discriminação das mulheres; o Estado em especial, os órgãos de poder e entre estes o Governo pelo não cumprimento das disposições constitucionais e legais que lhes impõem o dever de agir por forma a

O Código Penal Português prevê e pune os crimes de violência contra a família, nomeadamente os maus tratos físicos; a falta de assistência material; o abandono moral do cônjuge e filhos e o abandono da mulher grávida não casada.

No Direito da Família consideram-se os maus tratos físicos e morais como fundamento para pedir o divórcio.

A realidade, no entanto, é bem distinta.

Numa primeira visão global dos resultados do Inquérito Nacional sobre «Violência Contra as Mulheres» elaborado por Nélson Lourenço e

agravam-se situações de discriminação e como face mais grave dessa discriminação, a violência que é exercida sobre as mulheres, violência física, psicológica, no trabalho, na família, na comunicação social, na linguagem, na rua.

A violência sobre as mulheres não está desligada da situação social e política que se vive em Portugal. Situação onde o desemprego afecta particularmente as mulheres (dós 500 mil desempregados 52% são mulheres); onde as situações de violência são todos os dias propagandeadas pela televisão e no cinema, tratando a imagem da mulher como uma mercadoria; onde os mecanismos de fiscalização do cumprimento das leis são insuficientes, onde a precariedade atinge grande parte ds trabalhadoras portuguesas; onde as mulheres são alta percentagem das

quase única na União Europeia, em matéria de penalização do aborto.

Foi o Grupo Parlamentar do PCP que já em 1982 tinha apresentado o primeiro projecto, que em 1995 mais uma vez iniciou este processo de discussão no Parlamento com um Projecto que consagra a despenalização do aborto, quando praticado nas primeiras 12 semanas, a pedido da mulher.

Por outro lado, a família ainda hoje é, independentemente da sua composição, dos papéis dos diferentes membros, o espaço de situações embaraçosas, conflituosas e muitas vezes humilhantes da dignidade da mulher.

Temos a violência activa – espancamentos, abusos sexuais, insultos, ameaças. Mas temos também a violência passiva, ou seja aquele homem que não espanca, não bate, não insulta

A prostituição

A prostituição é uma violência feita a todo o ser humano, mulheres e homens, quer estejam ou não na prostituição.

Portugal foi um dos 105 Estados a ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, em 1980 e em cujo artigo 6º se estipula: «Os Estados deverão adoptar todas as medidas necessárias, incluindo legislação, com vista a eliminar todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição das mulheres.»

Entretanto, em Portugal, aumenta a prostituição nas ruas e estradas, o que é considerado pela sociedade como um escândalo público e tem feito surgir mesmo opiniões, veiculadas por alguns órgãos de comunicação social de que a prostituição deve ser regulamentada para salvaguarda da higiene, da saúde e da «decência» nos lugares públicos. A legalização da prostituição seria uma opção contra os direitos humanos pois admitiria que esta forma de escravatura fosse considerada como uma profissão.

A abolição da prostituição enquanto flagelo social, não é uma utopia desde que se eliminem as desigualdades económicas e sociais no interior de cada país e entre os vários países e, desde que as mulheres tenham acesso ao emprego convenientemente remunerado, a par de uma acção educativa e social.

Como forma de combate à prostituição os Estados devem agir eficazmente prevenindo a prostituição através e uma informação e educação apropriadas, combatendo a pornografia e o proxenetismo, eliminando as discriminações contra as prostitutas, promovendo a sua reinserção social.

O carácter universal da prostituição e a existência de redes internacionais de tráfico de mulheres e crianças, levam a reconhecer a necessidade imperiosa de cooperação específica entre os Estados, para a organização de acções comuns.

Assédio sexual

O assédio sexual é também uma das formas de coarctar a liberdade individual da mulher.

Quando na rua é obrigada a ouvir determinados ditos que põem em causa a sua intimidade e sentimentos mais profundos, a mulher sente-se lesada, sendo muitas vezes e em certas situações invadidas pelo medo, que condiciona as suas acções futuras, nomeadamente a liberdade de percorrer sem receio determinados espaços, a determinadas horas. Em particular se se encontrar sozinha. Estes medos podem, pois, ser factores impeditivos de livre acesso ao local de trabalho, à escola, a casa ou a qualquer outro espaço a que tenha necessidade de se dirigir. Por isto mesmo, e parecendo ser livre no caminho que escolhe e tem necessidade de percorrer, a mulher de facto não o é, estando assim em causa a sua liberdade individual.



resolver as graves questões económicas, sociais e culturais, por forma a promover a igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens; por forma a criar as condições que permitam a reinserção social das mulheres vítimas de violência.

A Constituição da República Portuguesa garante a igualdade de direitos e de deveres de homens e mulheres; igualdade no casamento; direito à integridade física e moral; direito à protecção jurídica e o acesso aos tribunais para defesa dos direitos; direito ao trabalho e à igualdade de oportunidades; direito a salário igual para trabalho igual.

Manuel Lisboa, do Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, em 1995, verifica-se que a maioria das mulheres (52,5%) ou seja 1 788 885 mulheres em números absolutos foi alvo de pelo menos um acto de violência ou de discriminação. Entre estas, salienta-se que um elevado número de mulheres já foi alvo de vários actos: 36,3% /1244300 mulheres).

Violência no quotidiano

Apesar ds leis que garantem a igualdade de direitos, subsistem e

peçoas que vivem em situações de pobreza e exclusão social, onde o baixo nível de salários praticados, afectam particularmente as mulheres pois estas estão concentradas em sectores de mais baixos salários e com níveis de qualificação também mais baixos e são ainda vítimas de discriminações salariais ganhando para trabalho de valor igual cerca de 30% menos que os homens; onde as mulheres, fruto duma lei inadequada sobre interrupção voluntária da gravidez, têm que recorrer aos aborto clandestino (cerca de 16 mil por ano).

Portugal constitui uma situação

ta, mas não fala com a mulher, não dialoga tratando-a como se ela não existisse.

Muitas destas mulheres não têm vida social, cívica e cultural duvidam das suas capacidades em enfrentar o mundo exterior que as assusta, porque desconhecem as leis e não sabem a quem recorrer. Estas mulheres sujeitam-se a ser maltratadas pelos maridos ou companheiros também por falta de autoconfiança, auto-estima, falta de valorização pessoal, sentimentos de inferioridade, complexos, maus tratos sofridos na infância e fundamentalmente, por não serem independentes economicamente.

EM FOCO



■ Miguel
Urbano
Rodrigues

Desacreditado o neoliberalismo mostra os dentes na Bolívia

O governo boliviano continua a receber elogios da Casa Branca e do Departamento de Estado. O *Wall Street Journal* identifica nele um zeloso executor do neoliberalismo. A estratégia da globalização necessita de modelos e, para o Terceiro Mundo, eles são o Brasil e a Argentina. Mas se os grandes países que aceitam a sacralização do mercado e o pensamento único a ela subjacente são indispensáveis ao capitalismo selvagem para o desenvolvimento da sua ambiciosa política na América Latina, os pequenos cumprem também um papel importante na ofensiva ideológica, económica e financeira em curso.

A Bolívia é um desses países. Sobre o que ali se está a passar, os *media* norte-americanos mentem despididamente ao apresentarem o governo de Gonzalo Sanchez de Lozada como iniciador de uma era de restauração económica e progresso social.

Ocorre precisamente o contrário. O país afunda-se numa crise que se agrava a cada mês.

O défice da balança comercial – consequência da aplicação do modelo neoliberal – cresceu perigosamente. De 1991 a 1995 – não dispomos ainda das últimas estatísticas – o buraco aumentou, custando ao país, no quadriénio, a quantia de 1248 milhões de dólares. Esse défice, enorme para um Estado de economia débil, expressa o resultado de uma estratégia de submissão: a Bolívia importa cada vez mais e mais caros bens e vende ao exterior cada vez menos mercadorias suas, sobretudo minérios, gás natural e produtos agrícolas.

A sobrevalorização artificial da moeda nacional favorece o agravamento desse défice comercial. Ocorre uma situação similar à que se verifica com o real brasileiro e o austral argentino. O dólar barato (por decisão do governo) estimula as importações e prejudica as exportações. Mas ninguém se ilude. O valor do boliviano é ficcional. Fora do país, tal como o real brasileiro, não é cotado em qualquer praça; não o aceitam nem no câmbio negro.

A redução das taxas aduaneiras também favorece a invasão dos produtos estrangeiros, inviabilizando a pobre indústria manufacturera nacional.

Para tapar o buraco do défice, o governo de Gonzalo Sanchez de Lozada recorre a receitas tradicionais do neoliberalismo. Uma delas – os clássicos empréstimos externos obtidos a altos juros. Resultado: a dívida externa da Bolívia, que era de 3768 milhões de dólares em 1990, já havia atingido 4230 milhões em Dezembro de 1994. Segundo o Banco Mundial, o total seria, aliás, mais elevado do que o anunciado pelas estatísticas oficiais.

O serviço dessa dívida é, para um país como a Bolívia, escorchante. Nos quatro anos citados, os pagamentos excederam 800 milhões de dólares. A dívida, entretanto, não diminuiu. No mesmo período aumentou 462 milhões de dólares. A prática demonstrou que os empréstimos externos são manifestamente insuficientes para cobrir o défice da balança de pagamentos e a perda de divisas saídas do país sob a forma de remessa de lucros de empresas estrangeiras.

A venda em leilão do património nacional é uma das «soluções» encontradas pelo governo para dar resposta aos apertos do Tesouro. O presidente Sanchez de Lozada, no âmbito de uma campanha demagógica de baixo nível, chama a essa política «o programa de capitalização». Na prática está a destruir o que restava do sector empresarial do Estado.

Tenta, afinal, imitar a saída mexicana. Mas os bolivianos têm memória. Não esqueceram que Salinas de Gortari vendeu por 22 mil milhões de dóla-

res 1155 empresas cujo valor real estava estimado em 65 mil milhões. A dramática crise de Dezembro de 94 (da qual o país não se recuperou) foi o desfecho dessa política de aplicação do neoliberalismo ortodoxo. Se os EUA e a Europa não tivessem acudido rapidamente, injectando 50 mil milhões de dólares na economia mexicana, a inevitável bancarrota teria desencadeado um terramoto financeiro que atingiria todo o mundo capitalista.

As recentes lutas camponesas e as grandes greves do final de 96 confirmaram que na Bolívia a demagogia privatizadora não funciona mais. Os trabalhadores responderam às últimas medidas legislativas do «Programa de Capitalização» intensificando o combate à política neoliberal de Sanchez de Lozada, nomeadamente aos esforços do Presidente e das forças que o apoiam para destruírem o que sobrava da Previdência Social e para privatizarem as terras distribuídas aos camponeses do Altiplano após a Revolução de 1952.

Por ironia da História, Sanchez Lozada foi eleito presidente pelo chamado Movimento Nacional Revolucionário, o partido que há quarenta anos levou adiante a Reforma Agrária e que, posteriormente, traíndo os compromissos com o povo, se transformou numa organização política ao serviço do imperialismo norte-americano e da estratégia do neoliberalismo.

A campanha de desinformação, promovida dentro e fora da Bolívia, e que visa a apresentar Sanchez de Lozada como um humanista e um reformador com facetas revolucionárias, confirma o amoralismo da engrenagem neoliberal que controla o poder em La Paz.

As privatizações, os empréstimos externos, as altas taxas de juro, as facilidades ao capital «andorinha» (especulador) não mascaram a evidência: a concentração da riqueza na minoria aumenta na Bolívia paralelamente ao aprofundamento da pobreza entre a maioria. É significativo que, num país de 8 milhões de habitantes, cerca de 480 000 crianças – segundo as próprias estatísticas oficiais – apresentem deficiências resultantes da subnutrição.

Não menos significativo é o facto de apenas 7760 cidadãos (1,7% dos depositantes) serem titulares de 1231 milhões de dólares num total dos 1955 milhões relativos a depósitos em moedas estrangeiras.

Tem carradas de razão o economista René Rocabado Alcócer ao sublinhar que «o Programa» de Sanchez de Lozada está a agravar os problemas estruturais da sociedade boliviana. Para o povo, adverte, «haverá maior desemprego, preços mais elevados pelos serviços, impostos mais elevados e uma privatização sempre crescente da educação e da saúde. Os que serão beneficiados de maneira incrível serão os capitalizadores privados que misturaram os seus negócios com os estrangeiros que tomarão conta das principais empresas do país sob o rótulo da capitalização»⁽¹⁾.

O sangue da dezena de mineiros mortos pelas forças repressivas nas despedidas de 1996 reflecte a verdadeira imagem do actual regime boliviano e do seu enfatuado chefe, um empresário cujo pai enriqueceu explorando precisamente a força de trabalho dos mineiros.

Foi feliz René Rocabado ao lembrar um irónico desabafo de John Maynard Keynes, o aristocrático economista britânico que, após a I Guerra Mundial, reformou o velho capitalismo liberal, salvando-o do naufrágio numa época revolucionária: «O capitalismo – disse então – é uma peregrina crença de que os homens mais vis trabalham de alguma maneira para o bem de todos nós.»

⁽¹⁾ In «Bolívia en la antesala de la crisis», de René Rocabado Alcócer, Cochabamba, 1995. Rocabado é um destacado economista boliviano. Autor de uma vasta obra sobre temas de Economia e Política, foi professor na Universidade de Upsala, na Suécia.



Mas o assédio sexual no local de trabalho põe em causa o próprio direito ao emprego, particularmente quando o assédio parte de quem tem ascendência hierárquica sobre a vítima. Mesmo quando o assédio não é acompanhado de chantagem directa ele pode pôr em risco o posto de trabalho na medida em que abala profundamente as vítimas no plano emocional e as consequências que daí decorrem, em geral, são a perda de rendimento e de motivação para o trabalho.

O medo é factor importante para a não denúncia de situações de violência, quer na família, porquanto a mulher é muitas vezes dependente economicamente do marido, quer nas empresas por medo da repressão, da ameaça de não renovação de contratos que levam a calar muitas situações de violência no trabalho.

Estratégias necessárias

Porque a violência contra as mulheres não é uma fatalidade, é importante um maior empenhamento e acção das Organizações femininas não governamentais, das mulheres, de partidos, dos sindicatos, da sociedade em geral, no sentido de denunciar, proporcionar o debate, avançar com propostas e fundamentalmente exigir dos órgãos de poder e dos governos a implementação de mecanismos de fiscalização por forma a eliminar os seguintes focos de violência:

- a degradação económica, social e cultural;
- a falta de independência económica das mulheres, questão ligada ao seu direito ao emprego;
- a utilização do corpo da mulher como objecto que se compra e vende nos diversos meios de comunicação social;
- a própria violência que representa a transmissão pela televisão das imagens de violência, numa perspectiva sensacionalista da notícia.

No caso concreto de Portugal, há que exigir ainda a regulamentação urgente da Lei 61/91, de 13 de Agosto. Esta lei institui medidas de prevenção e apoio às mulheres vítimas de violência, prevendo campanhas de sensibilização da opinião pública, a edição de um guia destinado às mulheres vítimas de crimes, o apoio a Centros de Estudos e Investigação sobre a mulher, a criação de Casas de Apoio a mulheres maltratadas, assim como a criação de um Gabinete SOS para atendimento telefónico junto da Procuradoria Geral da República e de secções especiais para o atendimento de mulheres. Prevê ainda o afastamento do arguido da residência nos casos de crimes cometidos contra a mulher por pessoa que com ela coabite.

Às mulheres cabe um último apelo para que sejam mais exigentes, para que se organizem para a denúncia colectiva. Para que deixem de considerar a violência como uma fatalidade. Para que exijam que as organizações femininas sejam consideradas parceiro social. Para que na solidariedade colectiva ajudem a forjar a resistência à violência e exijam o respeito pelos direitos vistos numa perspectiva económica, política, social e cultural.

■ Manoel de Lencastre

Novo regresso a Birmingham

O LEITOR

Da nossa leitora Maria Manuela Soares Oliveira Moreira Dias, do Porto, recebemos uma interessante carta. Pela actualidade do tema que trata, decidimos publicá-la na íntegra.

A hipocrisia e o aborto

Tem sido com grande atenção que, como mulher, tenho acompanhado toda a polémica que se tem gerado com a provável alteração da Lei do Aborto. Uns defendem-na outros repudiam-na com toda a liberdade inerente à democracia em que vivemos.

Sou mulher, tenho 37 anos e já fiz um aborto. Porquê? Porque segundo a opinião de uns sou uma mulher sem sentimentos, uma «assassina», e na opinião de outros não me restaria outra alternativa.

O facto é que fiz um aborto conscientemente, não por dificuldades económicas, mas pelo medo que senti em poder vir a ter um filho deficiente. Ou seja, depois de uma depressão acompanhada de uma quantidade de medicamentos, o médico não me garantiu que o meu filho pudesse nascer normal. O que fazer perante um drama como este? Deixar vir ao mundo um filho que eventualmente poderia ter de carregar toda a vida com uma deficiência (não se sabe qual), deixar vir ao mundo um ser humano que seria posto de lado por toda a sociedade? Com que direito? Será que o meu filho (se tivesse direito de opção) queria vir ao mundo para carregar com toda a segregação que se continua a fazer aos deficientes de qualquer grau? Escusado será dizer que perante a minha resolução, a depressão aumentou e nunca mais esquecerei aquele aborto «ilegal» que me marcou para toda a vida.

E dirão alguns, o direito à vida é um direito inabalável, e tantos mais adjectivos que se podem arranjar para justificar as posições que defendemos. Mas será, por exemplo que viver para aquelas crianças que nascem e não têm direito a uma vida digna? Será viver para crianças que passam fome? Será viver para crianças que se vêem obrigadas a prostituir-se para sobreviver? Será viver para crianças que se vêem obrigadas a trabalhar logo que deixam a escola primária? Será viver para crianças que, no meio da miséria e de ambientes familiares terríveis, são violadas, espancadas até à morte? Será isto VIVER? Será isto ter direito à VIDA? Mas que VIDA é esta?

E as mulheres? Será que proibindo o aborto elas não o continuarão a fazer em condições terríveis? Será que esses senhores puritanos pensam que a maioria das mulheres quando decidem fazer um aborto não sofrem com isso? Mas também vejo muitas mulheres (com 4, 5 e mais filhos) a sofrer por não terem que dar de comer aos seus filhos, por não terem qualquer hipótese de lhes proporcionar uma vida digna de se viver. E como a miséria atrai ainda mais miséria crescem as hipóteses de mais tarde os ver dentro de uma prisão ou toxicodependentes.

No local onde moro existe uma rapariga com 3 filhos pequenos. Ela não trabalha, o marido não trabalha (é toxicodependente) e as crianças brincam na rua com todos os perigos inerentes. Um dia apanharam soda cáustica em cima da mesa e, tal era a fome, comeram-na. E dizem os inteligentes: «que inconsciência da mãe», será..., será..., mas talvez fosse melhor perguntar «que condições tem aquela mulher para ser mãe?», qual o destino daquelas três crianças e da que já se encontra para nascer?

Não querem liberalizar o ABORTO? Querem fazer abaixo-assinados contra os projectos de lei? Têm todo o direito, mas também têm a obrigação de em primeiro lugar lutarem por um planeamento familiar eficaz, têm obrigação de lutar contra o analfabetismo, têm obrigação de lutar contra o desemprego, têm obrigação de lutar contra a fome e a miséria que ainda imperam na sociedade portuguesa.

Deus defende o direito à vida na sua magnitude, não só para algumas situações. E como o direito à vida é um direito abrangente, teremos de começar por criar as condições necessárias para que as mulheres e os homens (pois esses também são parte interveniente no processo) tenham os filhos que querem, conscientemente, e depois proporcionar-lhes os meios para os alimentar e educar, e se eventualmente esses filhos, mesmo desejados, forem portadores de qualquer deficiência, os casais têm de ter o direito a um acompanhamento que diminua o sofrimento da criança e dos próprios pais.

As consciências daqueles que são contra o ABORTO que despertem para todos os males do mundo. Deixem-se de hipocrisias e de fanatismos.

«Suicide alert»

Para quem vem de Londres, de carro, a entrada de Birmingham torna-se demorada, difícil, às vezes tortuosa. O tráfego é intenso. A grande cidade ocupa uma vastíssima área. Como atingir o centro? A sinalização, evidentemente, facilita as coisas. Mas Birmingham, a velha Brumaggen, mostra-se logo aquilo que é. Zonas quase intermináveis de ruas iguaizinhas. Oficinas e pequenas fábricas e armazéns por toda a parte. Muitos edifícios industriais antigos deixados, ao que parece, em permanente abandono. Lojas de todos os tipos. A presença indiana é constante. Vê-se que o estilo urbano e industrial do passado começa a desaparecer – mas muito lentamente. Os tempos novos só brilham no centro da cidade.

Nos bairros periféricos, os autocarros surgem espaçadamente e com lentidão. Quem são os passageiros que transportam? Reformados, senhoras idosas usando o característico turbante, tão popular entre as inglesas mais velhas, antigos operários, desempregados, jovens de incerto destino, raparigas com ambição, famílias indianas.

Mas, enquanto o autocarro negocia o seu demorado caminho para a New Street, atravessa aprazíveis jardins e parques que, evidentemente, fazem falta numa cidade tão dispersa por tão dilatadas distâncias. A verdura desses espaços reduz a tensão que o atrito entre os interesses das pessoas provoca.

Negócios

Há outras maneiras menos trabalhosas e mais rápidas de alcançar o centro da imensa metrópole. Chega-se de avião ao Aeroporto Internacional. «Táxi», chama-se. Custa vinte libras (Esc. 3.500). E a grande cidade moderna aparece em cerca de um quarto de hora. Homens de negócios voam para reuniões nos hotéis, nos grandes edifícios de escritórios. Existem muitas actividades comerciais e industriais ainda, que dão dinheiro – as telecomunicações, toda a electrónica, certas partes do ramo da electricidade, a aviação, a especial, alguns mercados do turismo, múltiplas empresas da grande e da pequena televisão, computadores, e, inevitavelmente, as finanças, os bancos, os seguros. A realização e a administração destes negócios geram um enorme movimento. Birmingham acolhe e despacha milhares de pessoas, diariamente, que fazem a vida integradas na espessa rede da compra, da venda, da imaginação e exposição de novas ideias – novas aventuras. É gente que existe completamente devorada pela ganância do êxito e do dinheiro. Mas nós não pertencemos a esse mundo que, aliás, conhecemos todos os pormenores. Preferimos o nosso cambaleante autocarro. Da respectiva janela, observamos intermináveis filas de pequenos estabelecimentos comerciais pertencentes a indianos, paquistaneses, bangladechis. Expõem a mais surpreendente infinidade de mercadorias – o universo dos produtos alimentares, em primeiro lugar, mobiliário atirado sobre os passeios das ruas, rolos de carpetes, gaiolas para aves, casotas para cães. No ar, sente-se uma atmosfera oriental. Certas mulheres indianas, sinais pintados no rosto e na testa, atraem-nos, especialmente. Que espécie de histórica ligação existe, chama o homem português ao abraço misterioso e doce da mulher indiana?

Presença italiana

Na New Street é onde se encontram os melhores estabelecimentos. Nada comparável a Londres. Mas Birmingham é apenas a segunda cidade britânica. Ainda assim, as ruas do centro oferecem tudo o que o cidadão moderno e afluyente possa exigir – restaurantes, hotéis americanos, casas de chá, cervejarias, boas lojas de perfumarias, camisarias, vestuário de todas as mais famosas etiquetas. Nota-se que existe uma vida cultural na cidade. Teatro, ópera, um importante museu, galerias de arte. Alguém, em plena New Street, distribui folhetos anunciando um comício contra a vaga de desemprego provocada pela política da União Europeia. Há multidões nas ruas. O perfil arquitectónico da zona onde se encontra a estação dos comboios parece-nos desastroso. «Foi o que se conseguiu fazer», dizem-nos «depois dos bombardeamentos da Luftwaffe.»

Conhecemos um senhor italiano que possui um dos melhores restaurantes da cidade. Fomos almoçar lá. O homem trabalha como um escravo. Vêmo-lo atrás do comprido balcão que recebe o serviço da cozinha. No minuto seguinte, já está ao balcão das bebidas. Surge, depois, a uma das mesas para saudar alguns clientes conhecidos. Após o que aparece na sala principal que a esposa dirige. Este restaurante emprega imenso pessoal e tem uma clientela constante e fiel. Chega a polícia. Logo o nosso amigo italiano se apresenta a cumprimentá-los. Eles tiraram os bonés. São três ou quatro

e falam em surdina como é próprio de polícias. O italiano precisa da boa vontade das autoridades locais. Estas, por sua vez, sabem que têm ali, não diremos um informador, mas alguém em quem podem confiar. A polícia carece de aliados para a sua luta interminável, que jamais vencerá, contra as actividades económicas subterrâneas, contra os vícios que enlouquecem a juventude, contra os passadores de estupefacientes. Servem-se «pints» de cerveja. A verdade é que no fim de cada dia de trabalho (das onze da manhã, às duas da madrugada), o italiano, homem moderno, um «businessman», está totalmente arrasado. Vai tomar uma bebida. Não, no seu moderno restaurante onde as condições são das melhores, mas num hotel que fica próximo. E é aí que, estudando-o, compreendemos a sua melancolia.

A noite na cidade

Quando a tarde começa a morrer, não é noite, ainda. Birmingham, como todas as grandes cidades inglesas, entende que «enough is enough» (já chega). O regresso a casa é um tumulto. Numa hora, ou duas, o centro da importante metrópole industrial e comercial fica vazio. Surge uma atmosfera diferente. Tomam-se cervejas e «whiskies» nos bares dos hotéis. Depois, a debandada completa-se.

Passa a reinar o silêncio. Ao longe, carrinhas da polícia anunciam a sua presença em lânguidos assobios. Dirigem-se não sabemos a que trágicos destinos. As ambulâncias anunciam-se da maneira mais drástica e dramática. De repente, nasce a Birmingham nocturna. Abrem os «discos», os «night-clubs», os «bars» de todas as categorias. Começam reuniões secretas em salões inacessíveis. Tudo se processa como se às escondidas. O centro da cidade continua abandonado. Em ruas relativamente próximas, notamos raparigas que se oferecem. «Do you do business?» (Faz negócios?), perguntam. Algumas são seres repelentes. Outras, porém, são bonitas raparigas indianas ou inglesas. Numa ruela onde as pessoas transbordam dos «pubs», toda a gente está embriagada. «Gangs» de jovens surgem de travessas escuras. Palavras ameaçadoras e sujas, gritos de raparigas, rasgam a noite.

Onde está o povo de Birmingham? Se esta expressão pode usar-se, o povo de Birmingham está em casa a ver televisão, ou a reflectir, dolorosamente, nos seus problemas. Pretende esquecer a realidade. Uma considerável proporção da população não tem empre-



EM FOCO



grandes cidades do capitalismo, está cheia de filhos. Tinham, portanto, experiência de abusos sexuais, tanto no interior da família como fora dela. Viviam na terrível fronteira social onde a violência surge a qualquer momento. Trisha sabia confortar estas raparigas. Era um «romântico». Não oferecia qualquer perigo. Roubava para comprar-lhes prendas insignificantes mas que as cativavam. Elas, procuram-«no». E «ele» dizia chamar-se Alex, Alex Greenwood. Mas a sua ambiguidade sexual criava-lhe problemas inevitáveis. Tinha de fugir, constantemente. Do centro de Birmingham, mudou-se para a periferia; depois, para Walsall, para Wolverhampton, para Coventry. Até que encontrou um grupo de raparigas que, como ela, se diziam rapazes, e de homens rudes que faziam de senhorinhas de estranha estirpe.

Nesse grupo, a instabilidade psíquica e a tendência para o suicídio eram características dominantes. Todas e todos provinham de um passado familiar tumultuoso. Trisha achou-se enterrada numa comunidade revoltante onde a promiscuidade era total. O uso de substâncias tóxicas, o fascínio por objectos cortantes usados em mutilações, a prática regular de crimes que ultrapassavam os pequenos delitos a que estava acostumada, consti-



tuíam uma espécie de normalidade. Mas dois dos componentes do grupo decidiram que haviam de tornar-se pessoas célebres — em Inglaterra, na Europa, em todo o mundo. Para tal, resolveram expor a realidade da companheira Trisha, ou a do companheiro Alex que andava a enganar toda a gente. Era uma rapariga e não um homem. O seu nome era Trisha e não Alex. Assassinaram-na e mostraram-na.

O juiz compreendeu

No sumário das sessões do Tribunal que condenou os dois criminosos, o juiz disse que havia em toda a trajectória da infeliz Trisha um indisputável elemento de classe. Ela provinha, afinal, de um sector social que tinha sido assassinado pelos mentores do globalismo, do grande capitalismo de mercado que assaltou a Terra. No meio em que nascera e crescera não havia «nada para ninguém». Já não era uma questão de muito ou pouco desemprego. As pessoas entravam no mundo da desorientação. Sem recursos de ordem alguma, começavam a examinar-se à luz de factores artificiais. A normalidade fugia-lhes. Certos jornais contribuíram para «esclarecer» a razão das coisas. A vida reduzira-se a problemas de sexo, violência, crimes diversos, racismo, comportamentos indecentes, desvios de natureza íntima, alterações psicológicas. Os assassinos abateram Trisha com dois tiros na cabeça. E uma rapariga que já não sabia se amara Trisha ou Alex, ou ambos, disse:

«Para mim, era a melhor pessoa que existia no mundo. Se um "gajo" qualquer me olhava, "ele" beijava-me, prontamente, significando com isso que sentia ciúmes. Não queria que alguém mais olhasse para mim.»

No regresso a Londres, perguntámo-nos: «Para onde caminha este mundo de modernidade?» Um programa de análises económicas da BBC dizia que o capitalismo de mercado não tem rival, ideologicamente. Mas a Inglaterra, a Grã-Bretanha, não se perderam ainda, completamente. Recordámos o espírito deste povo quando surgiu o momento supremo da 2ª Guerra Mundial. A maneira como reagiu na defesa da sua Pátria. A sua exigência, no fim, de que não se fizessem mais guerras e de que a economia e a política do país se encaminhassem para o socialismo. E recordámos, também, os belos versos que a voz insigne da célebre Vera Lynn cantava para as tropas britânicas, particularmente durante a guerra no deserto contra Rommel:

We'll meet again, / Don't know where, don't know when, / But I know we'll meet again some sunny day / (Havemos de encontrar-nos / Não sei onde, não sei quando / Mas sei que havemos de encontrar-nos num desses dias de sol).

cil» (Câmara Municipal). O desemprego é permanente e os Serviços Sociais expedem um cheque, semanalmente, pelo correio, no valor de 45 libras (12 contos). Na cidade que Trisha conheceu, só se fala em casos de abuso sexual doméstico, nos de pais que abandonaram a mulher e os filhos, nos de esposas que fizeram o mesmo, em miúdas grávidas aos 12 anos de idade, crianças abandonadas e atiradas para «lares» suspeitos, crimes sem grande importância que a polícia e os tribunais fingem ignorar — e fala-se, também, com a mais natural frequência, na penitenciária de Birmingham. A derrocada das velhas estruturas familiares, agora frágeis, está perfeitamente documentada na alma como nas ruas de Birmingham.

Trisha descobrira, enfim, que as suas limitações lhe continham as ambições.

Não possuía qualidades especiais. Não conseguira uma educação a partir da qual lhe fosse possível realizar capital. Começou a ter dúvidas quanto à sua própria identidade sexual. E, vítima de uma crise nervosa e psicológica, foi levada para um Hospital onde a encerraram num quarto catalogado como «Suicide alert». Terapistas diagnosticaram que havia ali uma certa desordem de personalidade. Disseram que a rapariga era uma transexual. Pouco tempo depois, um tribunal de magistrados condenava-a a uma pequena pena por falsificação de documentos e remeteu-a para um curso de orientação psicológica. Mas Trisha, agora, queria, verdadeiramente, ser um rapaz. E porque era bonitinha e cortara o cabelo, conseguia oferecer-se como um jovem no estilo a que as de Lisboa chamam um «pão» ou um «borracho». Não lhe faltavam jovens namoradas. Inglesas. Indianas. Eis o que algumas disseram dela quando o seu assassinato foi revelado:

«Para mim, era o único.» «Eu beijava o chão que ele pisava.» «Deu-me um ursinho.» «Era um perfeito "gentleman".» «Sabia, como nenhum outro, aquilo que uma rapariga espera e deseja.» «Despedaçou-me o coração.» «Nunca vi um vigarista como ele.» «Fez-me perder a confiança nos homens.»

Muitas das raparigas que Trisha, fazendo-se rapaz, de alguma forma seduzira, já tinham filhos. Toda a juventude, aliás, nas

go. As velhas indústrias morreram. As novas não dão trabalho a ninguém. E enquanto a juventude se perde porque não se encontra e mergulha em 11 «pubs», dois «superpubs» e dúzias de «discos» na zona da New Street, é-nos impossível evitar pensar no caso do assassínio da infeliz Trisha. Na atmosfera viscosa da noite da grande cidade, as pessoas recorrem a soluções extremas. Estão intoxicadas. Pelo asfixiante clima social em que vivem, pelo desespero que as estrangula, pela desoladora falta de possibilidades. Pelo álcool. Pelos efeitos dos estupefacientes. Morre-se na «glória» de uma dose de «Ecstasy». Mas a jovem Trisha, filha de um inacreditável universo, morreu em circunstâncias abismais.

Trisha = Alex = Trisha

Dado que o sistema não lhe oferecia vantagens como rapariga, imaginou-se um rapaz. O seu mundo de Birmingham era e é uma selva de telefones portáteis. Vive-se em casas do «Coun-

O «contraciclo»

Porventura a preparar os amargos de boca que a política do Governo não deixará de trazer à maioria dos portugueses - e a muitos que votaram esperançosamente no PS à espera de mudança e acreditando que isto da Europa e da moeda única havia de resolver alguma coisa -, já se constata, por bandas do executivo de Guterres, a preocupação de procurar alguns alvos, numa estratégia desculpabilizadora. Agora é o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus - que título! - a vir, em prefácio de um livro comemorativo dos 10 anos de integração europeia, criticar os empresários nacionais - que empresários? - sempre tão favorecidos, especialmente se forem grandes, acusando-os de não terem aproveitado as «ajudas de Bruxelas» à «modernização da economia portuguesa». De facto, ajudas aos empresários - aos grandes - houve, com Cavaco antes,

com Guterres depois. Mas os mal-agraçados colocaram-se, segundo o Secretário de Estado, em «contraciclo»... Má posição para um empresário. Mas quem se vai mesmo queixar são os trabalhadores.

As negas de Kohl

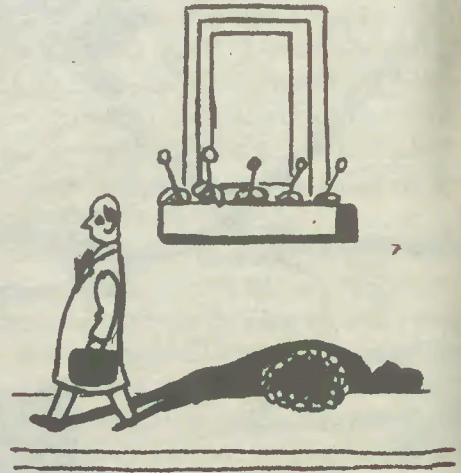
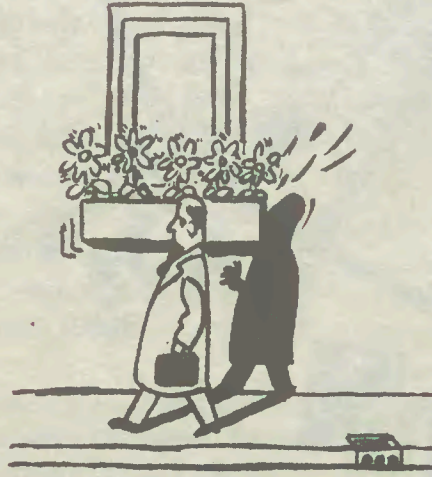
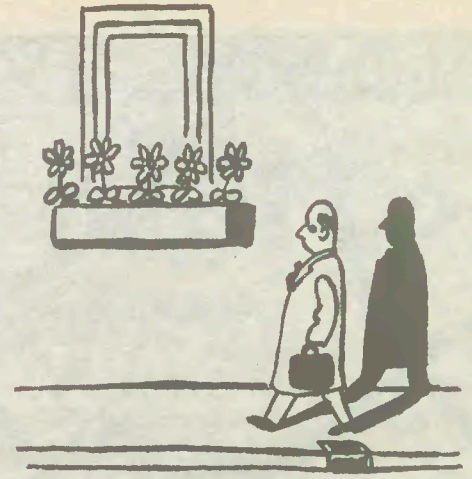
Entretanto, as europas continuam a mostrar-se difíceis. Depois de tantos esforços de Guterres, as novidades que vêm da Alemanha - a pátria da moeda única, o país com o qual o primeiro-ministro português quer fazer crer que podemos ombrear - mostram que o euro vai ser moeda nórdica e não vai haver remédio para a malta latina. Guterres está a provar agora o amargo do fel que tantos compatriotas seus já provaram - ver o patrão dar o dito por não dito, voltar atrás, desmentir e fazer promessas.

PONTOS CARDEAIS

Agora, Kohl já vem dizer que é mentira ter havido qualquer plano para afastar a Itália do Euro. Não sabemos se teve a lata de desmentir o mesmo em relação a Portugal. Mas uma má notícia para Guterres pode ser uma boa notícia para os portugueses.

Pontos obscuros

Cada ministro sua sentença, no caso deste Governo do PS - um partido em que, muito democraticamente, também não se sabe com o que contar da parte dos seus deputados nem dos seus mais destacados militantes. Agora, Sousa Franco vem criticar o acordo entre o Estado e o seu protegido Champalimaud. Não porque tenha achado ilegal, nem sequer prejudicial que o Estado tenha dado milhões ao velho monopolista em troca da desistência por parte deste, em processar o Estado. Sousa

PONTOS NATURAIS
Do Livro dos Salmos

I
Não te irrites os actos dos maldosos
Não invejes quem edifica a falsidade
Não sigas quem prospera
Não te impacientes à beira do abismo.

Os dias estão contados. Tu
habitarás a Terra.

(Salmo 37)

II
Confiaste em mim
Ouviste o meu clamor,
Tiraste-me do poço
e puseste-me a rocha sob os pés.

Como exprimir as tuas maravilhas?
Como, como alcançar os teus desígnios?

Venho de olhos no livro
em que a tua vontade está disposta.

Eu, pobre e desvalido.

(Salmo 40)

III
És para nós refúgio e fortaleza.
Quem, se não tu, na angústia nos virá?
Pode a Terra tremer - nós, não trememos
caiam ao mar os montes - mas nós, não.

Refúgio e fortaleza.

Um rio. Os seus canais alegam a cidade.

(Salmo 46)

IV
Por que estás abatida, ó minha alma?

Suspira a corça pelas correntes de água
e a minha alma também.
Chego a comer as minhas próprias lágrimas.

Com as vozes de alegria e de louvor
das multidões em festa
por que estás abatida ó minha alma.

Recorda, desde as terras do Jordão
e do Hermon,
desde o monte Mizar
mandas-me, dia a dia, os teus favores
vive em mim o teu canto pela noite.

Por que estás abatida, ó minha alma.

(Salmo 42)

V
Minha alma vive
entre os leões
cujos dentes são
são lanças e flechas

(e eu pedi piedade
e eu pedi piedade!)

Ora,
minha alma desperta.

Vou nascer com a aurora

(Salmo 57)



Pintura de Pedro Rocha

Franco acha que o que esteve mal foi o segredo ter-se arrastado por longo tempo. Quanto ao resto, tudo bem, embora haja «pontos obscuros». O segredo teve, com certeza, as suas razões. E não seriam boas. Quanto aos pontos «obscuros», que esconderão desta vez?

Ajudinhas

Quando por aí apareceu, o chamado Plano Mateus, teve abundante publicidade e não deixou de cheirar a mais uma ajuda do Estado, comandado desta feita pelo PS de Guterres, aos empresários. Àqueles que não pagam salários, que não descontam para a Segurança Social, que devem ao fisco. Mas ainda havia quem desse ao Governo o benefício da dúvida e da dívida. Se eles deviam seria porque não tinham mesmo dinheiro com que pagar? A notícia de que o Banco Comercial Português (BCP) e

o BFE-Serviços Financeiros entregaram pedidos de adesão ao famigerado plano, terá tirado todas as dúvidas. É que, por exemplo no caso do BCP, os lucros abundam, venham directa ou indirectamente das suas receitas. No mesmo dia em que a imprensa noticiava a adesão do BCP ao Plano Mateus, ficava a saber-se que uma instituição bancária francesa, na qual o BCP detém 50 por cento, anunciava um

lucro líquido de 713 mil contos...

«Boas» causas

Mas a simpatia que Guterres tem pelas «boas causas» não deixará certamente de pesar na decisão de mostrar boa vontade pelo BCP. Não só este banco é amigo da arte - comprou na semana passada o mais caro quadro leilado em Portugal, pagando 42 mil contos por um Malhoa -, como se mostra disposto a financiar o Zezinho, aliás, a campanha feroz dos conservadores católicos contra o aborto. São 15 mil contos para tirar o Zezinho de apuros. Mas São Mateus há-de dar a sua ajudinha.

Ajudinha

Ainda há outras contrapartidas, e o Governo de Guterres sente-se provavelmente tentado a respirar com algum alívio, depois da notícia beatífica da cura milagrosa dispensada pela falecida Jacinta - um dos três pastorinhos de Vila Nova de Ourém - à cidadã Emília Santos, paralisada durante 30 anos.

De uma cajadada são dois milagres que acontecem. Está, por fim, à vista, a canonização de uma santa à portuguesa, depois de muitas décadas de dúvidas, com os especialistas do Vaticano a torcerem o nariz às curas. Por outro lado, a cidadã Emília foi peremptória. Sem recorrer à Segurança Social nem às urgências do Amadora-Sintra - onde se pode morrer depois de receber a respectiva alta - a doente entrou em contacto directo com a «Jacintinha» e pediu, a prazo, uma cura. Antes de terminar o prazo, Emília ouviu a voz de Jacinta. «Senti um formigueiro nas pernas e fiquei curada», disse. Nem taxa moderadora, nem nada.

Mário Castro

AGENDA

Plenários e outras reuniões

Reuniões de naturais dos concelhos de Proença-a-Nova, Sertã, Oleiros e Vila do Rei
(Distrito de Castelo Branco)

Residentes no **DISTRITO SETÚBAL**
Sexta-feira, 14, 21h - CT do Barreiro

Residentes no **DISTRITO LISBOA**
Sábado, 15, às 15h - CT Vitória

ALMADA

Plenário Concelhio de Quadros para análise da situação social e política, acção do Partido e eleições autárquicas: dia 15 às 14h30, no CT concelhio.

LISBOA

Sector de Empresas da Cidade - Plenário sobre a situação política, com discussão das conclusões da última reunião do CC: dia 18 às 19h, no CT da Av. Duque de Loulé, com a participação de José Tavares.

Zona Norte - Plenário conjunto das freguesias de Alvalade, Campo Grande, São João de Brito, S. João de Deus, S. Sebastião da Pedreira para discussão da situação política e preparação das eleições autárquicas: dia 15 às 15h30, no CT Vitória.

Plenários sobre trabalho autárquico nas respectivas freguesias: de Alvalade, dia 19 às 19h e de Campo Grande, dia 21 às 19h, ambos no CT Vitória; de S. João de Deus, dia 20 às 21h na UPPSS (Al. D. Afonso Henriques, 72, 2º E).



LOURES

7ª Assembleia Concelhio no Pavilhão Paz e Amizade, às 10 horas, com a participação de **CARLOS CARVALHAS**, que intervém, às 17 horas.

Industriais de Táxi - Reunião dos camaradas do Sector para discussão do plano de trabalho e reforço da organização, com a participação de **Júlio Filipe**: dia 14 às 17h30, no CT Vitória.

Ajuda - Plenário sobre trabalho autárquico e preparação das eleições de Dezembro na freguesia: dia 15 às 15h, no CT da Ajuda.

EPAL - Plenário geral da célula: dia 15 às 14h30, no CT Vitória.

SINTRA

Queluz - Reunião plenária de militantes da freguesia, com a participação de **Jorge Cordeiro**: hoje, dia 13, às 21h30, no CT local; plenário de Reformados de Queluz: dia 20 às 15h, no mesmo local.

VILA FRANCA DE XIRA

Alhandra - Plenário de militantes das células de empresa: dia 14 às 21h30, no CT de Alhandra.

Vila Franca de Xira - Plenário de militantes do Sector de Empresa do concelho, com a participação de **Jerónimo de Sousa**: dia 20 às 21h30, no CT de Alhandra

66.º ANIVERSÁRIO DO "AVANTE!"

Pavilhão da DORL na Praça da Figueira

- Exposição sobre o "Avante!", Espaço de convívio, banca de livros - a partir de quinta-feira, 13, e durante toda a semana

Abertura ao público hoje às 12h30

com a presença de **CARLOS CARVALHAS**, José Casanova e Carlos Brito

Debate em CORROIOS:

"O «Avante!» e a Comunicação Social nos nossos dias" com a participação de **Leandro Martins**

Dia 15 às 15h30, no Auditório da JF

Jornada de divulgação em ALMADA:

dias 13 e 15 nos mercados do concelho

Vila Franca de Xira - Encontro Concelhio da CDU sobre as eleições autárquicas

Sábado, 15, às 15h - no Auditório do Forum Cultural da Chasa com a participação de Vítor Dias.

Guimarães - VI Encontro de eleitos e candidatos da CDU sobre a situação política e as eleições autárquicas

Sábado, 15, às 16h - na Junta de Freguesia de S. Martinho de Candoso.

Amadora - Encontro Concelhio da CDU

sobre o trabalho autárquico

Sábado, 15, às 10h30 - no Auditório da Câmara Municipal com a participação de José Casanova



Sintra - Apresentação pública da Candidatura de Lino Paulo à Presidência da CM

com a presença de **CARLOS CARVALHAS**
Dia 21, às 19h, no Hotel Tivoli (será servido um jantar-volante, para que estão abertas inscrições até dia 20 - tels. 9131355-9142336)

Montijo - Apresentação pública da Coordenadora da CDU

Hoje, dia 13, às 17h - no Bar Restaurante "O Paraíso"

Lisboa - Visita de eleitos e activistas do PCP à Zona Oriental de Lisboa

com a participação de presidentes de JF, o vereador da CM António Abreu, o deputado João Amaral - Sábado, 15, das 10 às 18h30. (Partida às 10h da Voz do Operário. Transportes assegurados).



BARXISMO - o espaço de convívio da JCP em Rio de Mouro

R. Vasco da Gama, 11 (junto à Est. da CP) todas as sextas e sábados das 21.30 às 2h



SEIXAL 1.º Encontro Concelhio da JCP

Dia 15 a partir das 10h30 no Auditório do CT do PCP



Excursão à Serra da Estrela dias 29 e 30 de Março promovida pela Zona Oriental de Lisboa/Penha de França (Informações: tel. 8138119, cam. Ivone)

Sessão pública em LISBOA:
MOEDA ÚNICA - MAIS DESEMPREGO, MENOS DIREITOS SOCIAIS

com a participação de **CARLOS CARVALHAS**
Sexta-feira, dia 14, às 17h30, no CT Vitória

Debate em ALMADA sobre **MOEDA ÚNICA**

com Agostinho Lopes: dia 14 às 21h no Salão da JF de Almada

SETÚBAL
Encontro distrital de Células de Empresa e outras Organizações por local de trabalho

Sábado, dia 15, a partir das 10h no Seixal - Timbre Seixalense Participam os camaradas Francisco Lopes e Jorge Pires

Projecto de lei do PCP sobre interrupção voluntária da gravidez

em debate em SETÚBAL

com Odete Santos: dia 15 às 15h30 na Biblioteca Municipal de Setúbal

em jornada de esclarecimento em LISBOA

- com distribuição de documentos na Baixa de Lisboa e nos terminais rodo e ferroviários nos concelhos do distrito

- recolha de assinaturas de apoio ao projecto de lei - sessões de esclarecimento: dia 18 a partir das 17h

Lisboa:
Almoço-convívio

dos Comunistas dos Hospitais Cívicos de Lisboa com a participação de António Filipe
Sábado, dia 15, às 13 no Restaurante "Quatro Estações" (R. do Telhal, 73175)

Seixal:
Almoço-comemorativo

do 76º aniversário do PCP com a participação de Álvaro Cunhal 9 de Março na Quinta Valenciana (inscrições nos CTs do concelho)

Vila Franca de Xira:
Almoço-convívio

comemorativo do 76º aniversário do PCP com a participação de **CARLOS CARVALHAS**
Dia 9 de Março no Pavilhão do Cevadeiro (Inscrições dos CT's do concelho)



Serões do Vitória - Ciclo de Debates

Bibliotecas da Rede de Leitura Pública e Bibliotecas Escolares

com as presenças de: Dra. Teresa Calçada, Dr. Francisco Melo, Dr. José António Calixto e Escritor Modesto Navarro.

19 de Fevereiro às 21 e 30

Organização: Sector de Cultura Literária do Sector Intelectual de Lisboa do PCP



TELEVISÃO



A ser verdade o que está anunciado, o "Foyer" de sábado na RTP2 é dedicado ao grande cinema francês (na foto, François Truffaut)

Quinta, 13

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.20 A Marquesa de Santos
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Em Jogo
- 14.00 Malha de Intrigas
- 14.45 O Campeão
- 15.35 Seleção RTP
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.05 100% Natural
- 19.00 País País
- 20.00 Telegiornal
- 20.45 Enviado Especial - "Refugiados em Portugal"
- 21.20 Vidas de Sal
- 22.15 Imparáveis
- 22.45 Polícias
- 24.00 24 Horas
- 00.30 RTP/Financial Times
- 00.45 Olho Vivo
- 01.15 Bom Bordo

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.50 Euronews
- 17.15 Infantil
- 19.30 Notícias 2
- 19.40 Acasos de Guerra
- 20.30 Olhar Amargo
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Um Peixe Chamado Wanda (de Charles Crichton, Gr.Br.1987, com John Cleese, Jamie Lee Curtis, Kevin Kline, Michael Palin. Ver Destaque)
- 01.30 Falatório

SIC

- 10.10 Buêrére
- 11.20 As Receitas do Dia
- 11.50 Vira Lata
- 12.30 O Juiz Decide
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Ponto de Encontro
- 15.30 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 As Aventuras de Camilo
- 21.25 O Rei do Gado
- 22.25 Casos de Polícia
- 23.30 Viva a Liberdade
- 00.35 Último Jornal
- 00.55 Vida de Casal
- 01.55 Contos de Arrepiar
- 02.40 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 Ninho de Cucos
- 16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
- 17.30 Trapos & Cº
- 18.10 California Dreams
- 18.30 Os Caloiros
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Melrose Place
- 22.00 Vingança Acidental (de Lou Antonio, EUA/1991, com Jaclyn Smith, Lisa Jakub, Holland Taylor, Robin Thomas. Drama)
- 23.45 TVI Jornal
- 00.20 A Balada de Hill Street

Sexta, 14

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.15 A Marquesa de Santos
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Olho Clínico
- 14.30 Malha de Intrigas
- 15.00 O Campeão
- 16.00 Polícias
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.05 100% Natural
- 19.00 País País
- 20.00 Telegiornal
- 20.45 Vidas de Sal
- 21.40 Enrique Iglesias
- 22.15 A Guerra das Rosas (de Danny De Vito, EUA/1989, com Michael Douglas, Kathleen Turner, Danny De Vito. Ver Destaque)
- 00.40 24 Horas
- 01.10 RTP/Financial Times
- 01.25 Mesa à Portuguesa
- 01.55 Não Atendas o Telefone (de Robert Hammer, EUA/1979, com James Westmoreland, Nicholas Worth, Gio Gerrick. Terror)

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Euronews
- 17.15 Infantil
- 19.30 Notícias 2
- 19.40 Colditz
- 20.30 A Bela Farda Azul
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Regresso à Escola (de Chuck Russell, EUA/1986, com Rodney Dangerfield, Sally Kellerman, Burt Young, Kerth Gordon. Ver Destaque)
- 00.20 Falatório
- 01.15 Rumo ao Sul

SIC

- 10.10 Buêrére
- 11.20 As Receitas do Dia
- 11.50 Vira Lata
- 12.30 O Juiz Decide
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Jô Soares
- 15.30 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Malucos do Riso
- 21.15 O Rei do Gado
- 22.15 Confissões
- 23.20 Os Donos da Bola
- 01.30 Último Jornal
- 01.50 O Ressuscitado
- 03.00 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 Ninho de Cucos
- 16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
- 17.30 Trapos & Cº
- 18.10 California Dreams
- 18.30 Os Caloiros
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Melrose Place
- 22.00 Ficheiros Secretos
- 23.45 Operação Amsterdam (de Robert Clouse, Hong-Kong/1977, com Robert Mitchum, Leslie Nielsen, Bradford Dillman. Mistério)
- 01.30 TVI Jornal
- 02.05 A Balada de Hill Street

Sábado, 15

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 11.30 Cybermaster
- 12.00 Cães e Gatos
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Top +
- 14.40 Amores e Rebelia
- 15.40 Jornal Jovem
- 16.15 Super Bébés
- 16.50 Futebol: V. Setúbal-Benfica
- 19.00 Há Horas Felizes
- 20.00 Telegiornal
- 21.00 Contra Informação (Compacto)
- 21.20 Futebol: D. Chaves-Porto
- 23.25 Serviço de Urgência
- 00.25 24 Horas
- 01.00 Eu Não Sou Eu (de Charles Lane, EUA/1991, com Lenny Henry, Frank Langella, Charles Lane, J.T.Walsh. Comédia Policial)
- 02.45 Queridos Pais (de Enrico Maria Salerno, It.-Fr./1973, com Florinda Bolkan, Catherine Spaak, Maria Schneider, Tom Baker. Drama)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Oeste Selvagem
- 13.00 Spray
- 13.30 Mesa à Portuguesa
- 14.00 Parlamento

Domingo, 16

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 12.00 Sem Limites
- 12.30 Repórteres da Terra
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Made in Portugal
- 14.40 Alta Voltagem
- 15.15 86-60-86
- 15.50 Magacine
- 16.20 Caixa Mágica
- 16.50 Ilusões
- 18.05 O Regresso dos Marretas
- 18.30 Golos
- 18.35 Casa Cheia
- 19.15 Jet 7
- 20.00 Telegiornal
- 20.50 Os Principais
- 21.50 Vidas de Sal
- 23.00 Domingo Desportivo
- 01.15 24 Horas
- 01.50 Máquinas

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 Missa
- 11.25 Ciência e Tecnologia - «Horizontes»
- 12.10 Máquinas
- 12.45 Os 100 Melhores Vídeos
- 13.15 Desporto 2
- 17.45 Ribatejo (de Henrique de Campos,

Segunda, 17

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.20 A Marquesa de Santos
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Malha de Intrigas
- 14.45 O Campeão
- 15.40 Seleção RTP
- 16.05 Os Principais
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.10 100% Natural
- 19.00 País País
- 20.00 Telegiornal
- 20.45 Isto... só Vídeo
- 21.15 Vidas de Sal
- 22.00 Noites Escaldantes (de Lawrence Kasdan, EUA, com Kathleen Turner, William Hurt, Richard Crenna, Ted Danson, Mickey Rourke. Drama)
- 23.35 24 Horas
- 24.00 RTP/Financial Times
- 00.10 Grandes Nomes

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.45 Infantil
- 18.55 Universidades Europeias
- 19.40 O Agente Secreto
- 20.35 Murphy Brown
- 21.00 Acontece

Terça, 18

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.15 A Marquesa de Santos
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Malha de Intrigas
- 14.45 O Campeão
- 15.35 Seleção RTP
- 16.30 Jet 7
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.00 Futebol: Portugal-Suécia
- 20.00 Telegiornal
- 20.45 Vidas de Sal
- 21.45 Nós, os Ricos
- 22.30 De Par em Par
- 22.45 Maria Elisa
- 00.45 24 Horas
- 01.20 RTP/Financial Times
- 01.30 Horizontes da Memória

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 17.00 Infantil
- 19.00 Rotações
- 19.35 O Santo
- 20.30 Cybill
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Perfume de Mulher (de Dino Risi, It./1974, com Vittorio

Quarta, 19

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.15 A Marquesa de Santos
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Malha de Intrigas
- 14.30 O Campeão
- 15.25 Seleção RTP
- 16.25 Nós, os Ricos
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 17.55 Futebol: Grécia-Portugal
- 20.00 Telegiornal
- 20.45 Lições do Tonecas
- 21.30 Vidas de Sal
- 22.30 A Mulher do Sr. Ministro
- 23.10 Crime Violento
- 00.15 24 Horas
- 00.40 RTP/Financial Times
- 00.50 Rotações

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Euronews
- 17.15 Infantil
- 19.35 Shaka Zulu
- 20.30 Os Simpsons
- 21.00 Acontece
- 21.30 RTP/Financial Times
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Telefone Branco (de Dino Riso, It./1975, com



- 15.00 Desporto 2
- 18.00 Sinais do Tempo
- 19.05 Onda Curta: «Carnaval» (de Arnaldo Jabor (Co-Prod. Int./1990), com Grave de Capitani, Ricardo Petraglia, Marcos Palmeira. Romance)
- 19.30 Dinheiro Vivo
- 20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (V)
- 21.00 Semana ao Sábado
- 22.00 O Lugar da História
- 22.55 O Rei dos Doidos (de Philippe de Broca, Fr.-It./1966, com Alan Bates, Geneviève Bujold, Jean-Claude Brialy, Françoise Christophe. Ver Destaque)
- 01.50 Notas de Música

SIC

- 08.30 Buêrére
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Tostões e Milhões
- 14.10 Cosby Show
- 14.30 Rebeldes
- 15.30 Hércules
- 16.25 Raven
- 17.15 Walker IV
- 18.15 Momento de Justiça II (de Robert Radler, EUA/1989, com Eric Roberts, James Earl Jones, Christopher Penn. Drama / Acção)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Clube VIP
- 21.15 Salsa e Merengue
- 22.15 Big Show Sic
- 01.35 Último Jornal
- 01.55 Entre Dois Homens (de Michael Miller, EUA, com Lindsay Wagner, Barry Bostwick, Amy Aquino. Romance)

TVI

- 09.30 Animação
- 11.30 Novos Ventos
- 12.00 Notícias
- 12.35 A Odisseia Submarina
- 13.30 Contra-Ataque
- 15.10 Cantinflas Deputado (de Miguel M. Delgado, Méx./1951, com Mário Moreno, "Cantinflas". Comédia)
- 17.10 Top of The Pops
- 18.10 Cybernet
- 18.40 Lar, Louco Lar
- 19.30 Futebol
- 21.20 Telegiornal
- 22.00 Xica da Silva (Compacto)
- 23.15 Germinal (de Claude Berri, Fr.-It./1993, com Gérard Depardieu, Miou Miou, Jean Carmet. Ver Destaque)
- 02.05 Notícias

- Port./1949, com Virgílio Teixeira, Eunice Muñoz, Vasco Santana, Alves da Costa. Drama)
- 19.35 Bom Bordo
- 20.10 Artes e Letras - «Pavarotti»
- 21.05 Stalin (últ. epis.)
- 22.40 Horizontes da Memória
- 22.05 Bailado: «Picasso and Dance»
- 00.45 Vidas do Século: «Chanel»

SIC

- 08.30 Buêrére
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 Internacional SIC
- 14.10 Assuntos de Família
- 14.30 Rebeldes
- 15.25 Hércules
- 16.15 A Balada de Nova Iorque
- 17.20 Os Imortais
- 18.15 Ponto Final (de David Seltzer, EUA/1988, com Sally Field, Tom Hanks, John Goodman. Ver Destaque)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Chuva de Estrelas
- 21.50 Salsa e Merengue
- 22.50 Selvagem e Perigosa (de Jonathan Demme, EUA/1986, com Melanie Griffith, Jeff Daniels, Ray Liota. Ver Destaque)
- 00.55 Último Jornal
- 01.15 Jô Soares
- 02.15 Portugal Radical

TVI

- 09.30 Animação
- 11.00 Angelus
- 11.10 Missa
- 12.30 O 8º Dia
- 13.00 Notícias
- 13.30 Portugal Português
- 14.30 A Odisseia Submarina
- 15.30 Desafios
- 15.50 Homens Indomáveis (de Jay Craven, EUA/1993, com Bill Raymond, John Griesemer, Mary Margolin, Michael J. Fox. Drama)
- 17.15 O Céu Como Horizonte
- 18.30 O Detective das Mil Caras
- 19.30 Futebol
- 21.20 Telegiornal
- 22.00 Profiler
- 22.55 Escândalos
- 23.25 Saltimbancos (de Manuel Guimarães, Port./1951, com Maria Olym, Helga Liné, Artur Semedo, Manuel Correia, Fernando Gusmão. Ver Destaque)
- 01.05 Notícias

A ser verdade o que está anunciado, no domingo a alternativa é a TV2: Pavarotti, Chanel e (de novo mas bem-vindo) um documentário sobre Picasso cenógrafo

- 21.30 RTP/Financial Times
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Vejo Tudo Nu (de Dino Risi, It./1969, com Nino Manfredi, Sylvia Koscina. Ver Destaque)
- 00.20 Falatório

SIC

- 10.10 Buêrére
- 11.20 As Receitas do Dia
- 11.50 Vira Lata
- 12.30 O Juiz Decide
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Conversas Secretas
- 15.40 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Os Trapalhães
- 21.15 O Rei do Gado
- 22.15 Era Uma Vez
- 23.15 Esta Semana
- 00.20 Último Jornal
- 00.40 Escrita em Dia
- 01.50 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 Rio Selvagem
- 16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
- 17.30 Trapos & Cº
- 18.10 California Dreams
- 18.30 Os Caloiros
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Pontos nos ii
- 22.00 Tempo de Trevas (de Michael Toshiyuki Uno, EUA/1994, com Nicolette Sheridan, Gary Cole, Mara Wilson. Drama)
- 23.40 TVI Jornal
- 00.10 A Balada de Hill Street

- Gassman, Alessandro Momo, Agostina Belli. Ver Destaque)
- 00.40 Falatório

SIC

- 10.10 Buêrére
- 11.20 As Receitas do Dia
- 11.50 Vira Lata
- 12.30 O Juiz Decide
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 Portugal Radical
- 14.40 Escrita em Dia
- 15.40 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 O Rei do Gado
- 21.50 Cadeira do Poder
- 23.15 A Noite da Má Língua
- 00.25 Último Jornal
- 00.50 Toda a Verdade
- 02.00 Vibrações

TVI

- 10.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
- 15.45 Rio Selvagem
- 16.35 Cousteau - As Novas Descobertas
- 17.30 Trapos & Cº
- 18.10 California Dreams
- 18.30 Os Caloiros
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Melrose Place
- 22.00 Ao Serviço de Sua Majestade (de Roger Young, Gr.-Br./1983, com Tom Selleck, Jane Seymour, Lauren Hutton, Bob Hoskins. Aventuras / Espionagem)
- 23.50 TVI Jornal
- 00.20 A Balada de Hill Street



Agostina Belli, Vittorio Gassman, Ugo Tognazzi. Ver Destaque)

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...



Jamie Lee Curtis e John Cleese, a fazer malandrices, com Kevin Kline à espreita, em «Um Peixe Chamado Wanda», de Charles Crichton



Kathleen Turner e Michael Douglas, antes da bernarda estoírar, em «A Guerra das Rosas», de Danny De Vito

Um Peixe Chamado Wanda

(Quinta, 22.40, RTP2)

A propósito de tudo e de nada, há filmes que as televisões repetem vezes a fio, arriscando-se a ser prejudicados quanto à boa impressão que inicialmente causaram. É o que acontece mais uma vez com este filme - agora transmitido na RTP2, desta vez a pretexto de um ciclo recheado de comédias com vigaristas. Com certamente se recordam, o filme conta-nos a história de um grupo de larápios meio desastrados que levam a cabo o planeamento de um fabuloso roubo de jóias que acaba por revelar-se absolutamente falhado. Considerado uma renovação da comédia britânica, o filme fez encher as bilheteiras na altura da estreia e para isso contribuiria, por um lado, a história e, por outro lado, a presença de um dos mais loucos parceiros dos *Monty Python* - John Cleese - bem como de dois americanos talentosos: a impagável Jamie Lee Curtis e, ainda, Kevin Kline na pele do seu companheiro «atrasado mental», a merecer um justo Oscar. Embora realizado com a sabedoria e o ritmo de um rotineiro na matéria - Charles Crichton - o filme contém, entretanto, alguns disparates de mau gosto.

A Guerra das Rosas

(Sexta, 22.15, RTP1)

Começando, como quem não quer a coisa, em tom de sátira à mentalidade consumista e materialista do mundo *yuppie*, este filme evolui para o tom bem mais carregado da *comédia negra* à medida que as habituais divergências iniciais de um casal - manifestadas a propósito de um caso de partilhas após o seu divórcio - atingem o ponto sem retorno da mais desbragada violência e destruição. Excelente encenado por Danny De Vito, com imaginativas soluções visuais e inusitados «pontos de vista» da câmara, este foi um filme que dividiu fortemente as opiniões da crítica e do público - bem ao contrário, aliás, do que aconteceu



A coragem de uma luta, em «Germinal» de Émile Zola-Claude Bérrí, com Gérard Depardieu no centro das atenções



«Selvagem e Perigosa», uma intrigante comédia-negra de Jonathan Deeme, com Melaine Griffith e Jeff Daniels nos principais papéis

a propósito da generalizada unanimidade na apreciação positiva das interpretações de Michael Douglas e de Kathleen Turner.

a que não se pode ficar indiferente. O destaque vai ainda para as poderosas interpretações de Gérard Depardieu e Miou-Miou.

Regresso à Escola

(Sexta, 22.40, RTP2)

«Um homem que fez fortuna por conta própria e está habituado a comprar tudo o que quer (à) matricula-se na universidade para convencer o seu filho a não desistir (e) vai ele próprio descobrir que a universidade tem qualquer coisa a ensinar-lhe.» Assim é descrito, no Boletim de Programas da RTP, o argumento deste filme que se diz pôr em causa a vida académica norte-americana, ao mesmo tempo que denuncia o mito do *selfmade man*. Outras referências consideram o filme uma comédia hilariante a não perder, com uma interpretação excepcional de Rodney Dangerfield no papel principal. A confirmar.

O Rei dos Doidos

(Sábado, 22.55, RTP2)

Em Outubro de 1918, antes de, na sua retirada, evacuar uma cidade francesa, as tropas alemãs escondem um mecanismo de detonação numa catedral. Informado, o Estado-Maior inglês destaca um soldado para tentar descobrir esse mecanismo. Chegado à cidade, o soldado encontra-a completamente deserta dos seus habitantes à excepção dos loucos de um asilo que haviam decorado as ruas e os prédios à medida da sua «imaginação». Mas eis que um deles (chamado *Duque de Trêfle*) descobre no nosso herói a figura do *Rei de Copas* e começa aí, para o pobre soldado, o sarilho dos sarilhos - até que acaba por descobrir os explosivos. O exército inglês já pode entrar na cidade, aliás saudado por vibrante fogo de artifício. Os alemães, confundindo o estrelar dos potentes foguetes com a explosão que haviam deixado armadilhada, regressam então ao local do crime, dando-se assim origem a um confronto sangrento entre os dois exércitos, tão encamiçado que ambos se exterminam mutuamente. No meio da refrega, os loucos regressam ao asilo e encerram-se a sete chaves. Os ingleses condecoram o soldado pelos seus «feitos» e ordenam-lhe uma missão de demolição. E o nosso herói apresenta-se então à porta do hospício, completamente nu, em busca de asilo. Uma fábula cinematográfica, brilhantemente encenada por Philippe de Broca e bem contra a corrente do seu cinema anterior (nitidamente comercial), curiosamente não tanto apreciado pela crítica francesa como o foi pela norte-americana, chegando a ser considerado naquele país junto dos meios cinéfilos um filme de culto.

Germinal

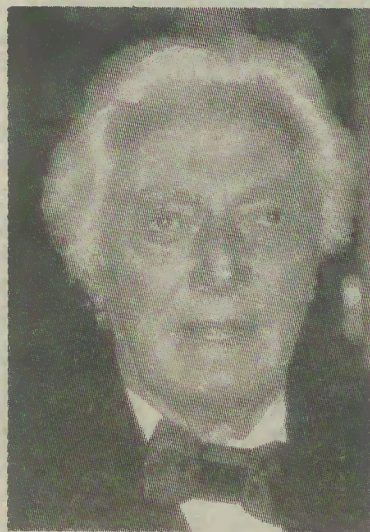
(Sábado, 23.15, TVI)

Adaptação cinematográfica da obra homónima de Émile Zola, *Germinal* foi encenado com extremo rigor pelo cineasta Claude Bérrí, quanto à atmosfera, ao espírito do romance e à reconstituição da época. O drama passa-se numa das províncias rurais do Norte da França, em meados do século XIX, dá-nos a ver o quotidiano miserável e trágico da comunidade mineira local explorada ao máximo pelos grandes senhores detentores das minas. O realizador consegue transpor para a tela o intenso realismo da escrita de Zola ao centrar as suas atenções na família *Maheu* e nas agruras da sua vida de sofrimento e miséria, bem como nas lutas expressas numa greve desencadeada pelos mineiros e brutalmente reprimida pelas autoridades militares - numa série de sequências cinematográficas

Ponto Final

(Domingo, 18.15, SIC)

Eis um filme algo desigual na sua escrita e passado no meio artístico com Tom Hanks a destacar-se numa composição complexa, que lhe saiu à medida. Menos bem está Sally Field (!), e outra curiosidade cinéfila vai para os papéis desempenhados pelos realizadores-tornados-actores Mark Rydell e Paul Mazursky. Nada de especial, mas dá para passar a tarde entretido.



Dino Risi, o realizador de que começa novo ciclo na RTP2

Selvagem e Perigosa

(Domingo, 22.50, SIC)

Saído da «escola» do realizador- produtor Roger Corman, Jonathan Demme é um dos mais interessantes cineastas do actual cinema norte-americano e *Selvagem e Perigosa* é o início de uma fase cada vez mais prometedora da sua carreira que nos viria a dar, por exemplo, *Casada Com a Máfia* ou *O Silêncio dos Inocentes*. Aqui, viajando entre as tonalidades do terror e do humor negro, o realizador conta-nos a história de um encontro fortuito entre um jovem burguês e uma sedutora marginal que conduzirá a peripécias burlescas ou dramáticas

mas sempre inimagináveis... Em termos de intérpretes, ao tempo da estreia deste filme, Melanie Griffith revelava-se como uma surpreendente descoberta, enquanto Jeff Daniels confirmava tudo o que prometera em filmes anteriores, como *A Rosa Púrpura do Cairo*.

Vejo Tudo Nu

(Segunda, 22.40, RTP2)

Começa aqui um ciclo dedicado pela RTP2 ao realizador italiano Dino Risi, um dos mais talentosos encenadores europeus no campo da *comédia* (e não só). Neste primeiro filme do ciclo, estamos perante uma série de *sketches* nos quais por vezes nos desmanchamos perante figuras típicas dos filmes italianos, como a *diva* (uma estrela de cinema que socorre um ferido num desastre e, ao chegar ao hospital, faz com que as atenções se virem exclusivamente para ela), o *camponês* (que é julgado por ter abusado de uma galinha), o *voyeur*, o *bombeiro*, etc., etc. Sátira popular tornada excelente divertimento cinematográfico, graças ao talento de Risi. Vamos a ver se não envelheceu.

Perfume de Mulher

(Terça, 22.40, RTP2)

Tendo cegado por causa de uma explosão, o capitão Fausto não deixa de ser um atirador em relação às mulheres, cuja traça é capaz de adivinhar pelo seu perfume. Mas o nosso capitão recusa o amor da bela Sara, provocando nesta um sentimento de piedade. Hospedado em casa de um amigo, Vincenzo, também cego, acaba por ser levado por este ao suicídio mas, no último momento, não consegue ter coragem para tal. Ao contrário das habituais comédias de Risi, este filme, mais em tom de *comédia negra*, é bem amargo e desesperado, apenas fazendo rir como efeito de distanciamento. Um grande papel de Vittorio Gassman.

Telefone Branco

(Quarta, 22.40, RTP2)

Desmentindo o lugar-comum de que Risi é apenas um bom realizador de *comédias*, esta é a crónica de *Marcella*, uma ambiciosa *femme de chambre* que quer tornar-se uma estrela do espectáculo. Abandonando o seu noivo Roberto, torna-se amante de Mussolini que faz dela uma vedeta. À queda do fascismo, ela regressa a Veneza onde casa com um industrial suíço, até que Roberto a reencontra e o escândalo rebenta. Crónica da Itália fascista e pós-fascista, o filme é uma sátira implacável que não poupa nada nem ninguém, com Vittorio Gassman a brilhar nesta espécie de bailado de bizarros fantoches, nos quais se inclui a própria figura de Mussolini.

TELEVISÃO

■ Francisco Costa

Politicamente (in)correcto

Não. Ao contrário do que à primeira vista poderia supor-se, a crónica de hoje não vai ocupar-se da última edição de «Viva a Liberdade». De facto, não vou falar da mistificação anticomunista, da desvergonha cívica, da desonestidade intelectual, do ódio de classe, que perpassaram pelas intervenções dos «comentadores residentes» do programa - Pacheco Pereira e António Barreto - desta vez permitindo ao seu responsável, Miguel Sousa Tavares, poder fazer o papel de «anjo», uma vez assegurada a tarefa pelos seus convidados.

Também não vou comentar o desvio de atenções ensaiado por este último na insidiosa perplexidade com que justificou a ausência de outros convidados especiais, todos eles laureados com a Ordem da Liberdade, procurando esconder a evidência das evidências: a de que, na sua esmagadora maioria, eles se terão recusado a colaborar numa previsível e encenada provocação, aliás marcada por rotundo fracasso. Tão-pouco me rebolarei de gozo perante o patético esgar e o amarelo sorriso (de criatura meio surpresa-apanhada-incrédula-indecisa-desarmada) que acabaram por trair a reacção do rosto de Barreto à suprema lata, desprezo e cinismo com que Pacheco sugeriu que - a ele sim - deveria ser entregue a Ordem da Liberdade, «pelo que fez pela Reforma Agrária» (!). Se vos faliasse de tudo isto, o título desta crónica deveria antes ser «Politicamente Correcto», tal a submissão das opiniões expressas à «ditadura do pensamento único», hoje em geral vigente na comunicação social.

Não. Do que vos vou falar é de criminosos. De criminosos a sério. Daqueles 100 mil que (de uma estimativa total de 150 mil criminosos de guerra recensados em 1945, depois da II Guerra Mundial) escaparam ao julgamento e à punição dos seus crimes monstruosos, antes foram ajudados a fugir para o Ocidente por redes clandestinas conluídas e organizadas por sectores dos mais conservadores da igreja católica perante o fechar de olhos - quando não a activa conivência e a organizada e determinada colaboração - dos serviços secretos aliados ocidentais, começando pelos britânicos e terminando nos norte-americanos.

Um estratagema sem princípios - e também ele criminoso - para reverter e preparar notórios torcionários para a luta anticomunista que a recomençar com a Guerra Fria.

Um documento esmagador

De origem norte-americana e realizado por Piers Thompson, o documentário intitulado «A Rede Ratlines» - o itinerário dos ratos - foi transmitido pelo canal franco-alemão ARTE na passada terça-feira 5. Com o apoio de recente documentação descoberta nos serviços secretos norte-americanos, tratou-se de focar episódios vergonhosos, crimes sem nome e protagonistas porventura menos conhecidos e provenientes de outras paragens do que, apenas, da Alemanha nazi-fascista; e, ao mesmo tempo, de investigar as peculiaridades e surpreendentes incidências dos trajectos e conivências que, no imediato pós-guerra, os puseram a salvo.

Para isso se serviu o documentário em questão de depoimentos de testemunhas da época - desde membros dos serviços secretos britânicos até membros das próprias redes clandestinas de passadores, passando pelos resultados das investigações de um sacerdote (o Padre Graham), historiador e analista dos arquivos do Vaticano.

E o centro das atenções veio a ser a trajectória de Antel Pavelic, chefe fascista do governo ustachi instaurado pelos nazis na Jugoslávia em 1941, reconhecido culpado do extermínio de mais de 500 mil judeus e sérvios em condições atrozes. Também por isso, o documentário ajudou indirectamente a compreender não apenas os antecedentes como sobretudo muito do que hoje se passa naquela conturbada região do continente europeu

Um terrível libelo acusatório

Como foi então possível que o croata Antel Pavelic, do mesmo passo que Andrija Artukovic ou os alemães Klaus Barbie, Josef Mengele, Gustav Wagner, Franz Stangl, Walter Rauff, Adolf Eichmann e tantos e tantos outros notórios (e anónimos) criminosos fugissem incólumes para o Ocidente? Beneficiando de que conivências? Escondendo-se em quais cidadelas?

Eis apenas alguns dos muitos factos documentados no filme:

- em todos os países invadidos durante a Guerra, os alemães recrutavam colaboracionistas junto dos nacionalistas autóctones;

- isto foi particularmente flagrante na república balcânica da Jugoslávia, onde o Partido Nacional Croata se batia pela independência; a partir do exílio, Antel Pavelic organizara, já anteriormente à guerra, uma campanha de terror e extermínio;

- refugiado na Itália, sob a protecção de Mussolini, Pavelic fundou a Ustaça - o partido dos insurrectos - uma organização terrorista consagrada à destruição do Estado jugoslavo e que se preparava, em campos de treino clandestinos, para tomar o poder;

- antes da Operação Barbarossa (a invasão da União Soviética), Hitler atacou a Jugoslávia tendo esta sossostrado em dez dias e sido completamente dividida e desmembrada, com os nazis a ocuparem a Sérvia e a Croácia a ser transformada em mais um Estado-fantoches;

- o sonho de poder de Pavelic tornou-se realidade: os alemães depositaram-lhe nas mãos a Croácia «independente»; os ustachis anunciaram um programa de conversão forçada ao catolicismo, seguido de deportação e

extermínio, visando os 2 milhões de sérvios ortodoxos do país; era o princípio de quatro anos de genocídio;

- depois da vitória de Tito à frente do seu exército de guerrilheiros e resistentes e terminada a guerra, Pavelic, de esconderijo em esconderijo, alcança a fronteira austríaca e em Maio de 45 penetra, a coberto da noite, na zona de ocupação britânica;

- as pesquisas agora empreendidas na América, na Austrália e na Jugoslávia permitem fazer uma ideia precisa de como tantos criminosos de guerra passaram pela peneira dos aliados - com o apoio da famosa rede «Ratlines» e de outras organizações secretas;

- durante todo o ano de 45, a diplomacia jugoslava reclamava a prisão e a extradição de Pavelic e dos seus acólitos ustachis; o Foreign Office britânico e o Departamento de Estado norte-americano asseguravam ao seu aliado jugoslavo que iriam encarregar-se de tal missão; mas, para os ingleses, tornava-se cada vez mais claro que Pavelic estava, de facto, sob protecção da Igreja; na realidade, sabia-se que um tal Draganovic, sacerdote croata - secretário do Instituto San Gioralano em Roma - dera total apoio a Pavelic e este escapara da Áustria para a Itália, em Abril de 46, com falsos papéis, disfarçado de padre católico espanhol, encontrando-se a salvo em território neutro, o Colégio Croata... no Vaticano;

- mas Draganovic ocupara, durante a guerra, postos oficiais no governo ustachi - era, portanto, um criminoso de guerra - e o Colégio Croata, repleto de fanáticos ultranacionalistas, constituía uma verdadeira fortaleza e serviço de informações políticas, fornecendo (a coberto das suas actividades religiosas e, ainda, através do Alto Comissariado para os Refugiados junto do Vaticano!) papéis, bilhetes de identidade e salvo-condutos falsos da Cruz Vermelha Internacional;

- os dossiers do CIC (um dos, então, serviços de contra-espionagem americana) demonstram que, desde 1947, se sabia perfeitamente que o Vaticano protegia estes utachis em fuga, entre os quais o próprio Pavelic (que se deslocava numa viatura com matrícula daquele Estado) e chegou a estar prevista para 11 de Abril uma operação ultra-secreta dos americanos para prendê-lo, mas o CIC preferiu não provocar qualquer «incidente diplomático»; na realidade, os aliados anteviam já vir a servir-se de alguns desses criminosos de guerra como futuros membros de organizações secretas anticomunistas;

- no Outono de 47, com a protecção de outro ramo da rede «Ratlines» - esta da responsabilidade de um outro sacerdote croata, Petranovic, ex-funcionário de campos de concentração do seu regime -, Pavelic parte por via marítima de Itália para a América do Sul, em concreto para Buenos Aires; ali, Peron dá-lhe emprego como «conselheiro de segurança» e atribui 35 mil vistos de entrada na Argentina a croatas para formarem um grupo de combate aos comunistas;

- mas outros factos menos conhecidos são agora revelados e desvendam



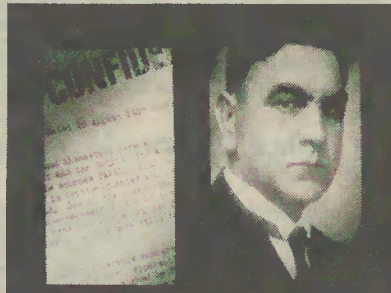
O «espaço vital»



Pavelic e Hitler



Antel Pavelic



Padre Draganovic



Padre Petranovic



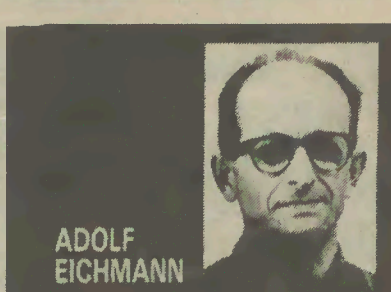
Arcebispo Stepinac



Monsenhor Giovanni Montini



JOSEF MENGELE



ADOLF EICHMANN



KLAUS BARBIE

sinistras relações: o arcebispo Stepinac, que era membro do parlamento ustachi, participava em cerimónias de bênção de voluntários para as SS; pouco tempo após a tomada de poder em 41 e mais tarde, em Maio de 42, Pavelic havia sido recebido em audiências privadas pelo Papa Pio XII; perante o «protesto» das autoridades aliadas, o Vaticano explicava que recebia Pavelic enquanto destacado católico e não como chefe de Estado croata; quem estava encarregado de dar estas explicações era Monsenhor Giovanni Montini, subsecretário de Estado do Vaticano em plena II Grande Guerra, verdadeiro braço direito e chefe operacional de Pio XII, interlocutor privilegiado de Draganovic e dos outros «refugiados croatas» e, como se sabe, mais tarde escolhido pelos seus pares como Papa Paulo VI;

- com o apoio de farta documentação, o documentário revela por fim como a hierarquia do Vaticano estava directamente implicada na fuga para o exterior desta gente; tratava-se também de reactivar uma organização anticomunista secreta, «InterMarium», criada nos anos 20 após a Revolução Russa e formada sobretudo por católicos ultranacionalistas, e que, antes da guerra, havia sido financiada pelos serviços secretos britânicos e franceses; agora, a «InterMarium» juntamente com a «Rede Ratlines» constituíam um novo campo de recrutamento; os novos países socialistas voltavam a ser o renovado inimigo a abater e percebiam-se melhor as situações de tácito apoio, financiamento, cumplicidade, silenciamento e compromisso entre os círculos croatas mais reaccionários, os criminosos nazis alemães e os serviços secretos dos aliados - e designadamente a fuga organizada ou consentida de tantos notórios torcionários para o Ocidente.

O texto final do documentário é, aliás, claro. Quanto ao papel do Vaticano: «protegeu alguns dos piores criminosos do século XX, com pleno conhecimento de causa: a paranóia do comunismo havia feito perder aos chefes da igreja católica toda a noção do Bem e do Mal, traido assim milhões de fiéis; o Vaticano salvou criminosos de guerra em nome da caridade cristã». Quanto aos resultados da objectiva colaboração e empenho dos aliados: «os únicos verdadeiros ganhadores foram os milhares de criminosos de guerra que puderam escapar via Ratlines; deixaram uma Europa devastada pelos seus crimes e foi-lhes proporcionada uma nova vida e uma nova identidade; foi essa a recompensa por terem combatido os comunistas - antes, durante e depois da II Guerra Mundial».

Perante tudo isto que acabei de vos contar, em boa verdade vos digo: será altamente improvável que este documentário venha a passar em qualquer das televisões nacionais. Pela simples razão de que, como é manifesto, não pode deixar de ser considerado «politicamente (in)correcto».

ESCAPARATE

CONFERENCIAS

Jazz na Fonoteca Municipal

Com duração prevista até ao próximo mês de Maio, tem hoje início na **Fonoteca Municipal** (estrutura ligada à música da responsabilidade do **Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa**) um importante ciclo de conferências subordinado ao título «**Jazz, a Música do Século XX**», com sessões previstas para as 18 horas, todas as terças e quintas-feiras e entrada livre. A temática deste ciclo de conferências é extremamente ampla e diversificada, na mesma medida em que é também muito variado o leque de tendências e escolas das várias personalidades convidadas para apresentarem as suas comunicações, algumas delas ilustradas por audição discográfica ou projecção de vídeos. Esta iniciativa partiu da ideia e da proposta do conhecido divulgador de Jazz **José Duarte** que sugeriu à **Fonoteca Municipal** não apenas o tema do ciclo como o convite a outros músicos e críticos nacionais e estrangeiros, especializados no Jazz ou mesmo noutros domínios da música. Entre os



primeiros, encontram-se **Raul Vaz Bernardo**, **António Curvelo**, **António Pinho Vargas**, **Rui Neves**, **Jorge Lima Barreto** ou **Manuel Jorge Veloso** e dos segundos o destaque vai para os franceses **Jean-Louis Comolli** e **Alex Dutilh** ou para os americanos **James Lincoln Collier** e **Mike Zwerin**. A **Fonoteca Municipal** funciona no **Edifício Monumental** (Praça Duque de Saldanha, Lisboa).



Cinema Fantástico no Porto

Com forte presença do cinema norte-americano e tendência direccionada para certa primazia dada ao cinema de características mais comerciais e industriais, utilizando os grandes meios de técnicos e de produção, começou recentemente mais uma edição do «**Fantaspporto - Festival Internacional de Cinema do Porto**», que se prolongará até dia 18 do corrente. Apresentando números impressionantes (a realização em várias salas de 500 sessões, com cerca de duas centenas de filmes de longa-metragem e três dezenas de curtas-metragens), o «**Fantaspporto'97**» dedicará também as suas atenções a outras cinematografias, como é o caso da **Nova Zelândia**, **Brasil**, **Japão**, **Israel**, **Austrália**, sem esquecer a **Europa** com uma representação importante. Para além de uma «secção oficial» dedicada ao **Cinema Fantástico** propriamente dito, decorre também a «**Semana dos Realizadores**» e outros ciclos paralelos, como é o caso de uma retrospectiva da obra do **Monty Python**, e ainda *forums* com temáticas específicas, centradas sobre personalidades ou tendências, como «**Futuro**», «**John Travolta**», «**Psycho Killers**», «**David Lynch e David Cronenberg**», «**Efeitos Especiais**», «**Vanguardas**», «**Fantasia de Computador**» ou «**Video-Jogos**».

TEATRO



Guimarães Rosa

A Menina de Lá

«Quando o artista brasileiro José Caldas perfar 20 anos de uma originalíssima carreira, produzimos este seu espectáculo, o primeiro a pensar em crianças e o primeiro decididamente vocacionado para a itinerância. Como em todos os rigorosos exercícios de encenação com que José Caldas nos foi dando provas de uma maioridade teatral indiscutível, **A Menina de Lá** cristalizará a determinação em dar a ouvir o enorme, moderníssimo, **Guimarães Rosa**, no convívio das várias pronúncias da nossa língua, tão afortunadamente transcontinental.» É com estas palavras que os responsáveis pela **Teatro Nacional S. João** (Porto) apresentam a peça «**A Menina de Lá**», encenação e adaptação de **José Caldas**, com coreografia e figurinos de **Colmar Diniz**, música de **Tilike Coelho** e iluminação de **José Carlos Coelho**. Esta peça tem a sua estreia marcada para hoje e estará em cena naquele teatro até finais de Fevereiro, com interpretação de **Alberto Magassela**, **Anabela Garcia**, **Marcelo Lafontana** e **Micaela Maia**, entre outros, num horário especial: às terças e quartas às 11 e 16 horas; às quintas, sextas e sábados às 16 e 21.30; e aos domingos às 16 horas. Para além do **Teatro Nacional S. João**, esta peça será apresentada no **Teatro da Trindade** (Lisboa), **Teatro Gil Vicente** (Coimbra) e **Teatro Garcia de Resende** (Évora), em datas a anunciar.

CLASSICA

Ravel, Brahms e Schumann na Gulbenkian



Um desenho de Maurice Ravel ao piano

Com direcção de **Günther Herbig** e a participação do solista **Julian Rachlin** (violino) à frente da **Orquestra Gulbenkian**, realizar-se-ão hoje e amanhã, respectivamente às 21.30 e 19.00, dois concertos integrados na **Temporada de Música 1996 / 1997** organizada pelo Serviço de Música daquela Fundação. Em ambos os concertos, o repertório será idêntico: «**Ma Mère Loi** (suite), de **Maurice Ravel**; **Concerto em Ré Maior**, op. 77, para violino e orquestra, de **Johannes Brahms**; e **Sinfonia nº 3 em Mi bemol Maior**, op. 97 («Sinfonia Renana»), de **Robert Schumann**.

DANÇA

O bailado que nos vem da Bélgica

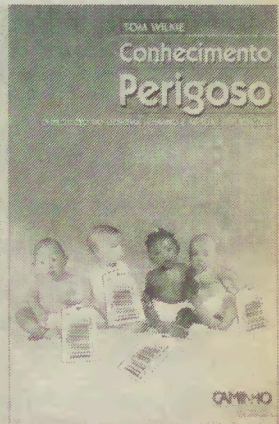
No **Grande Auditório do Centro Cultural de Belém** terão lugar nas noites de sexta-feira e sábado, pelas 21.30, duas representações de um espectáculo de bailado em que regressará aos palcos portugueses um coreógrafo que regularmente nos visita - **Wim Vandekeybus**. Espectáculo total - dir-se-ia melhor - já que, pelo palco do CCB, para além da dança, passarão duas bandas a tocar «ao vivo», cinema e fogo de artifício. «**Bereft of a Blissful Union** - assim se chama o espectáculo - é uma coreografia sobre o caos e a harmonia, interpretado por 12 bailarinos provenientes de vários países (Espanha, França, Nova Zelândia, Marrocos, Israel, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Suécia, França e Eslovénia), com coreografia de **Wim Vandekeybus** e com música de **Peter Vermeersch** e **George Van Dam**, interpretada pelos grupos **X-Legged Sally** e **The Smith Quartet**.

LIVROS



Ética para Náufragos

Da **Colecção da Ciência**, Editorial **Caminho**, escolhemos hoje dois livros, recentemente publicados, como sugestão para os nossos leitores. O primeiro deles, da autoria do espanhol **José António Marina**, apresenta-se sob um curioso título - **Ética para Náufragos**. É que, vai-se a ler e nada de navios. E do mar apenas nos surge o vasto oceano deste século que, como todos os oceanos tem os seus limites e vai acabar em breve. O autor, que no seu livro fala de temas como a **imortalidade da Ética**, define a obra como um **manual de sobrevivência para náufragos** - isto é, para todos os homens deste século em que, segundo alguns, acabaram as referências, os modelos, as ideologias, os princípios, a moral, e não resta nada senão o vasto oceano de indecifráveis caminhos. Livro filosófico, cabe muitíssimo bem nesta **Colecção da Ciência**, embora se leia como um romance.



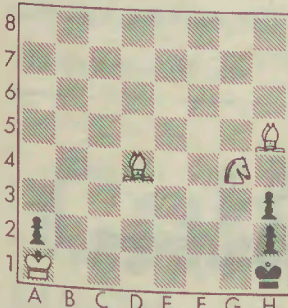
Conhecimento Perigoso

O outro livro de que falamos hoje é da autoria de **Tom Wilkie**, um físico especializado na teoria das partículas elementares, e que foi presidente da Association of British Science Writers e é hoje membro do **Comité de Investigação do Museu da Ciência de Londres**. Não é, entretanto, de Física que nos fala este autor, que escolheu escrever sobre ciência e tecnologia e, nesta obra, aborda também questões de ética. **Conhecimento Perigoso** é apresentado com um subtítulo - **O Projecto do Genoma Humano e as suas Implicações**, e é destas implicações que **Tom Wilkie** nos fala, procurando colocar o problema do conhecimento científico e das escolhas que tal conhecimento permite - **Poderão os homens, e deverão, no início do próximo milénio, escolher as características da sua descendência como se de uma escolha por catálogo se tratasse?** É que o futuro não é nenhuma série de FC. Está aí, ao virar do século...

XADREZ

DXCVIII - 13 DE FEVEREIRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X07
Por: JACOB KLING
Le Palamède, 1845

Pr.: [4]: Ps. a2, h2, h3 - Rh1
Br.: [4]: Cg4 - Bs. d4, h5 - Ra1



Mate em 5 [cinco] lances

SOLUÇÕES DO Nº DXCVIII

3. Bf2, ~4. Bc2, Rh4; 5. Bf3, ~6. Ch1, ~7. Ch2, ~8. Ch3, ~9. Ch4, ~10. Ch5, ~11. Ch6, ~12. Ch7, ~13. Ch8, ~14. Ch9, ~15. Ch10, ~16. Ch11, ~17. Ch12, ~18. Ch13, ~19. Ch14, ~20. Ch15, ~21. Ch16, ~22. Ch17, ~23. Ch18, ~24. Ch19, ~25. Ch20, ~26. Ch21, ~27. Ch22, ~28. Ch23, ~29. Ch24, ~30. Ch25, ~31. Ch26, ~32. Ch27, ~33. Ch28, ~34. Ch29, ~35. Ch30, ~36. Ch31, ~37. Ch32, ~38. Ch33, ~39. Ch34, ~40. Ch35, ~41. Ch36, ~42. Ch37, ~43. Ch38, ~44. Ch39, ~45. Ch40, ~46. Ch41, ~47. Ch42, ~48. Ch43, ~49. Ch44, ~50. Ch45, ~51. Ch46, ~52. Ch47, ~53. Ch48, ~54. Ch49, ~55. Ch50, ~56. Ch51, ~57. Ch52, ~58. Ch53, ~59. Ch54, ~60. Ch55, ~61. Ch56, ~62. Ch57, ~63. Ch58, ~64. Ch59, ~65. Ch60, ~66. Ch61, ~67. Ch62, ~68. Ch63, ~69. Ch64, ~70. Ch65, ~71. Ch66, ~72. Ch67, ~73. Ch68, ~74. Ch69, ~75. Ch70, ~76. Ch71, ~77. Ch72, ~78. Ch73, ~79. Ch74, ~80. Ch75, ~81. Ch76, ~82. Ch77, ~83. Ch78, ~84. Ch79, ~85. Ch80, ~86. Ch81, ~87. Ch82, ~88. Ch83, ~89. Ch84, ~90. Ch85, ~91. Ch86, ~92. Ch87, ~93. Ch88, ~94. Ch89, ~95. Ch90, ~96. Ch91, ~97. Ch92, ~98. Ch93, ~99. Ch94, ~100. Ch95, ~101. Ch96, ~102. Ch97, ~103. Ch98, ~104. Ch99, ~105. Ch100, ~106. Ch101, ~107. Ch102, ~108. Ch103, ~109. Ch104, ~110. Ch105, ~111. Ch106, ~112. Ch107, ~113. Ch108, ~114. Ch109, ~115. Ch110, ~116. Ch111, ~117. Ch112, ~118. Ch113, ~119. Ch114, ~120. Ch115, ~121. Ch116, ~122. Ch117, ~123. Ch118, ~124. Ch119, ~125. Ch120, ~126. Ch121, ~127. Ch122, ~128. Ch123, ~129. Ch124, ~130. Ch125, ~131. Ch126, ~132. Ch127, ~133. Ch128, ~134. Ch129, ~135. Ch130, ~136. Ch131, ~137. Ch132, ~138. Ch133, ~139. Ch134, ~140. Ch135, ~141. Ch136, ~142. Ch137, ~143. Ch138, ~144. Ch139, ~145. Ch140, ~146. Ch141, ~147. Ch142, ~148. Ch143, ~149. Ch144, ~150. Ch145, ~151. Ch146, ~152. Ch147, ~153. Ch148, ~154. Ch149, ~155. Ch150, ~156. Ch151, ~157. Ch152, ~158. Ch153, ~159. Ch154, ~160. Ch155, ~161. Ch156, ~162. Ch157, ~163. Ch158, ~164. Ch159, ~165. Ch160, ~166. Ch161, ~167. Ch162, ~168. Ch163, ~169. Ch164, ~170. Ch165, ~171. Ch166, ~172. Ch167, ~173. Ch168, ~174. Ch169, ~175. Ch170, ~176. Ch171, ~177. Ch172, ~178. Ch173, ~179. Ch174, ~180. Ch175, ~181. Ch176, ~182. Ch177, ~183. Ch178, ~184. Ch179, ~185. Ch180, ~186. Ch181, ~187. Ch182, ~188. Ch183, ~189. Ch184, ~190. Ch185, ~191. Ch186, ~192. Ch187, ~193. Ch188, ~194. Ch189, ~195. Ch190, ~196. Ch191, ~197. Ch192, ~198. Ch193, ~199. Ch194, ~200. Ch195, ~201. Ch196, ~202. Ch197, ~203. Ch198, ~204. Ch199, ~205. Ch200, ~206. Ch201, ~207. Ch202, ~208. Ch203, ~209. Ch204, ~210. Ch205, ~211. Ch206, ~212. Ch207, ~213. Ch208, ~214. Ch209, ~215. Ch210, ~216. Ch211, ~217. Ch212, ~218. Ch213, ~219. Ch214, ~220. Ch215, ~221. Ch216, ~222. Ch217, ~223. Ch218, ~224. Ch219, ~225. Ch220, ~226. Ch221, ~227. Ch222, ~228. Ch223, ~229. Ch224, ~230. Ch225, ~231. Ch226, ~232. Ch227, ~233. Ch228, ~234. Ch229, ~235. Ch230, ~236. Ch231, ~237. Ch232, ~238. Ch233, ~239. Ch234, ~240. Ch235, ~241. Ch236, ~242. Ch237, ~243. Ch238, ~244. Ch239, ~245. Ch240, ~246. Ch241, ~247. Ch242, ~248. Ch243, ~249. Ch244, ~250. Ch245, ~251. Ch246, ~252. Ch247, ~253. Ch248, ~254. Ch249, ~255. Ch250, ~256. Ch251, ~257. Ch252, ~258. Ch253, ~259. Ch254, ~260. Ch255, ~261. Ch256, ~262. Ch257, ~263. Ch258, ~264. Ch259, ~265. Ch260, ~266. Ch261, ~267. Ch262, ~268. Ch263, ~269. Ch264, ~270. Ch265, ~271. Ch266, ~272. Ch267, ~273. Ch268, ~274. Ch269, ~275. Ch270, ~276. Ch271, ~277. Ch272, ~278. Ch273, ~279. Ch274, ~280. Ch275, ~281. Ch276, ~282. Ch277, ~283. Ch278, ~284. Ch279, ~285. Ch280, ~286. Ch281, ~287. Ch282, ~288. Ch283, ~289. Ch284, ~290. Ch285, ~291. Ch286, ~292. Ch287, ~293. Ch288, ~294. Ch289, ~295. Ch290, ~296. Ch291, ~297. Ch292, ~298. Ch293, ~299. Ch294, ~300. Ch295, ~301. Ch296, ~302. Ch297, ~303. Ch298, ~304. Ch299, ~305. Ch300, ~306. Ch301, ~307. Ch302, ~308. Ch303, ~309. Ch304, ~310. Ch305, ~311. Ch306, ~312. Ch307, ~313. Ch308, ~314. Ch309, ~315. Ch310, ~316. Ch311, ~317. Ch312, ~318. Ch313, ~319. Ch314, ~320. Ch315, ~321. Ch316, ~322. Ch317, ~323. Ch318, ~324. Ch319, ~325. Ch320, ~326. Ch321, ~327. Ch322, ~328. Ch323, ~329. Ch324, ~330. Ch325, ~331. Ch326, ~332. Ch327, ~333. Ch328, ~334. Ch329, ~335. Ch330, ~336. Ch331, ~337. Ch332, ~338. Ch333, ~339. Ch334, ~340. Ch335, ~341. Ch336, ~342. Ch337, ~343. Ch338, ~344. Ch339, ~345. Ch340, ~346. Ch341, ~347. Ch342, ~348. Ch343, ~349. Ch344, ~350. Ch345, ~351. Ch346, ~352. Ch347, ~353. Ch348, ~354. Ch349, ~355. Ch350, ~356. Ch351, ~357. Ch352, ~358. Ch353, ~359. Ch354, ~360. Ch355, ~361. Ch356, ~362. Ch357, ~363. Ch358, ~364. Ch359, ~365. Ch360, ~366. Ch361, ~367. Ch362, ~368. Ch363, ~369. Ch364, ~370. Ch365, ~371. Ch366, ~372. Ch367, ~373. Ch368, ~374. Ch369, ~375. Ch370, ~376. Ch371, ~377. Ch372, ~378. Ch373, ~379. Ch374, ~380. Ch375, ~381. Ch376, ~382. Ch377, ~383. Ch378, ~384. Ch379, ~385. Ch380, ~386. Ch381, ~387. Ch382, ~388. Ch383, ~389. Ch384, ~390. Ch385, ~391. Ch386, ~392. Ch387, ~393. Ch388, ~394. Ch389, ~395. Ch390, ~396. Ch391, ~397. Ch392, ~398. Ch393, ~399. Ch394, ~400. Ch395, ~401. Ch396, ~402. Ch397, ~403. Ch398, ~404. Ch399, ~405. Ch400, ~406. Ch401, ~407. Ch402, ~408. Ch403, ~409. Ch404, ~410. Ch405, ~411. Ch406, ~412. Ch407, ~413. Ch408, ~414. Ch409, ~415. Ch410, ~416. Ch411, ~417. Ch412, ~418. Ch413, ~419. Ch414, ~420. Ch415, ~421. Ch416, ~422. Ch417, ~423. Ch418, ~424. Ch419, ~425. Ch420, ~426. Ch421, ~427. Ch422, ~428. Ch423, ~429. Ch424, ~430. Ch425, ~431. Ch426, ~432. Ch427, ~433. Ch428, ~434. Ch429, ~435. Ch430, ~436. Ch431, ~437. Ch432, ~438. Ch433, ~439. Ch434, ~440. Ch435, ~441. Ch436, ~442. Ch437, ~443. Ch438, ~444. Ch439, ~445. Ch440, ~446. Ch441, ~447. Ch442, ~448. Ch443, ~449. Ch444, ~450. Ch445, ~451. Ch446, ~452. Ch447, ~453. Ch448, ~454. Ch449, ~455. Ch450, ~456. Ch451, ~457. Ch452, ~458. Ch453, ~459. Ch454, ~460. Ch455, ~461. Ch456, ~462. Ch457, ~463. Ch458, ~464. Ch459, ~465. Ch460, ~466. Ch461, ~467. Ch462, ~468. Ch463, ~469. Ch464, ~470. Ch465, ~471. Ch466, ~472. Ch467, ~473. Ch468, ~474. Ch469, ~475. Ch470, ~476. Ch471, ~477. Ch472, ~478. Ch473, ~479. Ch474, ~480. Ch475, ~481. Ch476, ~482. Ch477, ~483. Ch478, ~484. Ch479, ~485. Ch480, ~486. Ch481, ~487. Ch482, ~488. Ch483, ~489. Ch484, ~490. Ch485, ~491. Ch486, ~492. Ch487, ~493. Ch488, ~494. Ch489, ~495. Ch490, ~496. Ch491, ~497. Ch492, ~498. Ch493, ~499. Ch494, ~500. Ch495, ~501. Ch496, ~502. Ch497, ~503. Ch498, ~504. Ch499, ~505. Ch500, ~506. Ch501, ~507. Ch502, ~508. Ch503, ~509. Ch504, ~510. Ch505, ~511. Ch506, ~512. Ch507, ~513. Ch508, ~514. Ch509, ~515. Ch510, ~516. Ch511, ~517. Ch512, ~518. Ch513, ~519. Ch514, ~520. Ch515, ~521. Ch516, ~522. Ch517, ~523. Ch518, ~524. Ch519, ~525. Ch520, ~526. Ch521, ~527. Ch522, ~528. Ch523, ~529. Ch524, ~530. Ch525, ~531. Ch526, ~532. Ch527, ~533. Ch528, ~534. Ch529, ~535. Ch530, ~536. Ch531, ~537. Ch532, ~538. Ch533, ~539. Ch534, ~540. Ch535, ~541. Ch536, ~542. Ch537, ~543. Ch538, ~544. Ch539, ~545. Ch540, ~546. Ch541, ~547. Ch542, ~548. Ch543, ~549. Ch544, ~550. Ch545, ~551. Ch546, ~552. Ch547, ~553. Ch548, ~554. Ch549, ~555. Ch550, ~556. Ch551, ~557. Ch552, ~558. Ch553, ~559. Ch554, ~560. Ch555, ~561. Ch556, ~562. Ch557, ~563. Ch558, ~564. Ch559, ~565. Ch560, ~566. Ch561, ~567. Ch562, ~568. Ch563, ~569. Ch564, ~570. Ch565, ~571. Ch566, ~572. Ch567, ~573. Ch568, ~574. Ch569, ~575. Ch570, ~576. Ch571, ~577. Ch572, ~578. Ch573, ~579. Ch574, ~580. Ch575, ~581. Ch576, ~582. Ch577, ~583. Ch578, ~584. Ch579, ~585. Ch580, ~586. Ch581, ~587. Ch582, ~588. Ch583, ~589. Ch584, ~590. Ch585, ~591. Ch586, ~592. Ch587, ~593. Ch588, ~594. Ch589, ~595. Ch590, ~596. Ch591, ~597. Ch592, ~598. Ch593, ~599. Ch594, ~600. Ch595, ~601. Ch596, ~602. Ch597, ~603. Ch598, ~604. Ch599, ~605. Ch600, ~606. Ch601, ~607. Ch602, ~608. Ch603, ~609. Ch604, ~610. Ch605, ~611. Ch606, ~612. Ch607, ~613. Ch608, ~614. Ch609, ~615. Ch610, ~616. Ch611, ~617. Ch612, ~618. Ch613, ~619. Ch614, ~620. Ch615, ~621. Ch616, ~622. Ch617, ~623. Ch618, ~624. Ch619, ~625. Ch620, ~626. Ch621, ~627. Ch622, ~628. Ch623, ~629. Ch624, ~630. Ch625, ~631. Ch626, ~632. Ch627, ~633. Ch628, ~634. Ch629, ~635. Ch630, ~636. Ch631, ~637. Ch632, ~638. Ch633, ~639. Ch634, ~640. Ch635, ~641. Ch636, ~642. Ch637, ~643. Ch638, ~644. Ch639, ~645. Ch640, ~646. Ch641, ~647. Ch642, ~648. Ch643, ~649. Ch644, ~650. Ch645, ~651. Ch646, ~652. Ch647, ~653. Ch648, ~654. Ch649, ~655. Ch650, ~656. Ch651, ~657. Ch652, ~658. Ch653, ~659. Ch654, ~660. Ch655, ~661. Ch656, ~662. Ch657, ~663. Ch658, ~664. Ch659, ~665. Ch660, ~666. Ch661, ~667. Ch662, ~668. Ch663, ~669. Ch664, ~670. Ch665, ~671. Ch666, ~672. Ch667, ~673. Ch668, ~674. Ch669, ~675. Ch670, ~676. Ch671, ~677. Ch672, ~678. Ch673, ~679. Ch674, ~680. Ch675, ~681. Ch676, ~682. Ch677, ~683. Ch678, ~684. Ch679, ~685. Ch680, ~686. Ch681, ~687. Ch682, ~688. Ch683, ~689. Ch684, ~690. Ch685, ~691. Ch686, ~692. Ch687, ~693. Ch688, ~694. Ch689, ~695. Ch690, ~696. Ch691, ~697. Ch692, ~698. Ch693, ~699. Ch694, ~700. Ch695, ~701. Ch696, ~702. Ch697, ~703. Ch698, ~704. Ch699, ~705. Ch700, ~706. Ch701, ~707. Ch702, ~708. Ch703, ~709. Ch704, ~710. Ch705, ~711. Ch706, ~712. Ch707, ~713. Ch708, ~714. Ch709, ~715. Ch710, ~716. Ch711, ~717. Ch712, ~718. Ch713, ~719. Ch714, ~720. Ch715, ~721. Ch716, ~722. Ch717, ~723. Ch718, ~724. Ch719, ~725. Ch720, ~726. Ch721, ~727. Ch722, ~728. Ch723, ~729. Ch724, ~730. Ch725, ~731. Ch726, ~732. Ch727, ~733. Ch728, ~734. Ch729, ~735. Ch730, ~736. Ch731, ~737. Ch732, ~738. Ch733, ~739. Ch734, ~740. Ch735, ~741. Ch736, ~742. Ch737, ~743. Ch738, ~744. Ch739, ~745. Ch740, ~746. Ch741, ~747. Ch742, ~748. Ch743, ~749. Ch744, ~750. Ch745, ~751. Ch746, ~752. Ch747, ~753. Ch748, ~754. Ch749, ~755. Ch750, ~756. Ch751, ~757. Ch752, ~758. Ch753, ~759. Ch754, ~760. Ch755, ~761. Ch756, ~762. Ch757, ~763. Ch758, ~764. Ch759, ~765. Ch760, ~766. Ch761, ~767. Ch762, ~768. Ch763, ~769. Ch764, ~770. Ch765, ~771. Ch766, ~772. Ch767, ~773. Ch768, ~774. Ch769, ~775. Ch770, ~776. Ch771, ~777. Ch772, ~778. Ch773, ~779. Ch774, ~780. Ch775, ~781. Ch776, ~782. Ch777, ~783. Ch778, ~784. Ch779, ~785. Ch780, ~786. Ch781, ~787. Ch782, ~788. Ch783, ~789. Ch784, ~790. Ch785, ~791. Ch786, ~792. Ch787, ~793. Ch788, ~794. Ch789, ~795. Ch790, ~796. Ch791, ~797. Ch792, ~798. Ch793, ~799. Ch794, ~800. Ch795, ~801. Ch796, ~802. Ch797, ~803. Ch798, ~804. Ch799, ~805. Ch800, ~806. Ch801, ~807. Ch802, ~808. Ch803, ~809. Ch804, ~810. Ch805, ~811. Ch806, ~812. Ch807, ~813. Ch808, ~814. Ch809, ~815. Ch810, ~816. Ch811, ~817. Ch812, ~818. Ch813, ~819. Ch814, ~820. Ch815, ~821. Ch816, ~822. Ch817, ~823. Ch818, ~824. Ch819, ~825. Ch820, ~826. Ch821, ~827. Ch822, ~828. Ch823, ~829. Ch824, ~830. Ch825, ~831. Ch826, ~832. Ch827, ~833. Ch828, ~834. Ch829, ~835. Ch830, ~836. Ch831, ~837. Ch832, ~838. Ch833, ~839. Ch834, ~840. Ch835, ~841. Ch836, ~842. Ch837, ~843. Ch838, ~844. Ch839, ~845. Ch840, ~846. Ch841, ~847. Ch842, ~848. Ch843, ~849. Ch844, ~850. Ch845, ~851. Ch846, ~852. Ch847, ~853. Ch848, ~854. Ch849, ~855. Ch850, ~856. Ch851, ~857. Ch852, ~858. Ch853, ~859. Ch854, ~860. Ch855, ~861. Ch856, ~862.

ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE

Ficheiros secretos

Numa semana dominada pelos patéticos apelos em nome do «Zezinho», nada melhor do que um fim-de-semana dedicado à cura «miraculosa» da Emilinha, uma devota senhora de 67 anos que um dia, após cerca de 30 anos de paralisia, rezou à Jacintinha uma novena e começou a andar. Que a notícia tenha chegado ao domínio público com oito anos de atraso (o caso deu-se em 20 de Janeiro de 1989), é irrelevante; que os médicos não saibam explicar nem as causas da doença, nem as da cura, pouco importa; que ninguém se interrogue sobre as invulgares capacidades da massa muscular da Emilinha, capazes de resistir a três décadas de imobilidade, não vem ao caso. O que importa de facto é o «milagre», de que já seguiu relatório para Roma, e o contributo decisivo que o mesmo pode vir a dar à canonização dos «pastorinhos», segundo informam fontes católicas portuguesas. Mas o contributo da notícia da cura da Emilinha, involuntário que seja, não se fica por aqui. Ao fazê-la sair, neste preciso momento, do anonimato a que esteve votada durante trinta anos, e quase uma década depois do «milagre», alguém ou alguma instituição - desconhece-se quem teve a iniciativa - está a fazer passar uma mensagem, particularmente oportuna, a lembrar aos crentes como são insondáveis os desígnios da fé.

Não é preciso grande esforço para estabelecer a ligação entre o «Zezinho», a Emilinha, a Jacintinha, a nota do cardeal-patriarca de Lisboa sobre a questão do aborto, as procissões e manifestações agendadas para a semana, e o debate na Assembleia da República dos projectos de lei visando alterar a legislação vigente sobre a interrupção voluntária da gravidez. Passados os tempos em que as previsões de eclipses do Sol faziam temer os crentes, apagadas as fogueiras onde os infieis podiam resgatar a salvação da alma, restam ainda fenómenos bastantes para agitar nos espíritos o medo do desconhecido. Não é certamente por acaso que séries como a dos «Ficheiros Secretos» mobilizam milhões de fãs em todo o mundo.

Tivéssemos nós a dupla Scully/Mulder em Portugal e a estas horas já todos saberiam que a complexa luta de qualquer movimento «Juntos pela Vida» anda a par da decisão do Vaticano de suspender a sua contribuição anual para a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e da advertência aos fiéis católicos contra os «nefastos meios» daquela organização. Tivéssemos nós uns agentes do FBI tão intrépidos como Mulder e Scully e já toda a gente saberia que o Vaticano lançou o anátema contra a Unicef por causa de um folheto distribuído às mulheres nos campos de refugiados, onde se afirma que têm «iguais direitos de acesso, com base em escolha livre e voluntária, à informação e aos serviços de saúde reprodutiva, incluindo planeamento familiar e maternidade».

Tivéssemos nós uns «Ficheiros Secretos» e já os «Zezinhos», «Emilinhas» «Jacintinhas» estariam fazendo sucesso nas ondas hertzianas do imaginário lusitano.

■ AF



Entre outras iniciativas que por todo o país são promovidas para aumentar a difusão e a leitura do órgão central do PCP, os comunistas de Lisboa montaram um expositor numa transversal da Rua Augusta permitindo o livre acesso às páginas do nosso jornal

66º Aniversário do «Avante!» Stand na Praça da Figueira é hoje inaugurado

É inaugurada hoje, pelas 12.30 horas, na Praça da Figueira, uma exposição evocativa do 66º aniversário do jornal «Avante!». Na ocasião estão presentes o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, o director do jornal, Carlos Brito, membros do colectivo de redacção e dirigentes da DORL do PCP.

A iniciativa pertence à Organização da Cidade de Lisboa que montou um stand no centro da baixa lisboeta com materiais evocativos do 66º aniversário jornal, que estarão patentes ao público até ao próximo dia 21.

A exposição recorda os tempos da resistência antifascista, mostrando o velho prelo onde se

imprimiam os jornais clandestinos e chama a atenção dos visitantes para o papel que o «Avante!» tem desempenhado, ao longo de mais de duas décadas, na legalidade democrática que ajudou a construir e defende.

No pavilhão será ainda passado um vídeo sobre aspectos da produção do jornal, funcionará

uma banca das Edições «Avante!» e um espaço de convívio.

Entretanto, por todo o país, as organizações do Partido comemoraram o aniversário com a realização de exposições, colóquios, debates ou simples confraternizações, com o objectivo comum de divulgar o jornal e promover o aumento da sua leitura.

Setúbal Especulação e má gestão

A comissão concelhia de Setúbal do PCP considera que os interesses especulativos estão a sobrepor-se à clareza e transparência das regras urbanísticas. Ilustrando, a concelhia refere as recentes querelas em torno do Plano Director Municipal a propósito de construções e urbanizações no Portinho da Arrábida, na Várzea ou nos terrenos do Vitória, bem como os inúmeros protestos dos moradores em loteamentos sem infra-estruturas, arruamentos, zonas verdes e espaços de lazer, os quais apesar de previstos nunca foram realizados.

Em comunicado, a estrutura comunista sublinha que os seus eleitos vão acompanhar a revisão do PDM aprovada na última reunião de Câmara, exortando os setubalenses a exigir informações e esclarecimentos sobre todo o processo.

Os comunistas observam a pressa com que o PS quer efectuar a revisão do PDM (o qual foi aprovado apenas há dois anos e meio) e salientam que «devem ser corrigidos os aspectos que neste Plano são

gravosos para o ambiente, a qualidade de vida e uma boa gestão urbanística, como acautelados desígnios que não coincidem com os interesses da população».

Derrapagem no Quebedo

Um caso de má gestão é o arrastamento das obras da passagem desnivelada do Quebedo. Propagandeada com pompa e circunstância em

1993, a conclusão desta obra chegou a ser anunciada pelo presidente Mata Cáceres para o dia 31 de Dezembro de 1996. Contudo, o pior é que, segundo o PCP, a passagem está desinserida de um plano geral da rede viária, do trânsito e de transportes, que deveria ter como objectivo desviar o trânsito do centro da cidade e resolver a questão do terminal rodoviário. Acresce que o projecto evidencia erros e falhas desde a concepção à execução e como se não bastasse o seu custo aumentou 150 mil con-

tos em relação ao inicialmente previsto.

O PCP afirma que «no final deste mandato estão expostos o caos financeiro e administrativo, a situação de bancarrota do município, a generalizada desmotivação dos trabalhadores, dos técnicos e chefias, a desorientação e a deriva de planos e projectos». Nesta situação, conclui a nota, os «responsáveis têm todas as razões para temer» que, por decisão das populações, a sua gestão «não possa prolongar-se por mais tempo».

PS e PSD cortam direitos às comissões de trabalhadores

O gabinete de imprensa do PCP denuncia em comunicado que «nos acordos de bastidores que o PS e PSD têm em curso de concretização sobre a revisão constitucional, figura, entre outros graves atentados à Constituição, o intento de amputar o direito de controlo de ges-

tão, que hoje figura no elenco constitucional dos direitos das Comissões de Trabalhadores».

O PCP refere que esta intenção contraria o que foi «garantido às associações representativas dos trabalhadores pela Comissão Eventual de Revisão constitucional e pelo seu presidente».

Por outro lado, recorda-se que «o controlo de gestão constitui um direito fundamental das CT's, integra o elenco de direitos essenciais para assegurar a democraticidade das relações dentro da empresa e é uma componente indispensável para a defesa das empresas. O controlo de gestão figura na Constituição desde a sua aprovação, consagrando assim um dos mais importantes avanços caracterizadores do 25 de Abril».

«O entendimento entre PS e PSD insere-se numa política

mais vasta de enfraquecimento das organizações representativas dos trabalhadores, de reforço do poder patronal e de sucessivos e graves atentados aos direitos dos trabalhadores (de que a lei da flexibilidade e polivalência é exemplo).

«O PCP denuncia esta «negociata» do PS e PSD contra os direitos dos trabalhadores, reafirma a sua peremptória oposição a esses intentos, alerta o movimento dos trabalhadores para a gravidade destas alterações constitucionais e apela à luta contra esses entendimentos antidemocráticos gizados pelo PS e PSD fora da Assembleia da República e nas costas dos trabalhadores».

Greve no Casino

Os trabalhadores do Casino do Estoril cumpriram na segunda-feira o seu terceiro dia de greve, reclamando melhores condições de vida e de trabalho.

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul saúda os grevistas salientando a sua luta como um «magnífico exemplo de unidade e determinação» e acusa a administração de mentir

deliberadamente ao afirmar que não contratou pessoal exterior ao Casino e que os serviços funcionam normalmente.

Recorde-se que a greve começou no passado dia 8 do corrente mês e teve de imediato o apoio da esmagadora maioria dos trabalhadores, apesar de manterem abertos alguns serviços. Na segunda-feira passada, a adesão era de 95 por cento.



5603199000445